



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

**O ESPAÇO AGRÁRIO DE GADO BRAVO – PB: A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
NAS UNIDADES CAMPONESAS**

JOÃO PESSOA – PB

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

JOÃO ANTÉRIO DE AGUIAR LEAL

**O ESPAÇO AGRÁRIO DE GADO BRAVO – PB: A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
NAS UNIDADES CAMPONESAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

JOÃO PESSOA – PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L435e Leal, João Antério de Aguiar.

O espaço agrário de gado bravo - PB : a produção agropecuária nas unidades camponesas / João Antério de Aguiar Leal. - João Pessoa, 2024.

131 f.

Orientação: Ivan Targino Moreira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Espaço agrário. 2. Agropecuária. 3. Produção camponesa. I. Moreira, Ivan Targino. II. Título.

UFPB/BC

CDU 338.431(043)

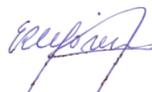
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA ALUNO
JOÃO ANTÉRIO DE AGUIAR LEAL,
CANDIDATO AO TÍTULO DE MESTRE EM
GEOGRAFIA, NA ÁREA DE TERRITÓRIO,
TRABALHO E AMBIENTE.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de Fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 10:00 (dez) horas, pela Plataforma Google Meet, em caráter de solenidade pública, reuniram-se os membros da comissão designada para avaliar **João Antério de Aguiar Leal**, candidato ao grau de mestre em Geografia, na área de **Território, Trabalho e Ambiente**. Foram componentes da banca examinadora os professores Ivan Targino Moreira (orientador) – Doutor em Economia; Emília de Rodat Fernandes Moreira (examinadora interna) – Doutora em Geografia e Aline Barbosa de Lima (examinadora externa) – Doutora em Geografia. Sendo todos integrantes do corpo docente da UFPB. Dando início aos trabalhos, o Presidente da banca, Prof. **Ivan Targino Moreira**, após declarar os objetivos da reunião, apresentou o candidato a avaliar **João Antério de Aguiar Leal**, a quem concedeu a palavra para que defendesse, oral e sucintamente, sobre o tema apresentado, intitulado: “**O ESPAÇO AGRÁRIO DE GADO BRAVO – PB: A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NAS UNIDADES CAMPONESAS**”. Após discorrer sobre o referido tema, o candidato foi arguido pelos examinadores, na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão em caráter secreto, a proceder à avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito **Aprovado**. Face à aprovação, declarou o Presidente achar-se o avaliado legalmente habilitado a receber o Grau de mestre em Geografia, cabendo à Universidade Federal da Paraíba, providências, como de direito, à expedição do Diploma o que o mesmo fez jus. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a Ata, que segue assinada e aprovada pela Comissão Examinadora.



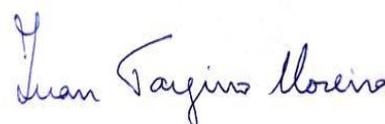
Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Orientador



Profa. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira
Examinadora externa



Profa. Dra. Aline Barbosa de Lima
Examinadora externa



Aos meus pais, Petrônio e Maksandra, que são os maiores exemplos de dedicação e perseverança que alguém poderia ter, DEDICO.

“Obrigado ao homem do campo
Que ainda guarda, com zelo, a raiz
Da cultura, da fé, dos costumes
E valores do nosso país” (Dom e Ravel).

RESUMO

A agropecuária é o setor da economia que congrega o conjunto das unidades produtivas que exercem suas atividades em processos ligados diretamente à natureza. A atividade se destaca em diversas perspectivas ao longo dos séculos: Econômico, ainda que atualmente o setor agropecuário represente uma pequena parcela do Produto Interno Bruto (PIB) nacional; Histórico, uma vez que foi importante no processo de formação de diversas localidades e regiões, além de contribuir para o processo de expansão territorial do Brasil; Social, levando em consideração a geração de emprego no meio rural, além de favorecer a permanência do homem no campo. Para além disso, é a atividade agropecuária a grande responsável por alimentar a população brasileira, sobretudo quando se fala em agricultura familiar. Dessa forma, o objetivo central da pesquisa é compreender a organização produtiva da agropecuária nas propriedades camponesas do município de Gado Bravo, considerando o local em questão um ponto de análise interessante para entender o contexto global da atividade agropecuária sob a ótica da produção camponesa a partir de uma engrenagem micro. Assim, estruturamos o trabalho em três grandes momentos: no primeiro apresentamos um referencial teórico que julgamos importante como forma de entender o contexto geral do objeto de estudo. Em seguida, nos propomos a analisar o espaço agrário gadobravense de forma mais generalizada, abordando questões que vão além da atividade agropecuária. Por fim, no terceiro momento nos debruçamos sobre aspectos que permeiam a produção agropecuária local. Para tanto, utilizamos como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica, o levantamento de dados estatísticos e o estudo de campo em Gado Bravo, com realização de entrevistas. Após a análise podemos concluir que município de Gado Bravo constitui um caso particular na realidade estadual pela importância que ainda tem o seu espaço agrário na dinâmica socioeconômica, caracterizada pelo baixo nível de concentração da propriedade fundiária, pela capacidade de retenção de sua população no campo, pelo peso da produção camponesa no segmento primário municipal.

Palavras-Chave: Espaço Agrário. Agropecuária. Produção Camponesa.

ABSTRACT

Agriculture is the sector of the economy that encompasses the set of productive units that carry out their activities directly linked to nature. The activity stands out in various perspectives over the centuries: Economic, although currently the agricultural sector represents a small portion of the national Gross Domestic Product (GDP); Historical, as it has been important in the process of formation of various localities and regions, as well as contributing to the territorial expansion process of Brazil; Social, taking into account the generation of employment in rural areas, as well as favoring the permanence of people in the countryside. Furthermore, agricultural activity is largely responsible for feeding the Brazilian population, especially when it comes to family farming. Therefore, the central objective of this research is to understand the productive organization of agriculture in peasant properties in the municipality of Gado Bravo, considering the location in question as an interesting point of analysis to understand the global context of agricultural activity from the perspective of peasant production from a micro level. Thus, we structured the work into three main parts: first, we present a theoretical framework that we consider important in order to understand the overall context of the object of study. Then, we propose to analyze the agricultural space in Gado Bravo in a more generalized way, addressing issues that go beyond agricultural activity. Finally, in the third part, we focus on aspects that permeate local agricultural production. To this end, we used bibliographic review, statistical data collection, and field study in Gado Bravo, including conducting interviews. After the analysis, we can conclude that the municipality of Gado Bravo constitutes a particular case in the state's reality due to the importance that its agricultural space still holds in the socio-economic dynamics, characterized by the low level of concentration of land ownership, the ability to retain its population in rural areas, and the weight of peasant production in the municipal primary sector.

Keywords: Agrarian Space. Agriculture. Peasant Production.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Caatinga Hiperxerófila.....	38
Figura 2: Caatinga Hipoxerófila.....	38
Figura 3: Juazeiro em Outubro.....	39
Figura 4: Juazeiro em Novembro.....	39
Figura 5: Açude Público.....	41
Figura 6: Barreiro.....	41
Figura 7: Poço Manual.....	44
Figura 8: Poço Movido à Eletricidade.....	44
Figura 9: Área Urbana de Gado Bravo.....	53
Figura 10: Banca de Hortifruti.....	56
Figura 11: Banca de Hortifruti.....	56
Figura 12: Banca de Feijão Verde.....	56
Figura 13: Venda de Frutas.....	56
Figura 14: Banca de Peixes.....	57
Figura 15: Venda de Carnes.....	57
Figura 16: Banca de Carne de Frango.....	57
Figura 17: Venda de Caldo de Cana.....	58
Figura 18: Instrumentos da Agropecuária.....	58
Figura 19: Banca de Variedades.....	58
Figura 20: Bancas de Vestuário.....	58
Figura 21: Mercadinho em Dia de Feira.....	59
Figura 22: Localização da Feira Livre de Gado Bravo.....	60
Figura 23: Mercadinho.....	61
Figura 24: Loja de Material de Construção.....	61
Figura 25: Loja de Variedades.....	62
Figura 26: Loja de Roupas e Móveis.....	62
Figura 27: Prédio da Prefeitura.....	63
Figura 28: Escola Pública Municipal.....	63
Figura 29: Farmácia Municipal.....	63
Figura 30: Secretaria Municipal de Saúde.....	63
Figura 31: Oficina Mecânica.....	64

Figura 32: Lotérica.....	64
Figura 33: Academia.....	65
Figura 34: Casa dos Criadores.....	66
Figura 35: Croqui da propriedade de Maria de Lourdes.....	71
Figura 36: Curral com Cocheira.....	72
Figura 37: Vaca Apartada.....	72
Figura 38: Casa principal da propriedade de Maria de Lourdes.....	73
Figura 39: Área com Caatinga Menos Densa.....	74
Figura 40: Área com Caatinga Mais Densa.....	74
Figura 41: Palha de Milho Plantada.....	80
Figura 42: Feixe de Palha de Milho.....	80
Figura 43: Armazenagem da Palha da Espiga.....	81
Figura 44: Cochonilha do Carmim na Palma Forrageira.....	83
Figura 45: Palma Doce.....	83
Figura 46: Palma Orelha-de-Elefante.....	83
Figura 47: Depósito de Sementes.....	85
Figura 48: Sacos de Torta de Algodão.....	87
Figura 49: Vacas Leiteiras Comendo Palma.....	90
Figura 50: Bezerros Comendo Palma.....	90
Figura 51: Preparo do Cardeiro para os Animais.....	91
Figura 52: Gravatá-açú.....	91
Figura 53: Animais Comendo Palha de Milho.....	92
Figura 54: Bovinos Comendo Torta de Algodão.....	92
Figura 55: Campanha da Prefeitura para a Vacinação de Bovinos.....	93
Figura 56: Produtor Realizando a Ordenha.....	94
Figura 57: Vaca e Bezerro Após a Ordenha.....	94
Figura 58: Produtor Armazenando Leite Cru.....	95
Figura 59: Produção de Queijo.....	95
Figura 60: Suíno para a Reprodução.....	98
Figura 61: Suínos para a Venda.....	98
Figura 62: Tanque de Armazenamento de Leite de Cabra.....	100
Figura 63: Divulgação de Capacitação para Produtores de Caprinos.....	101
Figura 64: Curral de Caprinos.....	102
Figura 65: Alimentação dos Caprinos.....	102

Figura 66: Galinhas Comendo Milho.....	104
Figura 67: Saco de Milho.....	104
Figura 68: Galinhas Comendo Ração.....	104
Figura 69: Saco de Ração de Postura.....	104
Figura 70: Produção de Ovos de Galinha.....	105
Figura 71: Jumento Transportando Palma.....	107
Figura 72: Jumento Transportando Água.....	107
Figura 73: Cavalos.....	108
Figura 74: Sacos com Estrume.....	109
Figura 75: Bovinos Pastando em Restolho do Roçado.....	111
Figura 76: Prefeito de Gado Bravo Assina o Termo de Adesão ao Garantia Safra.....	115
Figura 77: Trator Fazendo Aragem do Solo.....	116
Figura 78: Máquina Forrageira.....	116
Figura 79: Unidade de Produção Camponesa de Petrônio Brito.....	131

MAPAS

Mapa 1: Localização do Município de Gado Bravo.....	16
Mapa 2: Relevo de Gado Bravo	35
Mapa 3: Solos de Gado Bravo	36
Mapa 4: Vegetação de Gado Bravo	37
Mapa 5: Hidrografia de Gado Bravo	40
Mapa 6: Pluviometria Média Anual de Gado Bravo	42

QUADROS

Quadro 1: Condição do produtor em relação às terras por estabelecimento	45
Quadro 2: Dados da estrutura fundiária gadobravense.....	46
Quadro 3: Classe de idade e sexo da pessoa que dirige o estabelecimento.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPRIBOV – Cooperativa dos Capribovinocultores de Cabaceiras e Região

CEASA – Central de Abastecimento

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ILP – Integração Lavoura-Pecuária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PIB – Produto Interno Bruto

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Metodologia.....	18
2. O CAMPESINATO COMO UM MODO DE VIDA: DEBATE TEÓRICO ACERCA DA POPULAÇÃO CAMPONESA	22
2.1 CONCEITUAÇÃO DE CAMPESINATO E CAMPONÊS.....	22
2.2 CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO	24
2.3 CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO.....	26
2.4 CAMPESINATO E LUTA PELA TERRA.....	29
2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGROPECUÁRIA NO BRASIL, NA PARAÍBA E EM GADO BRAVO	31
3. GEO-GRAFIAS DO MUNICÍPIO DE GADO BRAVO: ASPECTOS FÍSICOS, ESPAÇO AGRÁRIO, DINÂMICA URBANA E CONTEXTO ECONÔMICO	34
3.1 QUADRO FÍSICO DE GADO BRAVO.....	34
3.1.1 Relevo.....	35
3.1.2 Solos.....	36
3.1.3 Vegetação	37
3.1.4 Recursos Hídricos	39
3.1.5 Pluviometria	42
3.2 PANORAMA GERAL DO ESPAÇO AGRÁRIO	44
3.3 DINÂMICA URBANA	52
3.4 CONTEXTO ECONÔMICO.....	54
3.4.1 Feira Livre de Gado Bravo.....	55
3.4.2 Comércio e Prestação de Serviços	60
4. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NAS UNIDADES CAMPONESAS EM GADO BRAVO.....	66
4.1 PROPRIEDADE DA TERRA	67
4.2 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS	74
4.3 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	78
4.3.1 Agricultura	79
4.3.2 Pecuária	87
4.3.2.1 Bovinocultura	88
4.3.2.2 Suinocultura.....	97
4.3.2.3 Caprinocultura	99

4.3.2.4 Galináceos	103
4.3.2.5 Outras criações	106
4.3.3 Interações Agricultura-Pecuária	108
4.4 RENDA E TRABALHO	111
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DAS UNIDADES CAMPONESAS GADOBRAVENSES	118
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXO I.....	128
ANEXO II	131

1. INTRODUÇÃO

A agropecuária é o setor da economia que congrega o conjunto das unidades produtivas que exercem suas atividades em processos ligados diretamente à natureza. Compreende, portanto, o denominado setor primário da economia. Como o próprio nome sugere, engloba a prática da agricultura, termo de origem latina que significa “cultivo do solo”, da pecuária, que vem do latim “pecus” e significa “cabeça de gado”, assim como do extrativismo vegetal, a caça e a pesca. No território brasileiro, a estruturação dessa atividade esteve vinculada aos processos históricos e culturais da formação de diversas localidades e regiões, destacando-se economicamente ao longo dos séculos, embora na atualidade o setor que inclui a atividade agropecuária seja responsável por apenas uma pequena parcela do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Nesse sentido, quando se fala na participação da agropecuária no PIB brasileiro, existem fontes que destoam quanto à real parcela deste setor na economia nacional. O que ocorre é uma divergência no cálculo aplicado pelas instituições, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o responsável por mensurar as contas nacionais e normalmente divide o PIB nacional nos seguintes setores econômicos: agropecuária, indústria e serviços. Outros órgãos, como é o caso do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) consideram o setor da agropecuária para além do proposto pelo IBGE, incluindo atividades dos outros dois setores da economia, tornando, portanto, o setor mais amplo e fazendo com que os números referentes ao PIB brasileiro sejam mais inflados nesse órgão em comparação aos expostos pelo IBGE.

Dessa forma, como aqui consideramos o IBGE como o órgão oficial de divulgação do PIB nacional, nos cabe seguir os dados expostos por tal instituto. Assim, vale destacar que a agropecuária foi responsável por apenas 7,9% do PIB brasileiro no ano de 2022, de acordo com relatório técnico da entidade, caracterizando uma baixa participação do setor, enquanto a indústria respondeu por 23,9% e o setor de serviços correspondeu a 68,2% do número total (IBGE, 2023).

Dentro desse contexto, para além da participação econômica, a agropecuária tem ainda significativa importância social, uma vez que gera emprego para uma grande quantidade de famílias do campo, sendo responsável, muitas vezes, pela maior parte do sustento dessas pessoas, principalmente quando se fala em agricultura familiar. Isso acaba por contribuir também para a fixação do homem no campo e por consequência para atenuar a concentração

populacional, problema muito comum na atualidade, principalmente nos grandes centros urbanos.

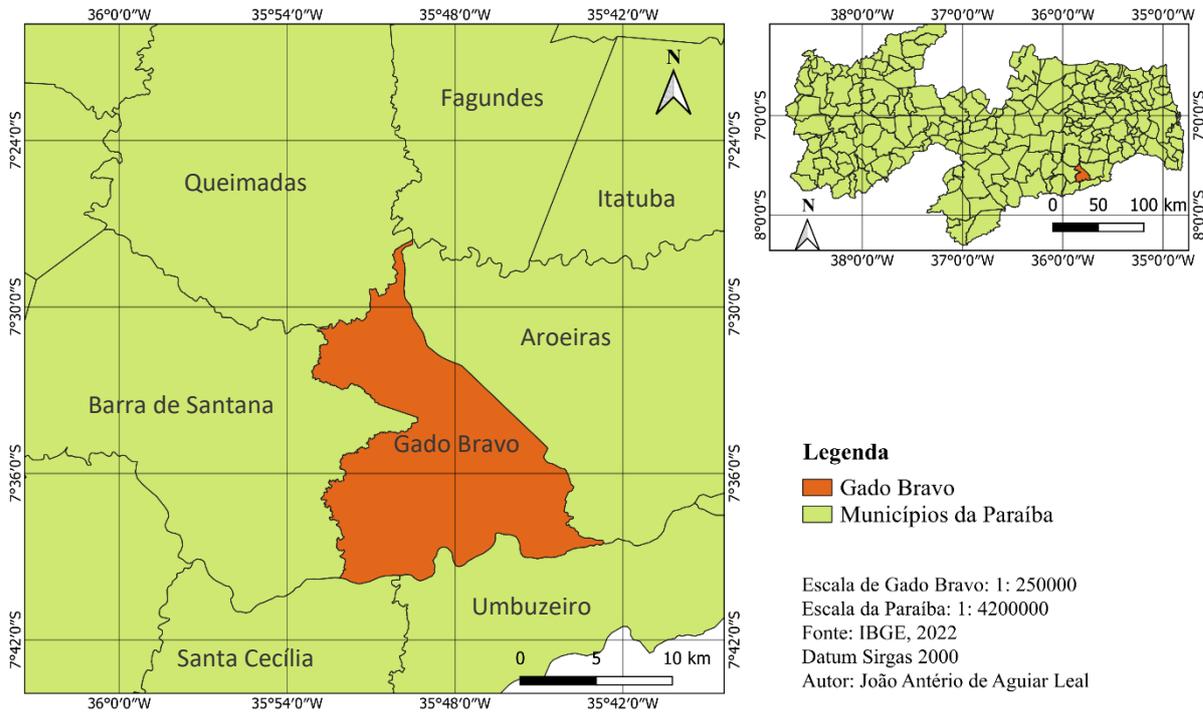
A agropecuária foi ainda uma das primeiras atividades praticadas na época da colonização, principalmente com os engenhos de cana-de-açúcar e a criação de gado que, naquele momento, era uma atividade subsidiária da economia açucareira. Nos ciclos econômicos que se seguiram à expansão canavieira, a agropecuária continuou tendo papel de destaque ao lado de culturas que comandaram sucessivos ciclos econômicos, como o do café, da borracha e do cacau, esses dois últimos mais circunscritos regionalmente (FURTADO, 1971). Sendo assim, considerando o caráter agroexportador do Brasil ao longo de seu desenvolvimento, as atividades agropecuárias foram responsáveis tanto pelo crescimento econômico brasileiro, quanto pela própria expansão territorial do país, adentrando nas regiões interioranas, principalmente com os chamados caminhos do gado e as bandeiras (ABREU, 1989).

Para além disso, ao tratarmos da agropecuária, devemos considerar que, por um lado, tanto a agricultura como a pecuária têm suas próprias especificidades e características e, por outro lado, são atividades que, muitas vezes, são complementares dentro do contexto estabelecido na propriedade rural, possuindo diversas formas de interligação entre si com uma atividade influenciando a outra de maneira bastante frequente. Tal fato ocorre sobretudo na agricultura de base familiar camponesa, e principalmente nos pequenos municípios, onde a maior parte das propriedades rurais costumam ter uma extensão reduzida e por consequência, portanto, não dispõem de uniformidade na distribuição das atividades, fazendo com que elas estejam em constante interação.

Nessa perspectiva, diante do que foi exposto até o momento, propomos como objeto da presente pesquisa estudar a organização da produção agropecuária nas unidades camponesas, procurando resolver o seguinte problema de pesquisa: como a agricultura e a pecuária se articulam e estão estruturadas nas propriedades camponesas tendo em vista as estratégias de sobrevivência dessas unidades?

Como recorte espacial para essa pesquisa, escolhemos o município de Gado Bravo, que está localizado no Agreste Paraibano, na região intermediária e imediata de Campina Grande e tem, de acordo com o último censo demográfico, realizado no ano de 2022 pelo IBGE, uma população de 8.179 habitantes, distribuídos em 192 km² de área, caracterizando uma densidade demográfica de 42,51 hab/km². O mapa 1 traz a localização do supracitado município em relação ao território do estado da Paraíba.

Mapa 1: Localização do Município de Gado Bravo



Fonte: IBGE; Elaboração: João Antério de Aguiar Leal

Considerando ainda dados do censo demográfico de 2010, uma vez que a sistematização dos dados do censo mais recente ainda não está completa, vemos que do montante total de contingente populacional, 7.468 habitantes, ou seja, quase 90% da população reside na zona rural e, em sua maioria, obtêm sua renda total ou parcialmente da prática da agricultura, da pecuária ou de ambas.

Nesse contexto proposto, entendemos que a agricultura e a pecuária de base camponesa são assuntos muito relevantes dentro da geografia e principalmente da geografia agrária, sendo assim, agrupar as duas atividades e realizar um estudo em um pequeno município, que tem praticamente 90% de sua população residindo na zona rural, população essa que, em sua maioria, se dedica, pelo menos parcialmente, à alguma atividade agropecuária e utiliza majoritariamente a mão-de-obra familiar em sua produção, pode trazer uma contribuição interessante para a discussão que engloba a prática dessas atividades no seio da geografia agrária.

Diante disso, nesse trabalho objetiva-se compreender a organização produtiva da agropecuária nas unidades camponesas do município de Gado Bravo. Para tanto, nos propomos, a fim de alcançar o cumprimento do objetivo geral, os seguintes objetivos específicos: estudar a organização das atividades da pecuária e agricultura nas unidades camponesas gadobravenses, buscando identificar as particularidades de cada uma dessas atividades; Caracterizar a produção

agropecuária camponesa em Gado Bravo, principalmente no que tange aos aspectos produtivo e econômico; Entender as interações existentes na relação agricultura-pecuária no município estudado, analisando as interseções das atividades; Avaliar o papel da agropecuária para viabilidade econômica das unidades camponesas. Para além disso, buscaremos ainda caracterizar o espaço gadobravense sob outros aspectos, que influenciam de forma direta ou indireta na atividade agropecuária, mas que vão além da produção propriamente dita, adentrando em outras áreas da geografia.

No desenvolvimento da pesquisa, buscaremos fundamentar nossas análises a partir do diálogo com referenciais teóricos que contribuem com os estudos agrários e geográficos, tais como Oliveira (2007), Valverde (1967), Shanin (2008), Moreira e Targino, (1997), Andrade (2011), dentre outros autores que são importantes para o entendimento do objeto deste estudo. Além desse levantamento bibliográfico para proporcionar um aprofundamento teórico a respeito da temática, será feito um estudo de campo no município para analisar a realidade local a partir, principalmente, da observação do contexto estudado e de conversas com os camponeses através de entrevistas, além de considerarmos também a perspectiva da experiência de vida no local, seja pela convivência com o objeto de estudo enquanto filho de camponês, seja enquanto pesquisador, através de experiências na realização de outros trabalhos no município objeto dessa pesquisa.

De início, porém, convém destacar algumas hipóteses para essa pesquisa que podem vir a se confirmar ou não no decorrer da realização do trabalho: em primeiro lugar, no âmbito da relação agricultura-pecuária no município a ser estudado, principalmente em decorrência da influência dos fatores climáticos, podemos ter um setor agrícola que atua como complementar à atividade pecuária, por outro lado, mesmo com essa configuração, a agricultura atua como suporte para a pecuária em diversas conjunturas, como é o caso do fornecimento da palma forrageira, principal componente da ração animal durante a maior parte do ano, sobretudo de bovinos, caprinos e ovinos.

Então, um horizonte possível dentro do contexto agrário gadobravense é um setor pecuário mais forte em detrimento do setor agrícola, mas que não diminui o peso da agricultura para a configuração do espaço agrário do município, além do fato de as atividades estarem em constante interação.

Nesse sentido, pensamos a estruturação do trabalho da seguinte maneira: na primeira parte teremos a presente introdução e metodologia, na segunda traremos uma revisão bibliográfica destacando pontos que julgamos interessantes e necessários ao entendimento dentro do que foi produzido acerca do debate sobre o campesinato. Em seguida, na terceira

parte, iremos trabalhar o espaço gadobravense de forma abrangente, abordando questões que vão além da atividade agropecuária, mas que em certos contextos se relacionam a ela, como a geografia física do município, a dinâmica urbana e econômica, além de contextualizar o espaço agrário mediante o uso de dados, sobretudo do IBGE.

Na quarta seção dessa pesquisa nos debruçaremos sobre aspectos que permeiam a produção agropecuária local, caracterizando cada uma das atividades de forma individual e apontando as interações existentes entre elas no âmbito agrário local. Por fim, a título de conclusão, utilizaremos os aspectos apresentados ao longo do trabalho como forma de propiciar a análise da viabilidade econômica das unidades camponesas do município, formando a quinta parte do texto.

1.1 Metodologia

Como forma de alcançarmos os objetivos propostos para essa pesquisa, estabelecemos em nosso trabalho alguns pilares metodológicos: Em primeiro lugar, foi realizada uma revisão bibliográfica que se fez importante principalmente na estruturação do primeiro capítulo, mas que foi importante também para a composição das demais partes e nos propiciou o entendimento do contexto teórico analisado na pesquisa, nos permitindo apresentar conceitos que julgamos importantes dentro da discussão da produção camponesa, incluída no debate da geografia agrária.

Em seguida, foi dado andamento na pesquisa com o levantamento de dados estatísticos, que também se fez importante no decorrer de todo o trabalho e se deu principalmente no censo demográfico e no censo agropecuário do IBGE, mas que perpassam esse órgão e chegam em outras importantes fontes.

Por fim, como forma de coleta de dados sobre o objeto da pesquisa, realizamos estudo de campo no local, pautado na realização de entrevistas com os camponeses residentes no município e na observação da realidade local para nos proporcionar o entendimento do contexto da atividade agropecuária em Gado Bravo. Vale destacar, nesse sentido, que foram utilizados alguns dias de atividade em campo e não somente um único dia com começo e fim determinados.

Dentro desse contexto, Alentejano e Rocha-Leão (2006), colocam o trabalho de campo como parte fundamental no método de trabalho dos geógrafos, sendo inclusive muito importante para a sistematização dos estudos geográficos desde os primórdios desta ciência. Acerca dessa questão, outra contribuição importante é trazida por Valverde (2006), para ele, no

momento da realização do estudo de campo, o geógrafo enquanto pesquisador precisa ir além do simples olhar sobre a paisagem, adentrando na reflexão e interpretação do fenômeno que está sendo observado.

Sendo assim, tais entrevistas mencionadas anteriormente, foram pensadas da seguinte maneira: estabelecemos 3 categorias dentro das unidades camponesas de Gado Bravo, dividindo-as por número de hectares. A primeira categoria abarca as unidades que possuem menos de 10 hectares de área, a segunda está no intervalo de 10 a menos de 20 hectares, enquanto a terceira categoria inclui aquelas unidades produtivas que vão de 20 hectares a menos de 50.

Para cada uma dessas categorias estabelecidas previamente realizamos entrevistas, de acordo com o critério de saturação¹, procurando abarcar o maior número possível de localização dos sítios² dentro do município, fazendo com que grande parte da área territorial faça parte do contexto analisado na pesquisa. Em razão de questões ligadas à facilidade na localização das unidades camponesas, em alguns sítios foi possível a realização de mais de uma entrevista, enquanto em outros, por se encontrarem mais afastados da região central do município, foram abarcados em menor número.

Obedecendo o critério de saturação exposto, e por se tratar de um município com um espaço agrário semelhante ao longo de todo o seu território, tanto no tocante ao aspecto físico da geografia, quanto no humano, entendemos que a realização de 12 entrevistas foi o suficiente para analisar o contexto agrário local dentro do que nos propomos a analisar, sendo complementado em grande medida em razão da experiência prévia no local, além da observação da organização produtiva camponesa do município durante a realização do estudo de campo e das entrevistas.

Nesse contexto, em campo verificamos que muitas das unidades camponesas entrevistadas durante a pesquisa, não possuem um registro de propriedade como entendido e regulamentado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A partir do Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA disponível na internet foi possível observar que o município conta com apenas 132 registros de propriedade verificados na consulta pública

¹ O critério da saturação estabelece que o número de entrevista deve ser estabelecido pelo pesquisador ao verificar que as informações colhidas estão sendo repetitivas, sem acrescentar novas informações. Esse critério pode ser aplicado nas pesquisas de caráter qualitativo, onde não se busca levantar informações quantitativas estatisticamente significativas. (MINAYO, 2017; PIRES, 2008).

² A palavra sítio nesse caso se refere às subdivisões de área dentro de um município, principalmente de áreas rurais. Algo que se assemelha ao que seriam os bairros nos perímetros urbanos.

de imóveis no portal do referido órgão. Número que consideramos baixo em comparação a outras formas de análise sobre o uso da terra.

Nesse sentido, como forma de análise no decorrer dessa pesquisa e como ponto de partida para a realização das entrevistas nos debruçaremos primordialmente do contexto apresentado pelo IBGE, ao nos utilizarmos da concepção de estabelecimentos agropecuários proposto pela entidade.

Considerado, portanto, os procedimentos metodológicos descritos acima, devemos destacar também os métodos pensados para serem empreendidos na realização da proposta. Antes de apontá-los, contudo, consideramos importante fazer ainda uma breve contextualização sobre a questão do método na pesquisa científica. Nesse sentido, Lakatos e Marconi (2003, p.83) definem o método como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo (...), traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”, sendo, portanto, imprescindível na pesquisa científica.

Para além disso, Paulo Netto (2011) ao analisar o método da teoria marxista, aponta que para Marx o método não se configura como um conjunto de regras que se adequam ao objeto numa abordagem pré-definida, mas que considera o posicionamento do sujeito que realiza a pesquisa.

Diante disso, em nossa pesquisa nos utilizaremos no tocante à pesquisa de campo, de procedimentos metodológicos próprios das pesquisas etnográficas. Segundo Sautu (2005, p.41), tal abordagem metodológica tem como objetivo “estudar a vida social e cultural de uma comunidade, bairro, grupos humanos tão naturalmente quanto possível e em profundidade”, apontando também para relação que é vivenciada entre o pesquisador e o grupo social estudado, colocando nessa esfera a nossa experiência prévia dentro do contexto do objeto de estudo aqui analisado.

Nesse sentido, iremos aplicá-lo buscando compreender em profundidade a população camponesa gadobravense, enquanto grupo social dotado de uma cultura própria, e a realização das práticas agropecuárias atuam dentro desse contexto como forma de preservação de sua existência.

Quanto ao método, iremos lançar mão do método dialético, utilizando-o como método de interpretação da realidade a ser estudada. Esta escolha se justifica por entendermos que a realidade a ser estudada contempla os três fatores importantes que, segundo Suertegaray (2005, p.26), são requeridos por esse método, a saber a compreensão: “do mundo como processo de totalização em movimento (...) da parte como constituinte do todo (...) da análise da essência

para além das aparências”. Nessa ótica, em nossa análise sobre a produção camponesa em Gado Bravo, buscaremos estudar uma parte para compreender o processo como um todo em sua essência.

2. O CAMPESINATO COMO UM MODO DE VIDA: DEBATE TEÓRICO ACERCA DA POPULAÇÃO CAMPONESA

Como forma de dar início à discussão proposta nessa pesquisa, julgamos indispensável trazer uma contextualização teórica acerca das temáticas que vão ser trabalhadas ao longo do texto. Dessa forma, nesse primeiro capítulo, discorreremos sobre parte do que se produziu teoricamente no tocante ao debate que envolve o campesinato, correlacionado com aspectos de fora do campesinato, mas que estão intrinsicamente ligados a essa discussão.

Nesse sentido, propomos a analisar tópicos essenciais dentro dessa contextualização. Assim, em um primeiro momento iremos abordar o que autores com destaque no âmbito proposto para a pesquisa colocam como sendo o campesinato e o camponês. Em seguida, faremos uma breve contextualização do sistema que se coloca historicamente como o oposto da dinâmica camponesa, o agronegócio, para na sequência, dentro da mesma perspectiva, analisarmos o debate histórico da teoria marxista que versa sobre a criação e recriação do campesinato. No tópico seguinte, traremos outro ponto que se apresenta como indissociável quando se fala em campesinato que é a luta pela terra. Por fim, como forma de encerrar esse primeiro capítulo da pesquisa, propomos fazer algumas considerações acerca da produção agropecuária a nível nacional, estadual e local.

2.1 CONCEITUAÇÃO DE CAMPESINATO E CAMPONÊS

Diante do que foi colocado, de início, devemos conceituar o que se entende por campesinato e sobre o ator social deste, o camponês. Sobre esse tema, Wanderley (2014) aponta que o campesinato tem em seu âmago o caráter familiar, seja com a produção voltada para o atendimento das necessidades da família ou com a cooperação entre seus integrantes para a realização do trabalho.

Dessa forma, portanto, ainda de acordo com Wanderley (2014, p. 26), o campesinato corresponde a “uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura”. Nessa discussão, Wanderley (2003) coloca também a visão de que o campesinato pode ser entendido, portanto, em duas dimensões, a primeira dela indica o campesinato como uma sociedade entrelaçada, e a segunda como uma forma social de organização da produção, pautada na produção familiar.

Dentro dessa mesma perspectiva, é de vital importância definir também o ator social que faz do campesinato um modo de vida. No Brasil, o termo “camponês” traz consigo um forte teor político em sua conceituação, isso ocorre por estar intimamente relacionado ao movimento camponês, que foi duramente perseguido historicamente no país (WANDERLEY, 2014). Foi justamente isso que levou a elaboração de inúmeros outros vocábulos buscando anular o significado da palavra camponês, sendo o mais usual entre eles a expressão “agricultor familiar”, utilizado pelo Estado no âmbito da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Tal conceituação é estabelecida ainda na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece o marco legal da agricultura familiar no Brasil. Acontece, no entanto, que com a inserção dessa lei, o que antes era visto como um sujeito social, dotado de um modo de vida específico (o camponês), passa a limitar-se a diretrizes jurídicas previamente determinadas e engessadas, configurando uma concepção de cunho neoliberal da pequena produção camponesa (MITIDIERO JUNIOR et al., 2017). Essa mudança, aceita por grande parte da população, seja entre os próprios agricultores dentro dos sindicatos e movimentos sociais ou mesmo por parte da academia, traz, como aponta Marques (2008, p. 61), “o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária”.

Para além disso, convém destacar ainda que, historicamente, o camponês poderia receber denominações diferentes de acordo com o local no qual se encontrava, como exemplifica Marques (2008, p.60), eram comuns os termos “caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no Sul”. Discutindo também sobre essa questão de diferenciação das nomenclaturas que definem o camponês, Mitidiero Junior et al (2017, p. 24) colocam que:

O campesinato brasileiro não é homogêneo, abarcando uma miríade de tipificações e estratos sociais - do camponês caipira do estado de São Paulo ao camponês sertanejo do Nordeste do Brasil; das famílias assentadas em projetos de reforma agrária a famílias remanescentes de quilombos, ribeirinhos, pantaneiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, etc., que compõem esse universo. (MITIDIERO JUNIOR et al., 2017, p.24).

Nesse sentido, para além das diversas nomenclaturas que têm sido cada vez mais usuais na atualidade - e mesmo historicamente - para definir o camponês, devemos considerar que não somente isso mudou no decorrer do tempo. O saber tradicional característico dos camponeses passa a não ser suficiente para atender as demandas econômicas exigidas na atividade, fazendo-

se necessário cada vez mais um conhecimento apurado das técnicas utilizadas para o manejo da atividade agropecuária (WANDERLEY, 2003).

A questão destacada acaba gerando uma dinamização que faz com que o camponês precise passar por um processo de atualização de sua percepção da realidade produtiva, como forma de se inserir nas condições modernas de produção. Nesse caso, a ordem social moderna, como afirma Marques (2008, p. 60), “é determinada pelo mercado capitalista e fundamenta-se no princípio de competição, tendo como valores o indivíduo e a razão”, princípios que vão, portanto, contra o que é característico da produção tradicional camponesa.

Por outro lado, a inserção do campesinato nessa ordem social moderna ao mesmo tempo que descaracteriza certos princípios próprios do camponês, também expõe a capacidade de resistência desse grupo social a novas formas de sustento e manutenção da família e de sua atividade. Evidencia-se assim a relação dialética existente entre o campesinato e o sistema capitalista, que nos leva ao debate clássico sobre a desintegração do campesinato ou sua recriação, coexistindo com os moldes capitalistas. Nos aprofundaremos nessa questão um pouco mais a frente, haja vista que nosso objetivo nesse tópico é trazer a conceituação dos termos campesinato e camponês de forma mais geral.

Considerado isso, devemos ressaltar, por outro lado, que a atividade agropecuária em sua configuração de caráter familiar, pautada, portanto, numa ótica camponesa, traz consigo uma grande relevância, uma vez que 76,8 % dos estabelecimentos rurais no Brasil enquadraram-se no modelo de agricultura familiar. Na Paraíba, esse número mantém-se no mesmo patamar, com 76,9% dos estabelecimentos inseridos também nessa matriz de produção (TARGINO e MOREIRA, 2020). Esses dados demonstram a forte presença da produção camponesa tanto no Brasil como um todo, quanto a nível estadual e evidenciam sua importância dentro do contexto agrário.

2.2 CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO

Em contrapartida ao que foi dito anteriormente, o que vemos atualmente no cenário nacional é um discurso que busca centralizar as atividades agropecuárias sob a égide do agronegócio, estando a produção brasileira comumente associada a grandes propriedades monocultoras e agroexportadoras (WANDERLEY, 2014). Nesse sentido, a dita sociedade do capital vem sendo modificada no âmbito da reestruturação produtiva e isso implica na estrutura de classes e na dinâmica dos trabalhadores (THOMAZ JUNIOR, 2012), afetando, portanto, a

dinâmica camponesa que passa a se encontrar, muitas vezes, subordinada ao capital, vista sobretudo sob a figura do agronegócio.

Ao escreverem sobre esse assunto, Mitidiero Júnior e Goldfarb (2021, p.5) colocam o agronegócio como “um modelo de produção e gestão resultante da associação do capital agroindustrial nacional e internacional com a grande propriedade fundiária”, apontando ainda para o domínio do grande capital na sua produção, seja ele tanto fundiário, quanto industrial ou financeiro.

Nessa perspectiva, Fernandes (2005) aponta que dentro do sistema capitalista o agronegócio sofre constantes reinvenções, intensificando cada vez mais o processo de exploração da terra e do homem, passando inclusive por mudança em sua nomenclatura como forma de esconder a imagem feita sobre a figura clássica do latifundiário e tudo o que está envolto nesse processo, a exemplo do trabalho escravo, da exploração, da extrema concentração de terra, etc. Sobre isso, Fernandes (2005, p.4863) coloca ainda:

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. (FERNANDES, 2005, p.4863)

Temos então, considerando o que foi dito até o momento nesse capítulo, um embate histórico que coloca em polos opostos duas formas de se produzir no campo: o agronegócio e o campesinato. De um lado, um setor que está pautado na concentração fundiária, na utilização incessante e destrutiva dos recursos naturais, no emprego desenfreado de agrotóxicos, na exploração constante dos trabalhadores e na busca infundável pelo lucro. De outro, um sistema baseado na dinâmica familiar, que tem como base o suprimento das necessidades da família, a cooperação na realização do trabalho e a exploração responsável dos recursos naturais. Nesse confronto de ideologias, é fácil identificar qual a corrente que se justifica como a adequada (ou pelo menos a que deveria ser), em todas as esferas.

Contudo, no entremeio dessa relação, a crescente subordinação do trabalhador familiar ao grande capital, como aponta Thomaz Júnior (2012, p.11) “impõe aos camponeses o impasse de classe: negar o modo camponês/familiar de reprodução social, e adotar a racionalidade capitalista”, fazendo com que este camponês chegue a se transformar em agricultores em escala empresarial ou mesmo se proletarizarem.

Dentro desse contexto, tem-se na atualidade o ideário de que o agronegócio é a parte responsável pela maioria da produção agropecuária. Com o aporte de grande parcela da mídia,

o agronegócio se impõe como o “salvador da pátria”, o setor responsável pela totalidade da produção agrícola e pecuária nacional (FERNANDES, 2005). Nessa relação, apesar de todo o destaque midiático recebido pelo agronegócio em diversas campanhas publicitárias, a exemplo da já conhecida “o agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo”, veiculada pelo sistema Rede Globo, é, na verdade, a produção camponesa a grande responsável, de um lado pela maior geração de empregos no campo (MITIDIERO JUNIOR e GOLDFARB, 2021) e de outro, por colocar a comida na mesa dos brasileiros, uma vez que são os pequenos estabelecimentos os responsáveis pela maior parte da produção, superando os médios e grandes estabelecimentos rurais (MITIDIERO JUNIOR et al., 2017).

Dentro dessa lógica, devemos pontuar que diferentemente do que é proposto na construção ideológica do agronegócio, onde há a produção desenfreada de um único produto visando o retorno financeiro através da exportação, na agropecuária camponesa o foco está na diversidade de alimentos produzidos e no abastecimento da própria família e do mercado interno, sendo responsável por grande parte da comida consumida diariamente em todo o território nacional.

A partir do que foi exposto, ao contrário do que ocorre nas grandes fazendas dominadas pelo dito agronegócio, onde o sufixo do termo por si só explicita o caráter mercadológico desse setor agrícola, o camponês, como afirma Wolf (1976, p.14) “não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa”. Evidencia-se, dessa forma, a existência de uma economia familiar envolta nas práticas da população camponesa que vai muito além da busca incessante pela obtenção de lucro, viés predominante na economia capitalista. Nesse sentido, a produção agropecuária camponesa é uma atividade econômica, mas não se limita a isso, a propriedade do camponês é, pois, tanto uma unidade econômica, quanto um lar (WOLF, 1976).

2.3 CRIAÇÃO E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

Para além disso, o campesinato da forma como é caracterizado desde os primórdios dos estudos sobre essa categoria rural, tem uma conotação cada vez mais mutável ao longo dos tempos. Marx, no capítulo 24 de O Capital: “A assim chamada acumulação primitiva”, ao analisar os impactos da revolução industrial sobre a agricultura na Inglaterra, aponta para o processo crescente da economia capitalista no campo, levando a um processo de destruição

progressiva do campesinato, em decorrência da crescente expropriação fundiária da população camponesa (MARX, 2011)³.

Lênin, ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, aponta também para “inquestionável a conclusão de que o campesinato está em total desintegração, com o pleno domínio da burguesia camponesa” (LÊNIN, 1988, p.46). O autor coloca que o campesinato seria levado a um processo de subordinação à economia mercantil e ao sistema capitalista, gerando assim um processo de dependência da população camponesa ao capital. Esse processo que levaria à desintegração do campesinato gera dois grupos opostos no campo, o primeiro deles é a burguesia rural, composto por grandes e médios proprietários envolvidos no âmbito comercial da atividade, enquanto o segundo grupo é o dos proletários rurais que correspondem a classe assalariada e necessitam vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência e de sua família, a partir da desintegração dos pequenos proprietários (LÊNIN, 1988).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Kautsky (1980) ao analisar a funcionalidade da agricultura sob a influência do capital na Alemanha, aponta para a superioridade da grande exploração em detrimento da pequena. Esta última, não tendo condições de competir com a grande e média propriedade, termina por não ter suas necessidades supridas com a agricultura, daí a necessidade de um trabalho acessório, que a leva, por consequência, a uma submissão à dinâmica do capital. Esse fator associado ainda às desigualdades que são impostas pelo sistema capitalista, acaba fazendo com que haja uma tendência da produção camponesa, colocada em segundo plano dentro desse processo, de diminuir ou mesmo desaparecer, lançando os camponeses no mercado de trabalho, como proletários.

Em contrapartida a essa análise de teóricos clássicos que indicam uma progressiva destruição do campesinato em decorrência do domínio do capitalismo, outros estudiosos dessa temática apontam para a existência de relações não tipicamente capitalistas que coexistem com a produção do grande capital. Cabe destacar aqui alguns autores que se enquadram nessa discussão.

Chayanov (1976), ao mesmo tempo que considera como indiscutível a dominância exercida pelo sistema capitalista, aponta também que é inviável fazer uma análise de caráter econômico, segundo a teoria econômica ortodoxa, desenvolvida para explicar o funcionamento das unidades de produção capitalistas, pois as categorias analíticas utilizadas (salário, juros, lucro, renda, etc.) não se aplicam à organização das unidades de produção familiares. Isto é,

³ Vale lembrar, contudo, que Marx na sua resposta a Vera Zasulich afirma que a análise que ele faz sobre o campesinato no *Capital* diz respeito apenas à realidade inglesa, não devendo ser estendida para a realidade dos demais países (MALAGODI, 2005).

essas unidades de produção têm uma lógica organizacional diferente, permitindo integrar-se no mercado mesmo com produtividade inferior à vigente nas unidades capitalistas. Nesse sentido, o autor coloca que mesmo dentro do capitalismo, esse tipo de trabalho atrelado à lógica familiar está presente na época de sua análise em grande número de realidades nacionais (CHAYANOV, 1976).

Para Luxemburgo (1985) não existe uma sociedade na qual a forma de produzir funcione exclusivamente sob o modo capitalista de produção. Há a coexistência entre as formas capitalistas e as não capitalistas. Afirma mais: os segmentos não capitalistas, que compõem o que a autora denomina de mercados externos, são essenciais para a realização da mais valia gerada pelo segmento capitalista, viabilizando o processo de acumulação de capital. Porém, contraditoriamente, o capital mesmo necessitando dos mercados externos atua no sentido de extingui-los através da violência, da atuação do Estado e da inclusão no mercado (LUXEMBURGO, 1985).

Nessa concepção, o próprio capital, em sua contradição, cria e recria relações não capitalistas, como é o caso da agropecuária camponesa. Assim, o crescimento cada vez mais acentuado do sistema capitalista não implica, necessariamente, na desintegração do campesinato, que se reinventa mesmo que de forma subordinada e em um grau inferior ao que já representou.

A partir desse contexto, Shanin (2008) aponta para a existência do processo de criação e recriação do campesinato. Para o autor, os camponeses possuem a capacidade e a flexibilidade de se adaptar a novas condições de ganhar o sustento da família, indicando, nessa discussão, três exemplos desse processo: o turismo, a utilização de novos métodos de produção e a combinação do trabalho camponês e o trabalho não-camponês (SHANIN, 2008). Para o autor, portanto, a população camponesa passa por constantes reinvenções, aliando novas formas de sustento à prática das atividades rurais. Dentro dessa questão, Thomaz Júnior (2012, p.12) aponta para a existência de “atividades realizadas nos centros urbanos por aqueles que de alguma maneira já estão no campo e retiram parcialmente o sustento de sua família das atividades agrárias”, evidenciando também a necessidade de aliar as práticas camponesas ao trabalho não camponês, já mencionada por Shanin (2008).

Nessa mesma direção, apontam as contribuições da teoria da articulação francesa que defendem a concepção de que numa formação social coexistem diferentes modos e ou formas de produção, de modo que o campesinato pode persistir nas formações sociais capitalistas, embora como forma de produção dominada (LIPIETZ, 1988).

Dentro desse processo, Oliveira (2007) indica que não somente houve a permanência do campesinato dentro dessa dinâmica, mas também um aumento desse processo na agricultura. Ainda para o referido autor, “o campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é (...) o camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna” (OLIVEIRA, 2007, p.11). Em outro texto o autor destaca ainda que “o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele” (OLIVEIRA, 2001, p.185). Caracterizando também, dessa forma, o processo de criação e recriação do campesinato.

Estão assim constituídas, portanto, as duas principais correntes teóricas que versam sobre a sobrevivência do campesinato. De um lado, teóricos que defendem o desaparecimento paulatino da atividade camponesa, imerso no desenvolvimento impiedoso do capitalismo e, de outro, teóricos que discorrem sobre a dinâmica contraditória do capitalismo, que dentro de si mesmo origina relações não tipicamente capitalistas, criando e recriando o campesinato.

2.4 CAMPESINATO E LUTA PELA TERRA

Dentro dessa perspectiva de criação e recriação do campesinato, onde o camponês se vê por muitas vezes obrigado a se reinventar para continuar como um sujeito dotado de certa autonomia e liberdade para a prática da sua atividade no campo, uma das principais dificuldades que se impõe ao referido produtor rural é o acesso à terra. Em decorrência da extrema concentração fundiária no Brasil empenhada pela classe dominante, o camponês está cada vez mais sendo privado do seu meio de produção mais importante. É justamente nesse sentido que se coloca o movimento de luta pela terra no Brasil.

Tal movimento, realizado sobretudo por famílias sem-terra – liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) -, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, ocorre em duas frentes principais: a primeira delas é a luta para entrar na terra, ou seja, para se tornarem camponeses proprietários, a segunda luta é para permanecer na terra (OLIVEIRA, 2001) e, por consequência, continuar a produção de alimentos, que é tão significativa para levar comida para a mesa dos brasileiros, como já foi destacado anteriormente.

Martins (2010, p.4), ao discutir a questão da terra no Brasil sob a ótica do desenvolvimento do capitalismo, aponta que “a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós”, indicando, nesse sentido, uma relação intrínseca entre a propriedade da

terra e o desenvolvimento do modo capitalista de produção, contribuindo para a reprodução do capital.

Nesse contexto, o campesinato enquanto classe social envolve a luta pela terra em seu íntimo. Girardi e Fernandes (2009, p.343) a esse respeito, colocam que “os camponeses materializam o seu território com a produção familiar e resistência à expropriação”. Assim, a principal territorialização do camponês e do campesinato acontece através da luta pela terra em oposição à concentração imposta pelo agronegócio e pelo latifúndio (GIRARDI e FERNANDES, 2009).

Diante desse processo, muitas famílias de camponeses são colocadas em situações que os fazem tomar uma dura decisão, como é o caso cada vez mais acentuado do êxodo rural no Brasil, levando famílias inteiras ou mesmo parte delas para fora do seu meio de produção. Ao tratar dessa questão, Oliveira (2001, p.188) coloca que:

A maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra. (OLIVEIRA, 2001, p.188).

O autor atenta para a pouca quantidade de terras que está nas mãos dos camponeses. E estas, sendo repassadas de geração em geração por herança tendem a diminuir até o ponto de não ser mais possível que todos os descendentes do proprietário original consigam se manter através do trabalho na terra, fazendo com que a migração ou a luta para reconquistar a terra sejam os únicos caminhos restantes para a sobrevivência.

Dentro desse processo, uma questão que se impõe de maneira muito forte é a violência sofrida nessa busca para entrar na terra. No Brasil, a violência e os conflitos no campo têm sido a marca principal da luta pela terra (OLIVEIRA, 2001). Enquanto temos a classe camponesa em busca da reforma agrária no país, as elites latifundiárias, tendo seus interesses econômicos em jogo, respondem com hostilidade, levando muitas vezes a uma série de assassinatos no campo.

Girardi e Fernandes (2009) atentam para a existência de dois tipos de violência no campo: a direta e a indireta. A primeira refere-se à violência física, que se apresenta sob as formas de ameaças de morte, assassinatos ou tentativas de assassinatos e expulsão da terra, já o segundo tipo diz respeito à influência para vilanizar no âmbito dos três poderes políticos questões referentes a decisões sobre a questão agrária, como é o caso da própria reforma agrária no Brasil.

De acordo com Teubal (2008, p.149) esses movimentos dos trabalhadores atuam “como uma reação contra a consolidação de um sistema de agronegócios sob a égide do neoliberalismo”. Esse movimento luta, portanto, pela consolidação de um espaço agrário próprio, que diverge daquele que se estabelece dentro dos modelos de agronegócio.

Assim, o movimento de luta pela terra, empenhado como uma resistência contra os grandes latifúndios, concentradores de terra e exploradores do trabalho, apresenta-se de forma contundente no território nacional, impondo-se mesmo em cenários de conflito. Andrade (2011) coloca que essa luta se desenvolve de forma diversa nas várias regiões brasileiras, possuindo maior intensidade de conflitos em determinados locais e ganhando contornos cada vez mais perceptíveis com o passar do tempo em decorrência de uma melhor organização por parte dos movimentos sociais.

O referido autor aponta ainda que o maior problema ao se trabalhar a questão agrária brasileira diz respeito à questão fundiária, onde há grande concentração da propriedade da terra nas mãos de latifundiários, ocasionando o crescimento do que o autor chama de grande lavoura em detrimento da decadência das lavouras de subsistência atreladas à pequena propriedade (ANDRADE, 2011, p. 64).

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGROPECUÁRIA NO BRASIL, NA PARAÍBA E EM GADO BRAVO

A partir de tudo o que foi apresentado sobre o recorte da população camponesa, consideramos importante destacar também a importância que detém a atividade agropecuária dentro do contexto definido para a realização da pesquisa. Em termos históricos, a atividade agropecuária foi muito importante para o desenvolvimento de todo o país, em decorrência dos conflitos que vinham ocorrendo no período colonial entre os engenhos de cana-de-açúcar e a criação de gado no litoral brasileiro - uma vez que os animais eram criados soltos, ocupando uma área que poderia ser destinada à economia açucareira, além de pisotear constantemente as áreas de plantio (VALVERDE, 1967) - houve a separação das duas atividades e iniciou-se assim o processo de interiorização do país.

Nos ciclos econômicos que se seguiram à expansão canavieira, a agropecuária continuou tendo papel de destaque no cenário nacional principalmente com o cultivo do café, além de outras culturas muito importantes regionalmente, como a borracha e o cacau (FURTADO, 1971). Sendo assim, tais atividades foram responsáveis tanto pelo crescimento econômico brasileiro, quanto pela própria expansão territorial do país, adentrando nas regiões

interioranas, principalmente com os chamados caminhos do gado e as bandeiras (ABREU, 1989).

No caso da Paraíba, a mencionada separação entre a atividade açucareira e a criação de gado que ocorria no litoral, propiciou o povoamento tanto do Sertão, através principalmente da bovinocultura, quanto do Agreste, que foi inicialmente utilizada como um ponto de pouso na realização dos trajetos entre o litoral e o sertão, desenvolvendo-se a partir disso (MOREIRA e TARGINO, 1997). Vale ser ressaltado que não somente a pecuária foi importante durante esse processo, nesse momento surge também a prática da atividade agrícola, evidenciando assim a importância da atividade agropecuária no estado da Paraíba com relação ao povoamento do estado.

O município de Gado Bravo, por sua vez, teve a sua dinâmica de desenvolvimento econômico intimamente ligada às atividades rurais, sobretudo a agropecuária, uma vez que a criação de gado, bem como a agricultura está presente no espaço agrário gadobravense desde os seus primórdios (CAMELO, 2021).

Para além disso, em decorrência do mencionado processo de separação da atividade açucareira e a criação de gado, que culminou com o avanço do povoamento do interior do país, Gado Bravo teve a instalação de algumas fazendas, sendo as primeiras delas datadas do início do século XIX (CABRAL, 2015), desenvolvendo-se a partir disso uma dinâmica econômica muito voltada para o campo até os dias atuais.

Do ponto de vista econômico, atualmente, a agropecuária é o setor que menos contribui para o PIB brasileiro ou paraibano ficando atrás do setor de serviços e do setor industrial. Essa participação não justifica, portanto, o discurso frequente do agro como “carro-chefe da economia brasileira”. É, na verdade, o que Mitidiero Júnior e Goldfarb (2021) colocam como trocas desiguais da economia nacional, onde o agro exporta a matéria-prima bruta, sem agregar trabalho e valor ao produto, para, posteriormente, importar os produtos processados a um custo mais elevado e que seriam de fácil produção no país. Nessa dinâmica, gera-se ainda uma forte dependência de alguns poucos produtos de exportação e de alguns países importadores (MITIDIERO JUNIOR E GOLDFARB, 2021), que colocam a economia nacional numa posição desfavorável e até certo ponto perigosa, deixando a participação do setor agropecuário no PIB brasileiro com um gosto amargo.

No que concerne ao contexto estadual, a atividade agropecuária passa por momentos de fragilidade, não contribuindo de forma significativa para o PIB paraibano. Como reflexo disso, Targino et al. (2019) apontam que o setor agropecuário vem perdendo sistematicamente espaço dentro da economia paraibana. O município de Gado Bravo pode ser visto como

exemplo desse processo. Apesar de deter grande relevância para a economia do município, enquanto absorvedor da sua mão de obra⁴, e contribuir para a formação e manutenção das famílias residentes na zona rural, a agropecuária teve um declínio considerável nos últimos anos.

Elevado à categoria de município com a denominação de Gado Bravo, pela lei estadual 5.924 de 29 de abril de 1994, desmembrado de Aroeiras (IBGE CIDADES), houve a instalação de diversos empreendimentos comerciais (farmácias, pequenos mercados), além de um considerável aumento no serviço público (CABRAL, 2015). Isso fez com que o município, que costumava ter sua economia voltada quase que exclusivamente para a produção agropecuária, passasse por um processo de terceirização da sua atividade econômica, isto é, com o crescimento do setor de serviços. Em 2019, o PIB do município era da ordem de R\$ 66,7 milhões, com a seguinte distribuição setorial: agropecuária (11,6%), indústria (2,7%) e serviços (85,7%) (IBGE Cidades). Esse fator, aliado ainda aos cíclicos períodos de estiagem, faz com que haja esse declínio sistemático da atividade, mas que não diminui em importância a prática da agropecuária para o sustento das famílias da zona rural do município e sobretudo para o nível de ocupação da força de trabalho.

⁴ De acordo com o último censo demográfico, 69,8% da população economicamente ativa do município encontrava ocupação no seu setor agropecuário.

3. GEO-GRAFIAS DO MUNICÍPIO DE GADO BRAVO: ASPECTOS FÍSICOS, ESPAÇO AGRÁRIO, DINÂMICA URBANA E CONTEXTO ECONÔMICO

Como forma de dar continuidade à pesquisa aqui empreendida, no segundo capítulo apresentaremos aspectos gerais que caracterizam o município de Gado Bravo de forma generalizada para além da dinâmica envolta na atividade agropecuária, que trataremos mais detalhadamente no último capítulo da pesquisa.

Gado Bravo, como mencionado anteriormente, de acordo com o último censo demográfico, realizado no ano de 2022 pelo IBGE, possui uma população de 8.179 habitantes, distribuídos em 192 km² de área, caracterizando uma densidade demográfica de 42,51 habitantes por km² no município. Considerando ainda dados do censo demográfico de 2010, uma vez que a sistematização dos dados do censo mais recente ainda não está completa, vemos que do montante total da população, 7.468 habitantes, ou seja, praticamente 90% da população gadobravense residem na zona rural, colocando assim a agropecuária em primeiro plano quando falamos de atividades econômicas que absorvem a maior parte da população residente no município.

Nesse contexto, abordamos nesse segundo capítulo os aspectos físicos do município, caracterizando-o quanto ao seu relevo, solo, vegetação, recursos hídricos e pluviometria média anual. Para além disso, trazemos um panorama geral do espaço agrário municipal, a dinâmica urbana do município, além do contexto socioeconômico local para além da atividade agropecuária.

3.1 QUADRO FÍSICO DE GADO BRAVO

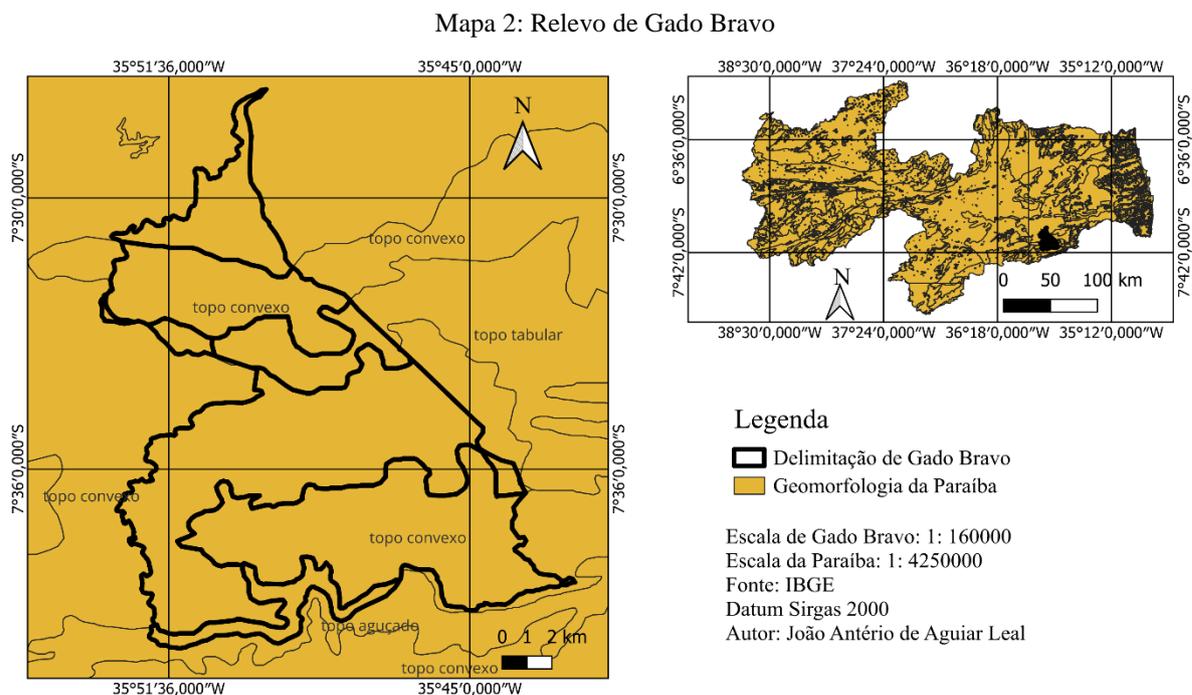
Como forma de iniciar o segundo capítulo, vale destacar primeiramente a estruturação do quadro físico do município, que acaba por influenciar de forma direta ou indireta a atividade agropecuária. Seja com a qualidade e fertilidade dos solos, influenciados pela classificação do relevo do local, seja pelo nível de pluviosidade ou o acesso a determinados corpos hídricos, é certo que os aspectos naturais agem diretamente na prática da atividade agropecuária, dificultando-a ou potencializando-a, portanto, nos cabe fazer uma breve contextualização desses fatores.

3.1.1 Relevo

De acordo com Jatobá e Lins (2008, p.21) “O relevo terrestre é o conjunto de reentrâncias e saliências observadas na superfície terrestre, que refletem a ação de diversos processos geomorfológicos”. Esses processos podem ser de origem endógena, como é o caso do tectonismo, do vulcanismo e dos terremotos, ou de origem exógena, causados pelo intemperismo e a erosão através de diversos agentes tanto físicos, quanto químicos ou biológicos.

Para além disso, devemos destacar que as formas de relevo que estão presentes atualmente sob toda a superfície terrestre são resultado de um longo processo erosivo que variaram tanto no tempo quanto no espaço (JATOBÁ e LINS, 2008, p.12). Podemos inferir então, a partir desse contexto, que o modelado do relevo terrestre está em constante transformação ao longo dos séculos, alterando-se conforme a ação dos agentes de transformação.

Gado Bravo caracteriza-se por apresentar um relevo, na maioria de seu território, com formas com topos convexos, além de poder apresentar formas com topo tabular ou aguçado. No Mapa 2 podemos observar o mapa do município de Gado Bravo quanto ao seu modulado de relevo.



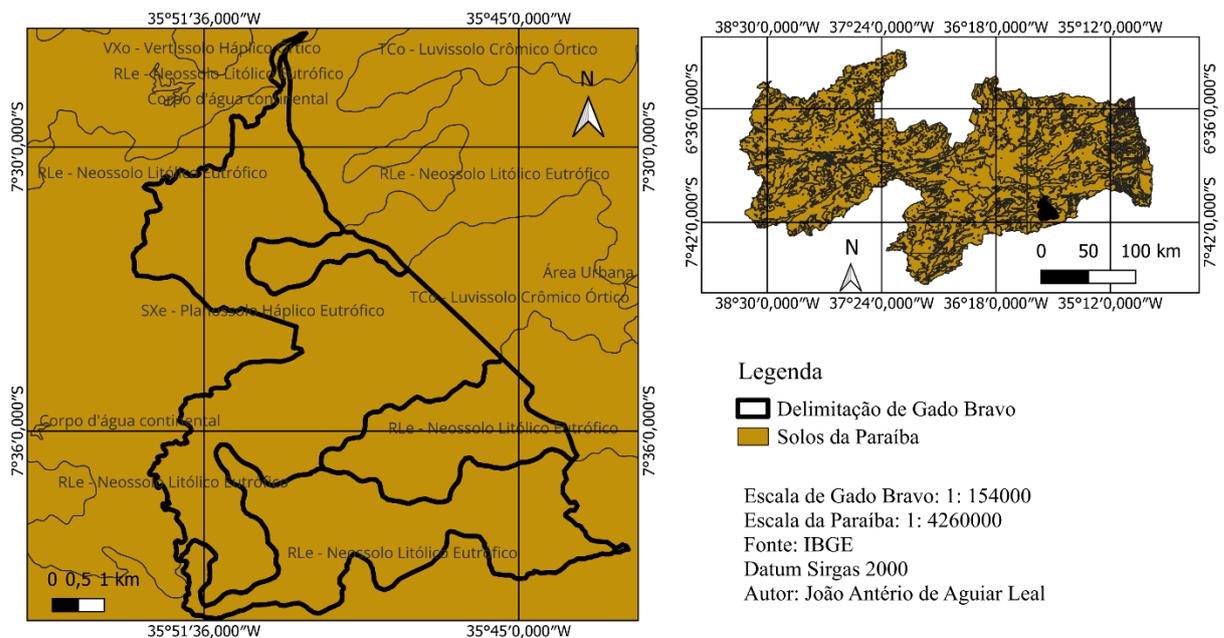
Fonte: Banco de Dados de Informações Ambientais – IBGE; Elaboração: João Antério de Aguiar Leal

3.1.2 Solos

Nos utilizamos da definição proposta pela Embrapa no Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos, entendo-o como “uma coleção de corpos naturais, constituídos por partes sólidas, líquidas e gasosas, tridimensionais, dinâmicos, formados por materiais minerais e orgânicos” (EMBRAPA, 2018, p.27).

Dentro desse contexto, devemos considerar ainda a divisão dos solos por níveis categóricos, organizados a partir de características diferenciais de cada tipo de solo, agrupando-os em classes. Considerando o sistema de classificação da Embrapa, com relação ao primeiro nível categórico o território gadobravense é composto por dois tipos de solo: os Neossolos, os quais “compreendem solos constituídos por material mineral ou por material orgânico pouco espesso que não apresenta alterações expressivas em relação ao material originário” (EMBRAPA, 2018, p.96), e os Planossolos que “compreendem solos minerais imperfeitamente ou mal drenados com horizonte superficial ou subsuperficial eluvial, de textura mais leve, que contrasta abruptamente com o horizonte B imediatamente subjacente, adensado” (EMBRAPA, 2018, p.101). Nesse sentido, o Mapa 3 apresenta essa composição de solos presentes em Gado Bravo.

Mapa 3: Solos de Gado Bravo



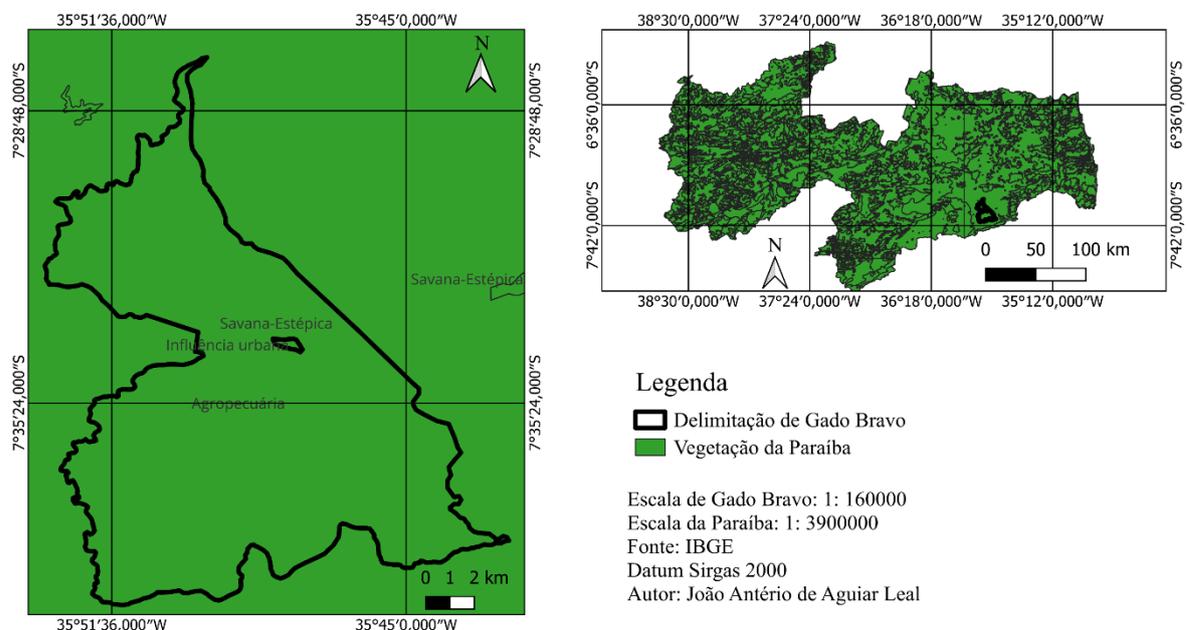
Fonte: Banco de Dados de Informações Ambientais – IBGE; Elaboração: João Antério de Aguiar Leal

No que diz respeito ao segundo e terceiro níveis categóricos apresentados pela Embrapa, podemos observar ainda no Mapa 3 que Gado Bravo tem a presença do Neossolo Litólico (2º nível categórico, caracterizado por compreender solos rasos estando associados a relevos com mais declive) Eutrófico (3º nível categórico, indica um solo de alta fertilidade), além do Planossolo Háptico (2º nível categórico, caracterizado por ter elevado status nutricional, mas que pode apresentar sérias limitações físicas) Eutrófico (3º nível categórico, e como mencionado apresenta um solo de alta fertilidade).

3.1.3 Vegetação

Com relação à vegetação, Gado Bravo encontra-se na região de predominância do bioma Caatinga, bem como grande parte do território nordestino. Apresenta vegetação predominantemente xerófila, que designa as plantas adaptadas a habitats secos que sobrevivem com quantidades reduzidas de água, e caducifólia, que são as plantas que perdem suas folhas em determinado período do ano, no caso da Caatinga ocorre na estação seca. O Mapa 4 apresenta a classificação da vegetação gadobravense.

Mapa 4: Vegetação de Gado Bravo



Fonte: Banco de Dados de Informações Ambientais – IBGE; Elaboração: João Antério de Aguiar Leal

Nesse caso, é importante destacar que a terminologia savana-estépica é utilizada pelo IBGE como sinônimo de caatinga, conforme o manual técnico da vegetação brasileira da referida instituição, trata-se de um “binômio criado por Trochain [...] extrapolada como

sinônimo universalizado do termo indígena tupi guarani ‘caatinga’.” (IBGE, 2012, p. 50), o relatório coloca ainda que “a expressão é empregada aqui para denominar tipologias vegetais campestres, em geral, com estrato lenhoso decidual e espinhoso, distribuídas em diferentes quadrantes do território nacional”, sendo que a área mais representativa é a caatinga nordestina (IBGE, 2012, p. 119).

Para além disso, podemos observar ainda no Mapa 3 uma pequena área que sofre influência da zona urbana do município, compreendendo, portanto, uma vegetação típica das cidades, com aspectos mais paisagísticos. Por outro lado, a zona rural do município sofre influência da prática da agropecuária, fazendo com que haja, além da vegetação denominada como savana-estépica, algumas plantas provenientes da plantação agrícola, como é o caso das plantações de palma.

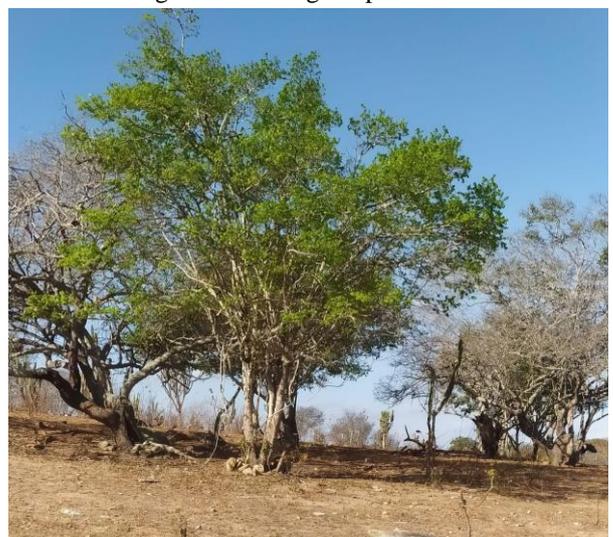
Nesse sentido, dentro da vegetação presente em Gado Bravo, as Figuras 1 e 2 exemplificam parte da formação vegetal do município, apresentando árvores típicas da Caatinga.

Figura 1: Caatinga Hiperxerófila



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: outubro de 2023

Figura 2: Caatinga Hipoxerófila



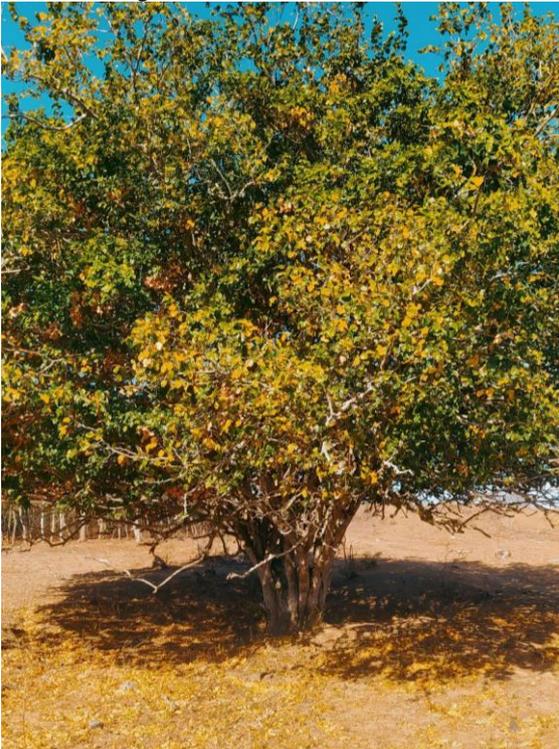
Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: outubro de 2023

Observando as imagens, podemos visualizar na Figura 1 uma área de predominância de caatinga hiperxerófila, caracterizada por ser extremamente seca e árida e ter suas folhas reduzidas a espinhos. Vemos a presença do mandacaru (tradicionalmente chamado de cardeiro na região) e do xique-xique, além do facheiro mais ao fundo da imagem.

Já na Figura 2, podemos notar a presença do Juazeiro e do Umbuzeiro, árvores características da caatinga hipoxerófila, onde há escassez de água, mas em menor grau que no outro tipo mencionado. Vale destacar, nesse sentido, que as árvores da caatinga hipoxerófila

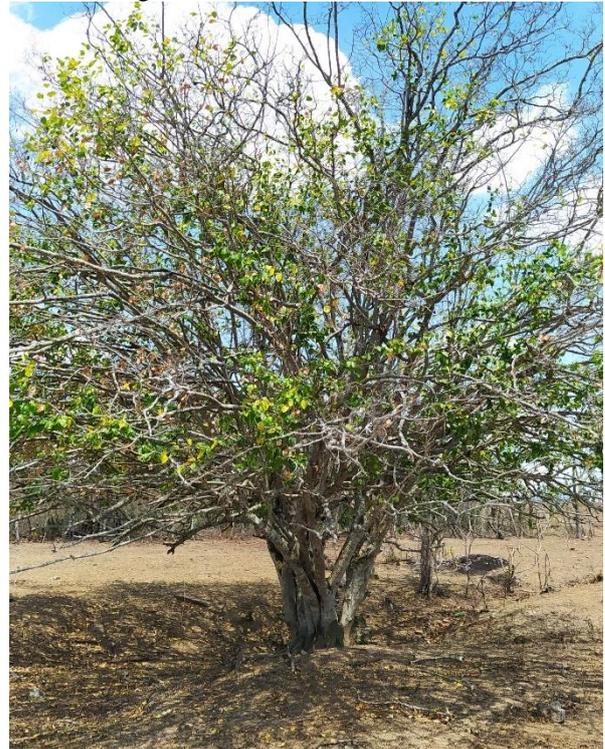
perdem as folhas em determinado período do ano, como forma de sobreviver ao clima semiárido. Apesar do juazeiro resistir mais aos períodos de seca que o umbuzeiro conforme a figura acima, em determinado momento suas folhas ganham uma coloração mais amarelada e começam a cair, conforme podemos observar no comparativo das Figuras 3 e 4.

Figura 3: Juazeiro em Outubro



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: outubro de 2023

Figura 4: Juazeiro em Novembro



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: novembro de 2023

Podemos visualizar na Figura 3 um juazeiro com uma parcela de suas folhas com coloração amarela, além de contar com algumas de suas folhas já caídas, já na Figura 4 é possível observar o mesmo juazeiro com um processo mais avançado de perda das folhas, com apenas um mês de diferença entre as figuras. Para além disso, ao observar a imagem podemos notar ainda a importância dessa árvore também na sua capacidade de gerar sombra, refugiando os animais nas épocas de maior exposição aos raios solares.

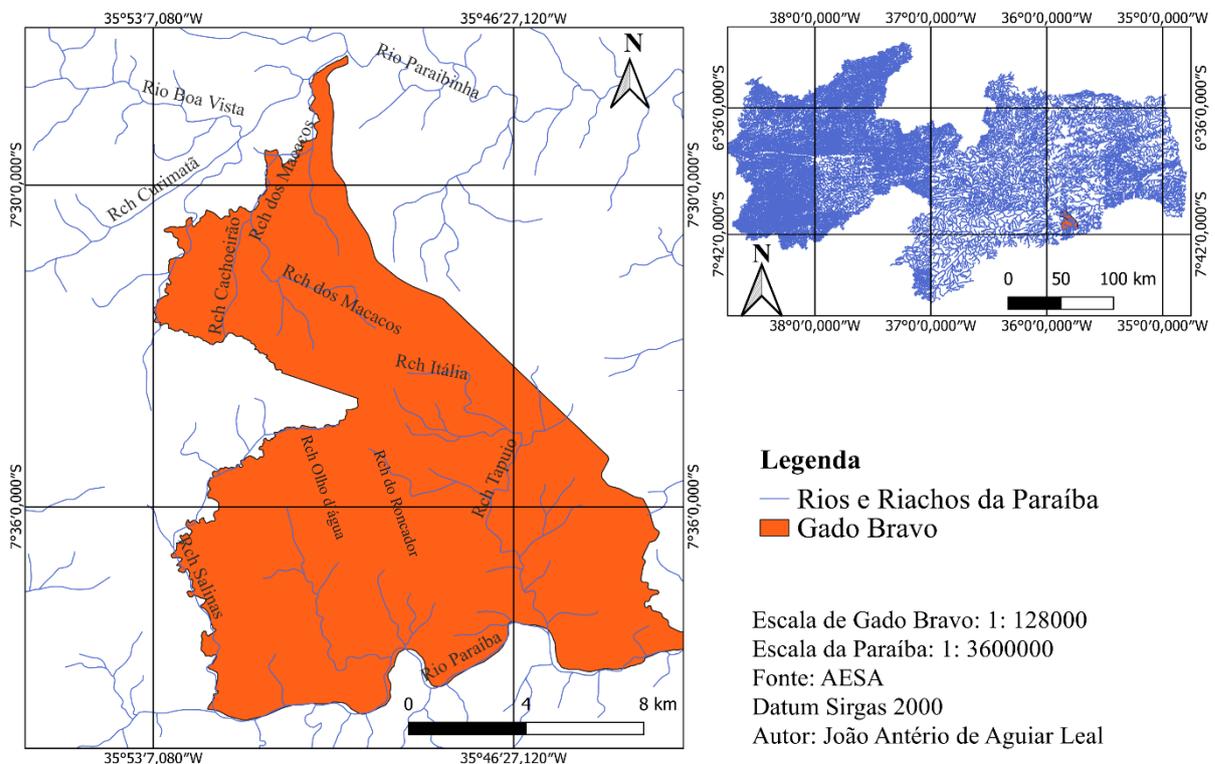
3.1.4 Recursos Hídricos

Tal como os demais aspectos físicos do município apresentados até aqui, a presença de recursos hídricos é um fator de extrema importância para a prática da agropecuária, sendo determinante para a realização de forma satisfatória de muitos setores da atividade, seja para suprir as necessidades dos rebanhos ou para o desenvolvimento das lavouras. Tanto é

importante a presença de água que as primeiras civilizações se desenvolveram primordialmente na margem de rios, o que marcou também o processo de ocupação territorial de muitos locais ao longo do tempo.

Em um cenário que coloca Gado Bravo dentro da região de abrangência do semiárido nordestino, a presença de água ou muitas vezes a falta dela impacta diretamente na realização da agropecuária gadobravense, afetando em determinado período do ano o desempenho da atividade. Considerando isso, o Mapa 5 apresenta a hidrografia de Gado Bravo, detalhando rios e riachos presentes no município.

Mapa 5: Hidrografia de Gado Bravo



Fonte: Banco de Dados de Informações Ambientais – IBGE; Elaboração: João Antério de Aguiar Leal

Observando o Mapa 5, podemos perceber a presença de alguns riachos no município de Gado Bravo, são eles: Salinas, Olho D'água, Tapuio, Itália, Cachoeirão e Riacho do Roncador e dos Macacos, além de ser margeado também pelo Rio Paraíba, sendo o marco divisório municipal com os municípios de Umbuzeiro e Santa Cecília. Está ainda localizado na área de abrangência do médio curso do Rio Paraíba, fazendo parte, desse modo, da bacia hidrográfica do referido rio.

Desses cursos d'água citados, apenas o Rio Paraíba pode ser considerado permanente, mesmo sofrendo variações no nível da água e na velocidade do rio ao longo de seu curso,

sobretudo em períodos de estiagem prolongada. Os riachos secam em determinado período do ano em que as chuvas são mais escassas.

Pode ocorrer, em um grau baixo, nas margens desses cursos d'água a utilização da irrigação, contudo não é uma prática comum no município. De acordo com o censo agropecuário do IBGE, apenas 35 estabelecimentos agropecuários gadobravenses contam com irrigação, com a área irrigada total atingindo apenas 2 hectares do território do município, indicando uma baixa participação da irrigação em Gado Bravo.

O município conta com outros recursos hídricos para além daqueles que compõem o mapa. Com a realização do estudo de campo foi possível perceber também a presença de alguns corpos hídricos de menor extensão, como é o caso de açudes, barragens e barreiros, como podemos visualizar a partir dos exemplos presentes nas Figuras 5 e 6.

Figura 5: Açude Público



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: outubro de 2023

Figura 6: Barreiro



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: outubro de 2023

Observando a Figura 5, podemos visualizar um açude público existente no município, popularmente chamado pela população local de “açude do governo”, e podemos perceber ainda a presença de um caminhão-pipa coletando água dele. Essa prática é comum nos períodos de estiagem prolongada, onde algumas pessoas alugam esse tipo de caminhão para água desse açude ou mesmo de outro corpo hídrico de maior extensão para abastecer as cisternas particulares, sendo uma forma de se prevenir contra os meses secos que castigam o município.

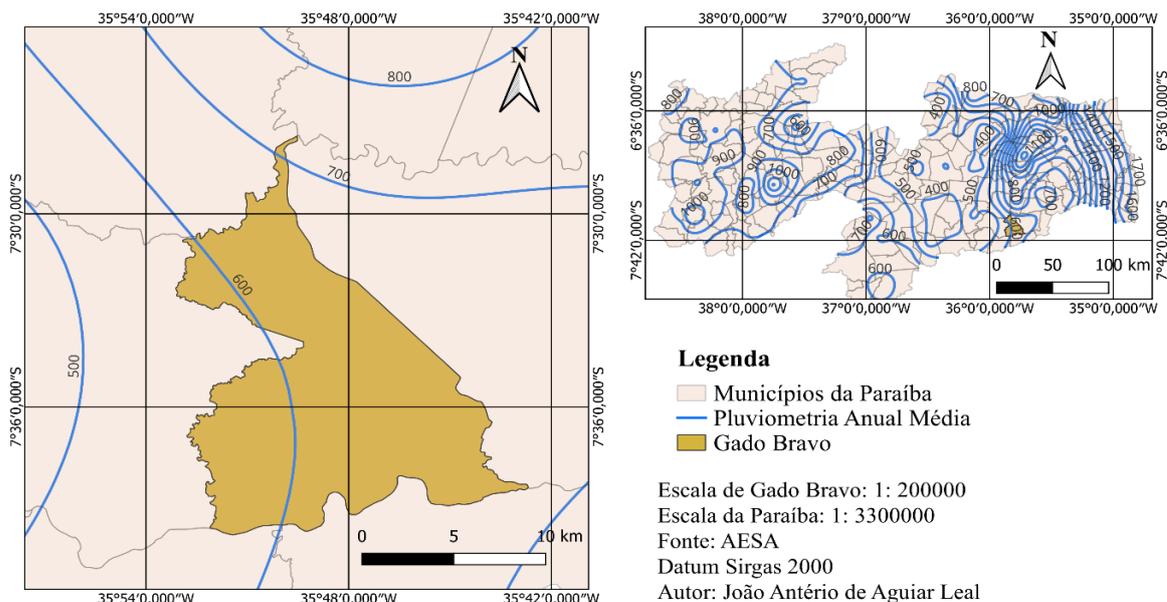
Já na Figura 6, podemos observar um reservatório menor, denominado de barreiro. Estes geralmente são de uso privado, sendo utilizados pelo dono da terra no qual está localizado, podendo ou não ser cedido pelo proprietário o compartilhamento da água desse corpo hídrico com os vizinhos. É comum que haja ao menos um desses barreiros em cada unidade produtiva, existindo casos em que o número é maior, sendo bastante comuns ao longo do território gadobravense. Normalmente é construído com ajuda de máquinas, que podem ser cedidas pela prefeitura ou alugadas.

Diferentemente do que ocorre na figura anterior, na Figura 6 o modo de transporte da água geralmente é feito por tração animal ou mesmo com o uso de bombas elétricas, sendo mais escasso o uso de caminhão-pipa, até em decorrência da proximidade com a casa.

3.1.5 Pluviometria

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em seu portal na internet, podemos entender o índice pluviométrico como “a quantidade de chuva por metro quadrado em determinado local e determinado período” (INPE, 2023). Nesse sentido, o Mapa 6 traz as isoetas relativas aos índices pluviométricos médios anuais registrados no município de Gado Bravo.

Mapa 6: Pluviometria Média Anual de Gado Bravo



Fonte: Banco de Dados de Informações Ambientais – IBGE; Elaboração: João Antério de Aguiar Leal

Gado Bravo apresenta um clima quente e seco durante maior parte do ano, em decorrência principalmente de estar localizado na região de abrangência do clima semiárido, isso implica em uma baixa pluviometria média anual, ficando em torno de 600 mm, conforme indicado no Mapa 6. Os meses mais chuvosos do ano são em maio, abril e junho e nos quais não ocorre precipitações ou ocorre em proporções ínfimas são os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Nos outros meses do ano é comum a presença de baixa precipitação pluviométrica (SILVA, 2016).

Para além disso, vale destacar que Gado Bravo está ainda na região denominada como polígono das secas, criado por meio da lei número 175, de 7 de janeiro de 1936 e revisada pela lei número 1.348 de 10 de fevereiro de 1951. Esta área é caracterizada por ter níveis pluviométricos com extrema irregularidade de chuvas.

Diante disso, por Gado Bravo estar localizado no Agreste nordestino, devemos considerar a fala de Andrade (2011, p.49) onde ele coloca que “a falta d’água é, inegavelmente, o mais sério problema enfrentado pela população agrestina desde os tempos coloniais”. Ainda segundo o referido autor, o estado da Paraíba está quase que completamente imerso no Polígono das Secas, englobando 97,6 % do total do território estadual, incluindo o município de Gado Bravo.

É possível analisar, portanto, que o município enfrenta ciclicamente períodos de estiagem prolongada, nesse sentido, Buriti e Barbosa (2018, p.148) afirmam que “a seca é um dos desastres de maior ocorrência e impacto no mundo, devido, principalmente, ao longo período em que ocorre e a abrangência de grandes áreas atingidas”.

Para lidar com essa situação adversa, tendo em vista que os recursos hídricos mencionados no tópico anterior não conseguem suprir toda a demanda de água da população, por consequência interferindo de forma contundente no desempenho da agropecuária, uma alternativa comum no município é a perfuração de poços.

O ministério de minas e energia, em um projeto de cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea na Paraíba, realizou um diagnóstico do município de Gado Bravo, no ano de 2005. Nessa análise, foram encontrados um total de 58 poços tubulares, sendo 50 em terrenos particulares e 8 em terrenos públicos.

Outro ponto importante que tal estudo menciona, diz respeito à situação dos poços cadastrados. Do número total, 32 estavam em operação no período, 18 estavam paralisados, devido a problemas relacionados à manutenção e quebra de equipamentos, o restante dos poços se encontravam abandonados, não tiveram sua instalação concluída ou estavam com situação

indefinida no período de realização do levantamento. A título de exemplo, nas Figuras 7 e 8 podemos observar dois poços presentes no município:

Figura 7: Poço manual



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: novembro de 2023

Figura 8: Poço movido à eletricidade



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: novembro de 2023

Na Figura 7 é possível visualizar um poço tubular movido à força manual, onde o utilizador faz um movimento com a alavanca para gerar a movimentação da estrutura do poço trazendo a água para a superfície. Já na Figura 8 podemos observar um poço que tem seu funcionamento com base na energia elétrica.

3.2 PANORAMA GERAL DO ESPAÇO AGRÁRIO

Feitas essas considerações iniciais acerca de aspectos físicos do município, devemos discutir agora fatores relacionados ao espaço agrário gadobravense. No tocante ao número de estabelecimentos agropecuários, de acordo com o censo agropecuário de 2017, Gado Bravo conta com um total de 1.292 estabelecimentos. Tal designação é colocada pelo IBGE e:

Abrange toda unidade de produção ou exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de estar na área rural ou urbana, todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família). (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Os estabelecimentos agropecuários correspondem a uma área de 11.904 hectares do território municipal de acordo com dados do IBGE no portal IBGE Cidades. Desse montante, 2.866 hectares são utilizados tendo em vista o cultivo de lavouras temporárias - uma vez que as lavouras permanentes não são características da área de abrangência do município, localizado no semiárido paraibano, e praticamente inexistem -, 3.149 hectares são preenchidos por pastagens naturais, enquanto 64 hectares possuem pastagens plantadas no que o IBGE caracteriza como más condições.

A área de matas, florestas ou vegetação de caatinga correspondem a 5.173 hectares, sendo que 440 desse total são destinados à preservação permanente ou reserva legal, além de outras designações.

Um dado importante dentro dessa questão de hectares ocupados diz respeito à condição do produtor em relação às terras. O Quadro 1 apresenta essa perspectiva exposta no censo agropecuário de 2017 do IBGE:

Quadro 1: Condição do produtor em relação às terras por estabelecimento

Designação	Número Total	Porcentagem
Proprietário da terra	688 estabelecimentos	53,2%
Sistema de comodato	593 estabelecimentos	45,9%
Regime de parceria	9 estabelecimentos	0,7%
Arrendamento	2 estabelecimentos	0,2%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017

A partir do exposto no Quadro 1 podemos considerar que do total de 1.292 estabelecimentos agropecuários gadobravenses delimitados pelo IBGE, 688 se enquadram na categoria de estabelecimento comandado pelo próprio proprietário da terra, correspondendo a cerca de 53% do total de estabelecimentos do município. Isso indica que a população gadobravense que está envolvida com a atividade agropecuária tem acesso ao seu meio de produção principal como dono propriamente. Nesse contexto, esse aspecto vai em contrapartida ao que ocorre em boa parte do território nacional, caracterizados pelos intensos processos de luta pela terra.

Para além disso, o sistema de comodato – que indica a cessão por parte do proprietário de um imóvel rural ou de uma fração deste para outra pessoa (o comodatário), que irá produzir naquele espaço por um período de tempo determinado ou não pelas partes e sem ônus financeiro com o proprietário da terra - corresponde a 593 estabelecimentos, representando também uma parcela significativa e abarcando 45% do total de estabelecimentos agropecuários de Gado Bravo.

Alguns exemplos desse regime no município apontam para a divisão do núcleo familiar responsável por uma unidade de produção, onde um ou mais filhos se casam, constituem sua própria casa e sua própria família, mas que continuam a produzir em uma fração da terra dos pais. Ou ainda em casos que a terra veio de herança dos pais, mas que não houve uma divisão nos termos da lei após o falecimento dos chefes da família, assim a posse entre os filhos é feita de maneira informal, apalavrada entre eles. Em ambos os casos temos produtores que estão inseridos em uma lógica de fora da posse da terra, mas que continuam a produzir sob acordos entre as partes envolvidas, caracterizando o sistema de comodato.

As outras designações presentes e que não aparecem de forma significativa no território são: o regime de parceria, com 9 estabelecimentos abarcados, e o sistema de arrendamento, com 2 estabelecimentos. Os dois sistemas possuem certas semelhanças, mas de forma geral o que os diferencia é a forma de pagamento pelo uso da terra. Na parceria normalmente se utiliza parte do que foi produzido como pagamento ao proprietário pela cessão da terra, enquanto no arrendamento é praticado o pagamento em dinheiro.

Seguindo nessa discussão, nos cabe destacar também a estrutura fundiária do município, levando em consideração os grupos de área, o número de estabelecimentos que se adequam em cada grupo, bem como as áreas em hectares ocupadas por eles, conforme dados apresentados no Quadro 2:

Quadro 2: Dados da estrutura fundiária gadobravense

Grupos de Área	Total de Estabelecimentos	Área ocupada
Menos de 5 ha	864	1.245 ha
De 5 a menos de 10 ha	155	1.050 ha
De 10 a menos de 20 ha	121	1.600 ha
De 20 a menos de 50 ha	103	2.901 ha
De 50 a menos de 100 ha	36	2.392 ha
De 100 a menos de 200 ha	7	854 ha
200 ha e acima	6	1.864 ha
Total	1.292	11.904 ha

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017

A partir do exposto, podemos notar que 864 do total de estabelecimentos agropecuários do município equivalem à estabelecimentos que possuem uma quantidade de terra inferiores a 5 hectares, ou seja, essa parcela de estabelecimentos agropecuários que possui uma quantidade mínima de área para sua produção corresponde a cerca de 67% do total de estabelecimentos existentes no município em questão.

Essa baixa disponibilidade de terra limita a produção agropecuária das famílias inseridas nessa lógica, fazendo com que haja a necessidade, em primeiro lugar, de uma otimização da

área disponível, fazendo com que haja uma especialização das unidades produtivas em poucos produtos da agropecuária.

Como as condições naturais do município são pouco favoráveis a prática agrícola, a pecuária desponta como a melhor opção para essas famílias, contudo, a pecuária, principalmente a bovina, demanda uma área maior para ser explorada na totalidade de seu potencial. A partir disso, por não possuírem uma grande quantidade de terras, faz-se necessário, muitas vezes, a complementação da renda das famílias, seja com alguma outra atividade fora da terra ou mesmo com programas sociais do governo, para que a unidade se torne viável do ponto de vista econômico.

Por outro lado, apenas 49 estabelecimentos possuem uma quantidade de terra com 50 hectares ou acima, respondendo pela porção ínfima de 3,7% do total, sendo que apenas 13 desse total detêm 100 hectares ou mais. O restante fica ordenado da seguinte forma: de 5 a menos de 10 hectares contam com 155 estabelecimentos (12%); de 10 a menos de 20 hectares correspondem a 121 estabelecimentos (9,3%); enquanto o grupo de área que envolve o intervalo de 20 a menos de 50 hectares possui um total de 103 estabelecimentos (8%). Considerando que as categorias delimitadas em nossa pesquisa, compreendem aquelas unidades até menos de 50 hectares, é válido mencionar que nosso estudo diz respeito a 96,3% do total de estabelecimentos locais.

Outra análise que pode ser feita a partir do Quadro 2 com relação à estrutura fundiária diz respeito à área ocupada pelas unidades agropecuárias. Apesar da categoria que inclui estabelecimentos de 50 a menos de 100 hectares ser a mais expressiva, abarcando 2.392 hectares, podemos perceber que as pequenas propriedades também têm números significativos. Assim, levando em consideração o conjunto da pequena e da média propriedade e estabelecendo como pequenas aquelas com menos de 50 hectares e médias as que superam esse número, podemos verificar que a pequena propriedade compreende 6.796 hectares do território agrário gadobravense, o equivalente a 57% do total, enquanto a média propriedade abarca 5.110 hectares, isto é 43% da área dos estabelecimentos.

Nesse contexto, a nível de Brasil, segundo dados do censo agropecuário do IBGE, as propriedades de 50 hectares ou mais correspondem a aproximadamente 87% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no território nacional, embora representem apenas 17% do número total de estabelecimentos. Por outro lado, as propriedades com menos de 50 hectares mesmo abarcando cerca de 83% do total de estabelecimentos, corresponde a somente 13% da área ocupada. Ou seja, mesmo representando uma baixa porcentagem de estabelecimentos agropecuários, a grande propriedade tem a supremacia na área ocupada.

Sendo assim, a superioridade da pequena propriedade em Gado Bravo, tanto do ponto de vista do total de estabelecimentos quanto da ótica da área ocupada, mesmo que não seja uma diferença tão desigual quanto percebemos no Brasil, é um movimento que vai na contramão do que é visto de forma geral no território nacional, onde as grandes propriedades têm o domínio da área ocupada. O que vemos na realidade gadobravense, considerando esse contexto, é uma estrutura fundiária pouco concentrada. Tais dados evidenciam, portanto, a presença marcante da pequena produção agropecuária no município, associada na maioria das vezes ao trabalho camponês, conservando práticas e costumes históricos desse grupo social.

Considerando esse fato, algo que aponta de maneira significativa para essa permanência de práticas e costumes do campesinato no município de Gado Bravo é a pouca influência de maquinário agrícola nos estabelecimentos agropecuários. Com o advento da revolução verde, aconteceu no Brasil a partir dos anos 1960 a incorporação de inovações tecnológicas na produção, que trouxe entre suas várias consequências, sérias desvantagens para o pequeno produtor que não tinha condições financeiras de se submeter à modernização imposta por esse movimento.

De acordo com o censo agropecuário de 2017, apenas 6 estabelecimentos no município contam com a presença de “tratores, implementos e máquinas” conforme a designação proposta no censo pelo IBGE, evidenciando as desigualdades no acesso ao desenvolvimento tecnológico no campo, como se tem visto a partir da revolução verde, mas ao mesmo tempo fazendo com que as práticas tradicionais camponesas perpassem gerações, se reinventando dentro do modo capitalista de produção.

A partir do que já foi exposto, como forma de melhor caracterizar os estabelecimentos agropecuários gadobravenses outros dados se mostram como significativos. Entre eles devemos destacar, primeiramente, o sexo da pessoa que dirige o estabelecimento: os homens são responsáveis por um total 767 do montante total, representando cerca de 59%, enquanto as mulheres, com um total de 525 estabelecimentos, correspondem a praticamente os 41% restantes.

Em decorrência da estrutura patriarcal oriunda dos tempos coloniais no Brasil, a superioridade de estabelecimentos dirigidos por homens é algo esperado, contudo, a partir de uma luta histórica que se empreende em todos os setores do mundo do trabalho e não só no campo, as mulheres vêm também mostrando uma participação significativa na atividade, tanto em um contexto mais amplo, quanto no contexto local.

Nessa configuração, questiona-se o motivo para se ter esse relativo equilíbrio entre homens e mulheres na direção dos estabelecimentos. Algumas possibilidades apontam na

direção do processo migratório dos esposos dessas mulheres a partir da necessidade de uma complementação de renda, tanto para municípios próximos como é o caso de Campina Grande, quanto para centros urbanos maiores, a exemplo de São Paulo e do Rio de Janeiro, fazendo com que a mulher seja a responsável por dirigir a unidade produtiva.

Outras opções estão relacionadas ao rompimento do núcleo familiar, seja em casos de divórcio onde cada parte vai produzir de forma individualizada, ou mesmo em casos de falecimento do cônjuge, onde a mulher também se torna a responsável por conduzir o estabelecimento. Para além disso, outro dado importante dentro desse contexto é a classe de idade da pessoa que dirige o estabelecimento. O Quadro 3 apresenta esses dados de forma sistematizada:

Quadro 3: Classe de idade e sexo da pessoa que dirige o estabelecimento

Classe de Idade	Homens	Mulheres	Total
Menor de 25 anos	15	29	44
De 25 a menos de 35 anos	73	88	161
De 35 a menos de 45 anos	136	101	237
De 45 a menos de 55 anos	192	115	307
De 55 a menos de 65 anos	148	101	249
De 65 a menos de 75 anos	139	56	195
De 75 anos ou mais	64	35	99
Total	767	525	1.292

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017

A partir dos dados expostos no quadro, nos detendo inicialmente no número total de dirigentes dos estabelecimentos, podemos inferir algumas considerações: primeiramente, o maior número de dirigentes de estabelecimentos se concentra nas pessoas de 35 a 65 anos, com cada uma das três categorias ultrapassando os 200 estabelecimentos, podemos deduzir que esse grupo congrega pessoas da fase adulta, portanto, com mais responsabilidades, uma vez que a maioria já estará responsável por seu grupo familiar, alcançando aproximadamente, nesse contexto, a idade do limite atual para aposentadoria.

Em segundo lugar, podemos perceber que a categoria de pessoas com menos de 25 anos é a que compreende o menor número de pessoas. A partir disso podemos considerar que boa parte da população dessa classe de idade ora busca outros empregos que não na atividade agropecuária, ora se propõe a qualificar-se através de cursos técnicos e de graduação para atuar também fora do ramo agropecuário ou ainda não conseguiram acumular recursos para adquirir terras, sendo recursos próprios ou através de programas de financiamento do governo, fazendo com que pessoas dessa idade estejam em menor número trabalhando no campo. Por outro lado,

a classe que engloba pessoas de 25 a menos de 35 anos, por sua vez, podemos considerar como uma zona de transição entre as duas colocações feitas anteriormente.

Outra questão interessante no tocante aos dados expostos no Quadro 3 diz respeito ao número significativo de estabelecimentos comandados por pessoas acima da idade limite para a aposentadoria. Tal dado pode revelar dois fatos no contexto rural gadobravense: a necessidade de complementação de renda, uma vez que o benefício recebido não seja suficiente para suprir as necessidades básicas da família, ou ainda uma questão ligada ao sentimento de pertencimento à terra, que faz com que o produtor, mesmo sem a necessidade de retorno financeiro, continue praticando a atividade.

Ainda a partir dos dados expostos no quadro a partir de outra ótica, podemos perceber que de forma geral o número de estabelecimentos que são dirigidos por homens se sobressai na maior parte das classes de idade, com exceção das duas primeiras categorias que incluem os menores de 25 anos e o grupo que está no intervalo de 25 a menos de 30 anos, onde as mulheres são maioria. Isso indica uma predominância maior dos homens à medida que a idade avança, possuindo maior controle dos estabelecimentos.

Mediante o que foi apresentado nesse panorama geral do espaço agrário gadobravense, devemos destacar ainda o aspecto voltado para o âmbito econômico local. Nesse sentido, em relação à finalidade principal da produção agropecuária, 961 estabelecimentos têm a supremacia do consumo próprio e de pessoas com laços de parentesco com o produtor, enquanto em 331 do montante total prevalece a comercialização da produção.

Assim, podemos perceber que a maioria das famílias ainda atua ligada à ideia de subsistência, mesmo que esta não seja a única forma de prover o seu sustento, uma vez que estas ainda precisam obter, em algum grau, produtos de fora do estabelecimento. Contudo, esses dados revelam mais uma vez traços muito característicos do que fora denominado como campesinato.

Para além disso, com relação ao PIB municipal, como mencionado no capítulo anterior, a agropecuária tem participação de aproximadamente 14,3% da composição setorial do PIB gadobravense, ficando atrás somente do setor de serviços, este impulsionado pelo serviço público. Considerando esse fato, a agropecuária embora seja o segundo setor mais importante para o PIB do município, uma vez que o setor industrial tem participação ínfima, sua contribuição fica muito aquém quando se fala em geração de renda para o mencionado índice econômico, principalmente se comparado ao setor de serviços.

Dentro da atividade, o maior gerador de receitas é a produção animal, do total de 20.287 (mil reais) produzidos nos estabelecimentos, é responsável por 10.493 seguido pelos produtos

da agroindústria com 8.807 e os produtos vegetais com um total de 987. Vemos, a partir disso, uma supremacia acentuada da produção animal, representando 51,7% das receitas produzidas, em relação à produção vegetal no município, esta responsável por somente 4,9% do total de receitas. Esta disparidade é impulsionada sobretudo pelos cíclicos períodos de estiagem na região abrangida por Gado Bravo, dificultando a prática agrícola.

Ainda dentro da questão de movimentação financeira da atividade, destacamos também o número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, de acordo com o censo agropecuário de 2017, 380 estabelecimentos tiveram acesso a tal benefício, correspondendo a menos de 30% do montante total. Desse número, 272 estabelecimentos possuem menos de 10 hectares, enquanto 89 tinham área de 10 a menos de 50 hectares e 19 estabelecimentos beneficiados alcançavam a marca de 50 hectares ou mais. A maior parte dos financiamentos obtidos foram oriundos de bancos ou do próprio governo.

Esses dados demonstram que há ainda uma baixa participação dos financiamentos para melhorar a produção local, seja pela própria escassez do benefício, bem como pela falta de conhecimento técnico por parte dos produtores a respeito do tema, que acabam por não procurar o acesso ao crédito. Isso é impulsionado pela fragilidade das entidades locais, como a própria secretaria de agricultura municipal, na divulgação dos períodos de cadastramento para o crédito agrícola, não levando a informação para o público geral de forma abrangente.

Considerando a realidade gadobravense, o principal fornecedor de crédito agrícola no município é o Banco do Nordeste através do programa Agroamigo. Esse é um programa de microfinança rural e tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico das famílias do campo a partir do fomento à atividade agropecuária.

No que diz respeito à produção agropecuária, como forma de finalizar esse primeiro tópico do capítulo, destacando inicialmente a produção animal, os rebanhos mais significativos do município em número efetivo de cabeças são, respectivamente, os bovinos, suínos e caprinos, todos com número total acima de 3.000 cabeças. As unidades produtivas com até 50 hectares contam com 76% do efetivo total de bovinos do município, além de 85% do total de suínos e 92% do efetivo de caprinos, demonstrando uma predominância da pequena propriedade no tocante ao número total de cabeças dos principais rebanhos do município, de acordo com o censo agropecuário de 2017.

Também possuem certa relevância no ramo pecuário local os asininos e ovinos, possuindo efetivo total próximo a 1.000 cabeças. Tais rebanhos também tem domínio nas unidades com até 50 hectares, representados por 89% e 83% do efetivo total, respectivamente. Também dentro do contexto da produção animal, a criação de aves possui uma relevância

significativa, ultrapassando as 27.000 cabeças no efetivo total da criação e estando 93% de seu efetivo nas unidades produtivas com até 50 hectares.

Considerando o total de estabelecimentos agropecuários no município, 1.208 trabalham em alguma escala com a produção animal sendo que destes, 668 estabelecimentos possuem animais de grande porte, enquanto 731 contam com animais de médio porte e apenas 3 estabelecimentos atuam com pequenos animais, além de 1.083 que trabalham com aves, caracterizando-a como a produção animal mais presente no maior número de estabelecimentos agropecuários gadobravenses.

Já no tocante à produção agrícola, podemos identificar que os principais produtos no município, tendo como base de análise o número total de estabelecimentos que os produzem, são, respectivamente, o feijão em suas diversas espécies, o milho e a palma forrageira, sendo estes os que estão sendo produzidos no maior número de estabelecimentos, conforme dados do IBGE, com alguns outros produtos aparecendo em menor número, a exemplo da fava, do jerimum ou abóbora.

Alguns produtos, por outro lado, não possuem sequer uma participação mínima, a exemplo do arroz, da cana-de-açúcar e do trigo, que são produtos de grande relevância dentro do campo brasileiro, mas que não encontram condições favoráveis ao seu cultivo no município em questão, podemos constatar, assim, que Gado Bravo tem sua produção agrícola concentrada nas lavouras temporárias, tradicionalmente cultivadas na Paraíba pelos pequenos estabelecimentos.

Por fim, com relação a outras formas de atividade no campo, o município possui ainda uma pequena participação na extração vegetal, com 278 estabelecimentos praticando-a em algum grau, com destaque para a extração de lenha e de umbu, fruto oriundo do umbuzeiro. Possui ainda participação mínima na horticultura, com 2 estabelecimentos se dedicando, pelo menos parcialmente, à produção de alface, coentro, couve e cebolinha.

3.3 DINÂMICA URBANA

O município de Gado Bravo, como destacado anteriormente, tem a maioria de sua população residindo na zona rural. Essa dinâmica predominantemente agrária faz com que a área abrangida pela cidade seja bastante reduzida se comparada à área ocupada pelo setor rural, que apesar de ser menos povoado, é consideravelmente mais populoso que o centro urbano gadobravense.

Esse fator, aliado à característica predominante dos pequenos municípios de ter uma configuração urbana muito inferior se comparada às grandes e médias cidades do Brasil, faz com que seja esperado um contexto urbano pouco complexo em Gado Bravo, contando apenas com uma rua principal e algumas ruas secundárias. Na Figura 9 podemos visualizar o espaço ocupado pela área urbana do município conforme imagens de satélite oriundas do programa *google earth*.

Figura 9: Área Urbana de Gado Bravo



Fonte: Google Earth

Observando a figura, cabe destacar que a linha azul demarca a rua José Mariano Barbosa, principal rua da cidade, além de compreender ainda a rodovia PB-132, que continua saindo dos limites da cidade. É nessa rua que estão localizados os principais estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços da cidade, além de importantes instâncias públicas, como é o caso da prefeitura e da escola municipal, além de sediar a maior parte da feira livre do município.

José Mariano Barbosa, que dá nome à principal rua da cidade, foi uma das figuras de maior destaque desde os primórdios da região que hoje é denominada de Gado Bravo. Entre seus feitos estão: o fato de ser um dos pioneiros na construção das primeiras edificações da cidade, contribuindo para o surgimento do núcleo urbano, além de ser um dos primeiros

moradores da localidade; ser proprietário de um curtume⁵ na região; sugerir a atual denominação do município; participar da instalação de uma usina de beneficiamento de algodão; ser o primeiro morador a possuir um aparelho de rádio e iluminação no município. (CAMELO, 2021).

Com relação a esse curtume, de posse de José Mariano Barbosa, O referido autor destaca ainda que “os couros eram comprados nas cercanias e preparados, para a comercialização em Campina Grande e Itabaiana na Paraíba e em algumas cidades de Pernambuco” (CAMELO, 2021). Para além disso, Cabral (2015) aponta que o curtume foi a primeira atividade econômica gadobravense, enquanto ainda era distrito.

Ainda observando a Figura 9, por outro lado, as linhas em vermelho delimitam as ruas secundárias da cidade, que contam, em sua maior parte com residências, mas que também possuem importantes marcos municipais, como a igreja católica do padroeiro da cidade, a praça pública, a escola estadual e um campo de futebol. Há ainda, próximo à zona urbanizada, o Conjunto Habitacional Salomão Lucena de Farias, inaugurado em 2016.

3.4 CONTEXTO ECONÔMICO

Como vimos, a atividade agropecuária é uma importante absorvedora da mão-de-obra do município de Gado Bravo, se considerarmos principalmente as pessoas que residem no campo. É, portanto, uma atividade econômica significativa que contribui para a renda de boa parte das famílias gadobravenses, sendo maior ou menor grau a depender do desenvolvimento da atividade nas unidades camponesas. No entanto, por fazer parte do nosso objeto de pesquisa, destacaremos o setor, de forma mais detalhada, no capítulo seguinte desse texto.

Considerando isso, nesse momento, devemos destacar também outras formas de ocupação da mão-de-obra local, considerando sobretudo o que vai ao encontro das atividades econômicas próprias da zona urbana, mas que em alguns momentos se fazem presente também no espaço agrário.

Nesse sentido, uma prática emblemática para o município e que movimenta o comércio gadobravense é a realização da feira livre municipal, que mobiliza diversos vendedores e

⁵ “Estabelecimentos onde se realizavam o curtimento de couros, sobretudo de animais bovinos.” (CAMELO, 2021, p.31). Foi esta, inclusive, a primeira nomenclatura utilizada para a região hoje conhecida como Gado Bravo.

clientes interessados, nos mais diversos ramos de produtos, incluindo os três setores da economia.

3.4.1 Feira Livre de Gado Bravo

A Feira é uma atividade relevante que promove o desenvolvimento econômico, social e cultural da população. Nesse contexto, Coutinho (2006) destaca a importância que a feira tem, sobretudo nos pequenos municípios, uma vez que contribui para o desenvolvimento local, pois garante a comercialização da produção familiar, da pequena agroindústria e de outros diversos produtos. Além desse fator econômico apontado pela referida autora, as interações socioculturais também são muito fortes dentro da feira livre, caracterizando um ambiente que vai além das simples transações comerciais.

Mesmo com o advento de diversas formas de comercialização, facilitadas pelo uso da internet, a feira é algo que persiste e faz parte da cultura urbana contemporânea, permanece como um marco na identidade cultural da região onde está inserida, fazendo parte do ambiente e sendo um agente fundamental na identificação da população com o lugar onde vivem.

Em Gado Bravo a feira teve início no dia 5 de setembro de 1937, completando 86 anos no corrente ano. Os principais idealizadores para a sua realização foram: o já mencionado José Mariano Barbosa e Orlando Guerra, que nos primórdios transportavam os feirantes com transportes próprios e sem cobrar nenhuma taxa por isso, incentivando assim o desenvolvimento da feira na localidade. De início eram transportados 10 feirantes, sempre aos domingos, data da realização da feira, característica marcante que perdura até os dias atuais, com o decorrer do tempo esses feirantes, ao perceberem os gastos gerados aos já mencionados personagens na fundação da feira gadobravense, começaram a se locomover por conta própria, dando margem para que outros vendedores também o fizessem, fazendo com que o número de feirantes e de produtos comercializados se expandissem paulatinamente, até chegarmos à configuração atual.

Atualmente há uma grande variedade de produtos comercializados na feira livre do município que vão desde frutas e verduras até utensílios domésticos, peças de vestuário e produtos eletrônicos, tendo se modernizado com o passar dos anos. Tais produtos são provenientes de diversas localidades vizinhas, transportadas exclusivamente para serem comercializadas nos dias de feira, sendo comum que um feirante faça o percurso com seus produtos por diversas cidades da região, comercializando-os em diversas feiras da Paraíba e de Pernambuco, conforme foi possível verificar a partir de conversas realizadas com alguns

trabalhadores da feira gadobravense. As Figuras 10, 11, 12 e 13 exemplificam algumas bancas de produtos comercializados nas feiras, com foco nos produtos provenientes da cadeia agrícola.

Figura 10: Banca de Hortifrúti



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Figura 11: Banca de Hortifrúti



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Figura 12: Banca de Feijão Verde



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Figura 13: Venda de Frutas



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Como podemos observar, a Figura 10 e a Figura 11 exemplificam feirantes que comercializam frutas, verduras e legumes, que são os produtos mais comuns na feira de Gado Bravo. Questionados sobre a origem dos produtos, os mesmos apontaram que as distribuidoras são a principal fonte, onde os itens são comprados para revender nas feiras livres. A Central de Abastecimento (CEASA) de Campina Grande foi apontada como uma das origens dos produtos de hortifrúti, mas também é comum os feirantes adquirirem os produtos em Pernambuco, haja vista que alguns dos feirantes possuem participação também nas feiras desse estado.

Já na Figura 12 é possível visualizar um feirante comercializando feijão verde, produto amplamente consumido pelas famílias locais nas épocas de colheita. Considerando que a

atividade em campo realizada na feira livre foi fora desse período, a oferta do produto é baixa, fazendo com que os consumidores da feira deem especial atenção ao produto comercializado. Em conversa com o feirante destacado na figura, foi possível descobrir que o feijão é produzido pelo próprio feirante em sua unidade produtiva, localizada no município de Aroeiras, e transportado para ser comercializado nas feiras próximas. Por fim, na Figura 13, podemos notar a comercialização de frutas, com parte dos produtos ainda no caminhão para a facilitação do transporte dos produtos que não forem vendidos.

Para além dos produtos que pertencem a cadeia agrícola, o ramo da pecuária também tem presença marcante na feira gadobravense, sendo que o mercado público municipal é o principal ponto de venda nos dias de feira. Contudo, também é possível encontrar carnes sendo comercializadas em bancas na feira. As Figuras 14, 15 e 16 ilustram essa comercialização:

Figura 14: Banca de Peixes



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Figura 15: Venda de Carnes



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Figura 16: Banca de Carne de Frango



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Como é possível visualizar, as três figuras destacadas apresentam a comercialização de carnes no município. No caso da venda de peixes, o produto é conseguido diretamente com pescadores do município vizinho, onde são comprados para revenda na feira. O caso dos frangos é semelhante, sendo também comprados para revenda em municípios vizinhos ou em Pernambuco. Por fim, no caso da carne de boi ou de porco, o animal é comprado e abatido no próprio município para ser comercializado na cidade em dias de feira.

Para além dos produtos de origem na agropecuária, outros itens são comumente comercializados na feira livre do município, que vão desde itens de vestuário a variedades e utensílios diversos. As Figuras 17, 18, 19 e 20 exemplificam alguns desses produtos mencionados.

Figura 17: Venda de Caldo de Cana



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Figura 18: Instrumentos da Agropecuária



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Figura 19: Banca de Variedades



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Figura 20: Bancas de Vestuário



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Na Figura 17 podemos visualizar a tradicional venda de caldo de cana, muito comuns nas feiras livres pelo Brasil. Já a Figura 18 apresenta alguns instrumentos necessários à prática da agropecuária, como botas, cordas, chapéus e selas. A Figura 19 exemplifica uma das diversas bancas responsáveis pelas vendas de variedades na feira livre gadobravense. Por fim, a figura 20 apresenta duas bancas de vestuário posicionadas lado a lado, marcando também uma forte presença na feira local.

Vale destacar ainda que, além dos produtos comercializados na feira, muitos estabelecimentos, como supermercados, padarias e lanchonetes também são abertos aos domingos, o que aumenta consideravelmente a variedade de produtos e o fluxo de pessoas nas ruas do município. A Figura 21 exemplifica a movimentação dos mercadinhos em dias de feira em Gado Bravo.

Figura 21: Mercadinho em Dia de Feira



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Por fim, dentro dessa discussão sobre a feira livre de Gado Bravo, no que tange à sua localização espacial, a feira funciona na Rua José Mariano Barbosa e tem algumas ramificações em outros trechos da cidade. Nesse sentido, outro ponto que também merece ser destacado é a presença do mercado público municipal, que abarca uma grande quantidade de feirantes e demais comerciantes aos domingos e é também um importante ponto de venda de produtos nos dias de feira. A Figura 22 ilustra a área da cidade ocupada pela feira do município, além de

demarcar também a localização do mercado público, para possibilitar isso nos utilizamos novamente do recurso de imagens aéreas disponíveis no *Google Earth*.

Figura 22: Localização da Feira Livre de Gado Bravo



Fonte: Google Earth

Para além da feira livre, que contempla diversos ramos de comércio e mesmo de prestação de serviços em um único dia da semana, a cidade de Gado Bravo conta com outras formas de atender a população, sendo estas comumente realizadas durante a semana. Por ser um pequeno município, a oferta desses serviços é bem limitada, fazendo com que se busque cidades próximas para a oferta de serviços mais especializados, um exemplo característico é Campina Grande, que oferece uma gama bem maior de possibilidades.

3.4.2 Comércio e Prestação de Serviços

Sandroni (1999, p.110) coloca o comércio como a “troca de valores ou de produtos, visando ao lucro”. Dentro desse contexto, o autor coloca ainda que o comércio perpassa sua função econômica, sendo importante também para estimular a evolução dos meios de comunicação e transporte, além de propiciar um intercâmbio cultural entre as comunidades. (SANDRONI, 1999).

Nesse sentido, Sandroni (1999, p.110) nos traz que “nas sociedades desenvolvidas, o comércio é hoje uma atividade preponderante, que absorve grandes parcelas da população economicamente ativa e contribui de modo significativo para o produto nacional”. Tendo isso em vista, vale destacar que o setor terciário, que engloba o comércio, é responsável por grande parte do PIB brasileiro.

Para além disso, outra contribuição importante do referido autor indica que “o comércio torna-se mais ou menos necessário de acordo com a diversificação da estrutura produtiva de uma sociedade” (SANDRONI, 1999, p.110). Por ser um município pequeno, com uma malha urbana bastante reduzida, o comércio gadobravense é bem limitado, contando com apenas alguns pontos comerciais.

Dentre os principais pontos de comércio de Gado Bravo, destacam-se: os mercadinhos, que mesmo estando presente mais frequentemente na cidade, podem também ser encontrados na área rural, ofertando itens básicos de alimentação, limpeza e higiene, além de produtos voltados para as necessidades da casa; as padarias e lanchonetes, também visando o suprimento de necessidades alimentares, só que com produtos mais específicos, se comparados aos mercadinhos, atuando no ramo de lanches; lojas de material de construção; lojas de roupas e calçados; lojas de utensílios em geral, sendo estes de diversas categorias, como itens domésticos ou eletrônicos; loja de móveis e bares, que a exemplo dos mercadinhos também podem ser encontrados na zona rural. As Figuras 23, 24, 25 e 26 ilustram alguns desses pontos comerciais.

Figura 23: Mercadinho



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Figura 24: Loja de Material de Construção



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Figura 25: Loja de Variedades



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Figura 26: Loja de Roupas e Móveis



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Para além desse contexto, com relação à prestação de serviços, vale destacar que “tanto nos países em desenvolvimento como entre os países desenvolvidos, é o setor que apresenta as maiores taxas de desenvolvimento” (SANDRONI, 1999, p.553), colocando o setor em evidência no cenário brasileiro de forma geral, tanto nos quesitos de ocupação da força de trabalho, quanto no que tange à geração de renda, fazendo parte do setor terciário, o mais significativo no PIB nacional.

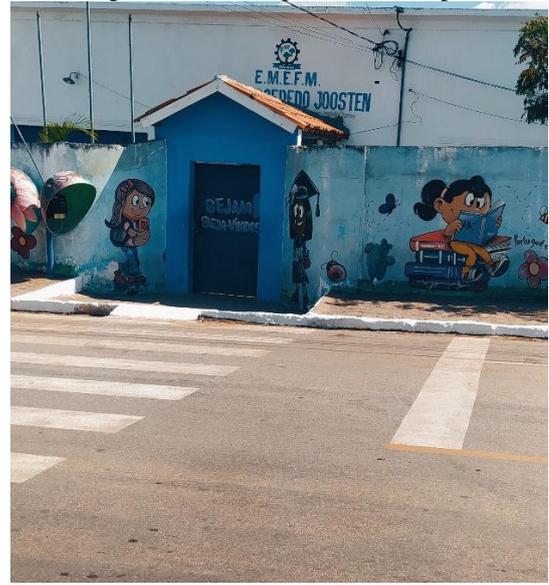
Dentro da ótica do setor de serviços, merece destaque, inicialmente, o serviço público, que é aqui entendido como aqueles “fornecidos à comunidade pelo Estado, aos quais, por princípio, todo cidadão tem direito” (SANDRONI, 1999, p.554). Considerando esse contexto, dentro da esfera do poder público, Gado Bravo conta com: duas escolas, uma na esfera municipal, atendendo principalmente os anos finais do ensino fundamental e outra na esfera estadual, contemplando os alunos do ensino médio, além de diversas escolas com turmas multisseriadas espalhadas pelos sítios, responsáveis geralmente pelos anos iniciais daqueles alunos residentes no campo; a prefeitura que abriga diversas secretarias responsáveis por gerir as demais instâncias do serviço público municipal, como a de educação, transportes, assistência social e infraestrutura, além do poder administrativo do município; a secretaria municipal de saúde que funciona em um prédio próprio; uma farmácia básica, que fornece alguns medicamentos de forma gratuita para a população; uma policlínica, que realiza exames básicos, além de atender casos de emergência em saúde. Nesse sentido, as Figuras 27, 28, 29 e 30 exemplificam alguns dos prédios mencionados que abrigam uma parte dos serviços públicos prestados no município.

Figura 27: Prédio da Prefeitura



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Figura 28: Escola pública municipal



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Figura 29: Farmácia Municipal



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Figura 30: Secretaria Municipal de Saúde



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Como podemos observar, a Figura 27 nos mostra o atual prédio da prefeitura municipal de Gado Bravo, nesse sentido, vale destacar que a área de primeiro andar presente na figura também compreende instalações do poder público municipal. Já na Figura 28 é possível visualizar a fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Godofredo Joosten, principal escola de instância municipal, que abarca alunos de todo o município para cursar os anos finais do ensino fundamental. Por outro lado, a Figura 29 traz o prédio da farmácia

municipal, enquanto a Figura 30 apresenta o prédio onde se localiza a secretaria municipal de saúde.

Vale destacar, nesse sentido, que o município conta ainda com algumas unidades básicas de saúde espalhadas pelos sítios para atender a população. Dentro dessas unidades, conta com assistência médica de rotina em determinados dias da semana, além de serviço odontológico, psicológico, nutricional, a realização de campanhas de vacinação e o acompanhamento de agentes comunitários de saúde. Nesse sentido, vale destacar que o município não conta com hospital, fazendo com que a população precise se deslocar para cidades vizinhas para receber atendimento médico mais especializado

Para além dos serviços públicos previstos conforme a lei, o município conta ainda com a prestação de serviços de caráter privado. Alguns empreendimentos se destacam dentro desse contexto no município, podemos citar como exemplos: as oficinas mecânicas, que atendem a parcela da população que possuem veículos, com destaque para motocicletas; assistência técnica de celulares; serviços de cópia e impressão; uma lotérica da caixa, sendo o único serviço de banco prestado no município; distribuidoras de água e botijão de gás; uma empresa que oferta planos de saúde; academia e uma casa dos criadores, que além de funcionar como farmácia veterinária, oferecer consultas, também comercializa os remédios indicados para o tratamento dos animais. Considerando isso, as Figuras 31, 32, 33 e 34 exemplificam alguns dos serviços prestados no município em caráter privado.

Figura 31: Oficina mecânica



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Figura 32: Lotérica



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Figura 33: Academia



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Figura 34: Casa dos Criadores



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Na Figura 31 podemos visualizar uma das oficinas mecânicas do município, em nossa análise verificamos a existência de 4 oficinas somente na Rua José Mariano Barbosa, principal rua da cidade, além de diversas espalhadas pelos sítios e algumas nas ruas adjacentes. Já na Figura 32 é possível observar a única atividade bancária do município, uma lotérica da caixa econômica federal. A Figura 33, por sua vez, traz a presença de uma academia, única unidade do ramo no município. Por fim, a Figura 34 nos apresenta a casa dos criadores do município que atua como farmácia veterinária por ser de posse de um médico veterinário gadobravense, além desses serviços, também comercializa rações e outros utensílios necessários à prática da agropecuária.

4. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NAS UNIDADES CAMPONESAS EM GADO BRAVO

A partir do que foi exposto nos capítulos anteriores, na quarta parte desse trabalho nos dedicaremos a analisar a organização da atividade agropecuária nas unidades camponesas do município de Gado Bravo. Para isso, no desenvolvimento dessa parte da pesquisa nos utilizaremos dos dados estatísticos do material colhido das entrevistas executadas (ver anexo 1) durante o estudo de campo, além das observações realizadas *in loco* ao transitar pelas unidades camponesas.

Como mencionado na parte referente à metodologia desse trabalho, propomos a divisão das unidades camponesas gadobravenses em três categorias, dividindo-as por número de hectares. A primeira categoria abarca as unidades que possuem menos de 10 hectares de área, a segunda vai de 10 hectares a menos de 20 enquanto a última categoria, por sua vez, inclui as unidades camponesas de 20 a menos de 50 hectares.

A partir disso, propusemos-nos a realizar algumas entrevistas dentro de cada uma dessas categorias estabelecidas, mediante a execução de estudo de campo no local pesquisado. Para estabelecer a quantidade de entrevistas utilizamo-nos do critério de saturação, o qual aponta que o número de entrevistas deve ser estabelecido pelo pesquisador ao verificar que as informações colhidas estão sendo repetitivas, sem acrescentar novas informações do objeto analisado. (MINAYO, 2017; PIRES, 2008).

Dentro das questões estabelecidas para o cumprimento das entrevistas, optamos por definir quatro pilares que julgamos fundamentais para o entendimento da ótica analisada na pesquisa, sendo elas: a questão da propriedade da terra, a estrutura das famílias camponesas, a produção agropecuária e fatores referentes à renda e trabalho. Dentro de cada um desses aspectos, procuramos identificar nas entrevistas questões relevantes ao estudo do objeto proposto.

Ao longo desse capítulo buscamos discutir as duas principais atividades da agropecuária, a agricultura e a pecuária, de forma individualizada, isolando a primeira da segunda, para possibilitar uma análise mais completa de ambas no contexto agrário gadobravense.

Entendemos que cada uma delas tem suas próprias especificidades, mas que por outro lado, são atividades que, muitas vezes, são complementares dentro do contexto estabelecido na unidade rural, possuindo diversas formas de interligação entre si. Assim, além de analisá-las

individualmente, procuramos ainda compreender as conexões estabelecidas entre as duas atividades.

Outro ponto de análise dentro dessa perspectiva refere-se à conjuntura econômica da atividade agropecuária, onde procuramos investigar a viabilidade das unidades camponesas gadobravenses do ponto de vista da sua organização interna, bem como sua capacidade de sobrevivência no espaço ao longo do tempo. Dessa forma, destacaremos a partir do tópico seguinte os aspectos considerados primordiais em nossa análise para compreender a estruturação da agropecuária nas unidades camponesas gadobravenses.

4.1 PROPRIEDADE DA TERRA

Como apresentado anteriormente, 53,2% dos estabelecimentos agropecuários gadobravenses são dirigidos pelo próprio proprietário da terra. Isso implica que os responsáveis por pouco mais da metade das unidades agropecuárias designadas pelo IBGE detém inteiramente o controle da terra na qual produz. Por outro lado, o sistema de comodato também possui grande relevância dentro do contexto local, sendo responsáveis por 45,9% do total de estabelecimentos do município.

Na configuração atual do território nacional, o que se vê é uma constante luta pelo direito de produzir na terra, tendo em vista o acentuado processo de concentração fundiária a nível nacional. Contudo os dados supracitados expõem uma realidade diferente em Gado Bravo, onde se tem um acesso à terra relativamente facilitado, principalmente se comparado com outras realidades no país.

Dentro dessa ótica e considerando as entrevistas realizadas ao longo do estudo de campo, podemos inferir algumas questões pertinentes à discussão sobre a propriedade da terra. Em primeiro lugar, cabe destacar que o termo “propriedade” designa a situação de posse de determinada porção de terra, mas vale ser ressaltado que para assegurá-la, a terra está condicionada à sua função social, ou seja, precisa atender a certos requisitos para não ser passível de desapropriação dentro da política de reforma agrária.

Nesse sentido, o estatuto da terra, lei Nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, em seu 12º artigo aponta que “à propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei”, para além disso, no artigo 2º, primeiro inciso, da mesma lei, consta que:

“A propriedade da terra desempenha integralmente sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem”. (BRASIL, 1964)

Contudo, a política de reforma agrária no Brasil ainda é, de certa forma, restrita, não cumprindo de forma satisfatória o que se propôs realizar. Dentro dessa discussão, Oliveira (2007, p.69) coloca que “a reforma agrária é compreendida como um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais”.

Já a lei acima mencionada traz a reforma agrária como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964). O que vemos na realidade brasileira, no entanto, é uma estrutura fundiária muito concentrada, com um número pequeno de produtores controlando uma grande quantidade de terras, sem, necessariamente, cumprir aquilo determinado como função social da terra e seus respectivos requisitos.

A partir desse contexto, entendemos a função social como uma questão importante no âmbito da propriedade da terra. Assim, em nossas entrevistas procuramos observar, além das respostas obtidas para as perguntas propostas, o cumprimento dos requisitos da função social da terra. Consideramos, portanto, dentro do que foi possível observar, que as propriedades atendem as características necessárias condizentes com o respeito ao critério de função social estabelecida pelo estatuto da terra, discutido acima.

Aquelas propriedades com o número mais elevado de hectares disponíveis acabam por produzir mais, aliando muitas vezes a prática agrícola com a criação animal, enquanto as propriedades menores geralmente são mais especializadas em determinado segmento, mas o que vale destacar, nesse contexto, é que em ambos os casos as propriedades estão cumprindo a função social estabelecida pelo estatuto da terra.

Além dessa questão, em consonância com as perguntas propostas nas entrevistas, podemos analisar outros apontamentos importantes acerca das unidades camponesas. No tocante à origem das propriedades analisadas, prevalece a presença das propriedades adquiridas

mediante compra e por intermédio de herança, havendo alguns casos em que as duas formas se combinam dentro da mesma unidade camponesa.

Dentro desse contexto, foi possível perceber também alguns camponeses que concentram sua produção em uma porção de terra da propriedade dos pais, caracterizando o sistema de comodato anteriormente mencionado, ou ainda alguns casos em que mesmo com os pais já falecidos, a divisão das terras ainda não foi oficializada perante a lei e os produtores atuam em um regime de acordo verbal sobre a propriedade da terra.

Corroborando com essa afirmação, utilizamos a fala de um dos produtores locais, o senhor Petrônio Brito, que afirma que não há uma divisão oficial das terras “porque tá no nome de papai só dividem quando botar no inventário. Aqui cada qual trabalha em uma parte”. Questionado sobre o motivo de não inventariar as terras, ele afirma que nenhum dos herdeiros procurou saber como se dá o procedimento, deixando em evidência que essa divisão apalavrada está confortável para as partes interessadas.

Outro apontamento pertinente nesse tópico de propriedade da terra diz respeito à sua extensão em hectares, como mencionamos anteriormente um dos pré-requisitos metodológicos foi a divisão das unidades analisadas em categorias, obedecendo o critério de tamanho das propriedades. Nesse sentido, ao fim das atividades realizadas em campo, abarcamos um total de 12 propriedades, sendo que estas variaram em extensão de hectares, conforme descrito nos procedimentos metodológicos.

Algumas outras questões que compuseram as entrevistas apontam na direção de aspectos mais práticos relativos às condições de produção nas propriedades, como é o caso do regime de chuvas que se faz presente nessas unidades. No tocante a isso, dentre as respostas obtidas, foi praticamente unânime a indicação de um regime de chuvas que se estende de março a agosto, ocorrendo casos em que foi apontado o final das precipitações no mês de julho, em ambos os casos com chuvas que variam em volume e no tempo e no espaço dentro desse período indicado, podendo ocorrer precipitações mais leves mesmo fora dos meses contemplados.

Dentro da propriedade da terra, algo que também se sobressai como um aspecto interessante para entender o contexto geral da unidade camponesa é a história de vida do chefe da família. Nesse contexto, indagamos os entrevistados sobre aspectos que permeiam esse assunto, dessa forma pudemos analisar que a maioria dos entrevistados sempre esteve ligado à terra na qual produz atualmente, sendo muitas vezes criado no local, ajudando os pais na realização das atividades rurais desde criança e, ao atingir a idade adulta, serem encarregados de continuar o legado deixado pelos pais, caracterizando a passagem das terras de geração para

geração, conforme aponta o entrevistado Salomão da Silva, ao expor que “a terra foi do meu bisavô e seguiu passando ao longo das gerações”.

Alguns poucos casos evidenciam também a ocorrência de migrações de retorno, onde o produtor ou parte de sua família, tendo origem no município de Gado Bravo, se lança em outros mercados de atuação laboral, geralmente optando por empregos nos centros urbanos, ligados aos outros setores da economia, mas que acabam retornando ao município para dedicar-se à produção agropecuária.

Outra questão fundamental para entender a organização das propriedades camponesas diz respeito à destinação da terra, considerando as atividades desenvolvidas na propriedade, além da quantidade de terra empenhada para cada uma delas. Nesse sentido, foi possível visualizar uma composição bastante diversificada das unidades, o que se destaca como mais comum são as propriedades em que há áreas destinadas ao pasto e ao cultivo, com o primeiro sobressaindo em relação ao segundo, impulsionado principalmente pela dificuldade do cultivo agrícola em boa parte do ano, devido aos períodos de estiagem. Além disso se tem a presença, na maioria das propriedades, de áreas de caatinga preservada.

Estas são justificadas, sobretudo, por não impactar no nascimento de plantas rasteiras em seu meio, sendo estas comumente utilizadas como uma das fontes de alimento para os rebanhos, bem como pelo fato de ser exigido uma parcela da propriedade apontada como destinada a reserva legal.

O código florestal (Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012) delimita a reserva legal como uma área dentro de uma propriedade ou posse rural que tem como função “assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa”. (BRASIL, 2012). Sendo assim, o contido nessa lei faz com que os produtores rurais gadobravenses mantenham uma porção da área da caatinga em suas propriedades.

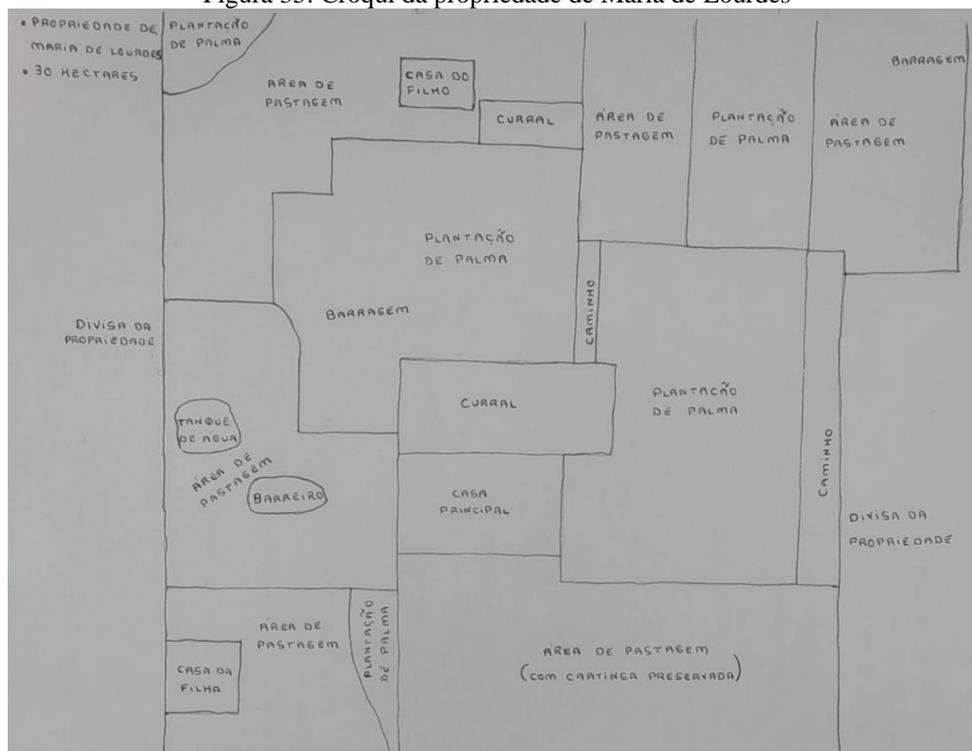
Por outro lado, há casos ainda em que não é realizado cultivo na propriedade, destacando-se as áreas voltadas para a criação animal, além de casos em que o inverso também acontece, sendo assim, a área de cultivo é predominante. Isso ocorre, de forma preponderante, nas propriedades com extensão abaixo de 5 hectares, onde há um foco mais especializado em um dos segmentos da agropecuária, nesses casos o que também acontece é uma menor presença de áreas com caatinga preservada, influenciada pelo fato de se possuir uma propriedade reduzida, possuindo a necessidade de otimização do espaço disponível.

Um último questionamento levantado nas entrevistas que vai ao encontro da questão da propriedade da terra refere-se à possibilidade de se manter ou não produzindo na propriedade em uma perspectiva para o futuro da atividade. Nesse cenário, também se apresenta uma diversidade de apontamentos, sendo relativamente mais frequente a indicação do desejo de continuar na atividade, como é o caso do senhor Antônio Felipe de 73 anos, que nos afirma em uma das entrevistas realizadas que “enquanto Deus permitir e tiver condições físicas, vou continuar trabalhando, lutando com o gado”. Essa fala relata o sentimento de pertencimento que muitos produtores têm em relação à terra, permanecendo nela mesmo com todas as dificuldades que lhe são impostas.

Em contrapartida a isso, existem casos em que os produtores se encontram muito exauridos do trabalho árduo no campo e, ao não enxergar possibilidades de melhora, seja do ponto de vista técnico, financeiro ou mesmo de desempenho na atividade, pretendem, assim que atingir a idade estipulada para aposentadoria, se afastar ou ao menos reduzir drasticamente sua presença na agropecuária, concentrando-se em tarefas consideradas mais simples.

Como forma de concluir esse tópico referente à questão da propriedade da terra, a Figura 35 apresenta um croqui de uma das propriedades que foram alvo das entrevistas durante o estudo de campo, apresentando a divisão da propriedade pela área destinada a cada segmento da agropecuária, além de outros aspectos importantes.

Figura 35: Croqui da propriedade de Maria de Lourdes



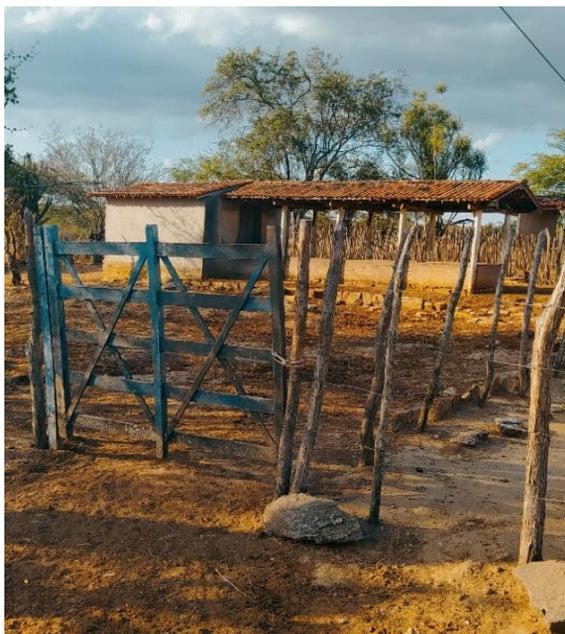
Elaboração: João Antério de Aguiar Leal

Como podemos visualizar a partir da figura, as áreas voltadas tanto para o cultivo agrícola, quanto para a criação animal são bastante espaçadas na propriedade, com alguns trechos em cada porção da unidade camponesa. Vale destacar que no momento da visita à propriedade, no mês de outubro de 2023, a cultura agrícola que perdurava era a palma, mas nos meses chuvosos é comum aliá-la com outras culturas, a exemplo do milho, do feijão e da fava, mais características no município. Nesse sentido, cabe destacar ainda que as áreas agrícolas estão intrinsecamente ligadas à pecuária, considerando que a palma é a cultura predominante, sendo utilizada nas unidades como alimento para os animais. Detalharemos essa inter-relação mais a frente.

Outro ponto de interesse sobre essa propriedade refere-se às áreas voltadas para a criação animal. No período chuvoso, os animais, no caso da propriedade acima, bovinos, são criados mais soltos, alternando as áreas de pastagem que compõem a propriedade, enquanto no período de estiagem predomina o confinamento nos currais para um tratamento alimentar mais específico, com utilização, principalmente, da palma forrageira.

O que também acontece é a separação das vacas que estão produzindo leite, daquelas que estão apartadas (vacas que não amamentam mais as suas crias), as primeiras geralmente recebem um tratamento diferenciado, sendo mantidas nos currais, enquanto as vacas apartadas são mantidas nas áreas de pastagem, recebendo uma alimentação menos elaborada. As Figuras 36 e 37 retratam um pouco dessa realidade na propriedade mencionada.

Figura 36: Curral com cocheira



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 37: Vaca apartada



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Como podemos observar, a Figura 36 apresenta um curral utilizado para oferecer um tratamento mais especializado aos rebanhos, com a presença de uma cocheira, utilizada para alimentar os bovinos. Por outro lado, na Figura 37, podemos visualizar uma vaca apartada se alimentando de uma das espécies de plantas rasteiras típicas da propriedade colocada em uma área de pastagem.

Para além da produção propriamente dita, vale ser destacado ainda a presença de três unidades familiares distintas na propriedade, com cada qual dependendo de sua própria produção, mas produzindo em terras de um único proprietário, indicando o sistema de comodato mencionado anteriormente. Estão presentes a casa principal, que abriga a mãe e responsável pela propriedade, um filho e um irmão, além de outras duas casas que acomodam uma filha e um filho da proprietária com suas respectivas famílias. Na Figura 38 podemos visualizar a casa principal da propriedade.

Figura 38: Casa Principal da Propriedade de Maria de Lourdes



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Nesse contexto, podemos observar ainda que é uma propriedade relativamente extensa, ocupando 30 hectares do território gadobravense, com uma boa oferta de corpos hídricos, além de ter áreas de caatinga preservada, com maior presença na área destacada no croqui, mas que se manifesta em menor número nas outras áreas, tanto de pastagem quanto de cultivo, conforme ilustrado nas Figuras 39 e 40.

Figura 39: Área com Caatinga Menos Densa



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 40: Área com Caatinga Mais Densa



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

4.2 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS

Dentro do contexto de estrutura familiar, Wolf (1976) coloca a existência de dois tipos principais de famílias camponesas, o primeiro é chamado pelo autor de família nuclear, compreendido pelo homem, a mulher e seus filhos, enquanto o segundo tipo é denominado de família extensa, que abarca mais de um núcleo familiar em uma mesma estrutura. Como exemplo desse segundo caso, o autor indica a presença de uma unidade familiar que pode conter “o camponês e sua mulher, seus parentes de mais idade que são outro grupo nuclear e, muitas vezes, o filho mais velho do camponês que mora com a mulher sob o mesmo teto paterno” (WOLF, 1976, p.88)

Considerando essa composição proposta por Wolf (1976), as famílias que participaram das entrevistas durante o desenvolvimento do estudo de campo têm uma composição bastante diversa. Indo de famílias compostas apenas pelo casal, sem a presença de filhos, passando por famílias onde os pais são divorciados e cada um compõe uma unidade de produção própria com parte dos filhos sob sua tutela, a famílias nas quais um dos componentes do casal já é falecido e seu cônjuge dirige a propriedade com os filhos, além da tradicional família composta pelo casal e seus filhos. Em todos esses casos podemos entender como famílias nucleares, mesmo havendo, em certo grau, a divisão desse núcleo, seja por intermédio do divórcio ou do falecimento de um dos cônjuges.

Por outro lado, em uma das nossas entrevistas foi possível observar uma família que pode ser considerada como extensa, uma vez que a mulher recebeu dentro do seu núcleo familiar, um irmão que não reunia as condições necessárias para se manter sozinho, e por isso

passa a integrar sua estrutura familiar, caracterizando um dos exemplos citados anteriormente proposto pelo referido autor.

Uma questão importante sobre o perfil das famílias refere-se ao nível de escolaridade dos membros das famílias entrevistadas, onde se tem a parcela da população acima dos 40 anos com presença marcante de pessoas que tem o ensino fundamental incompleto, ocasionada, provavelmente pela dificuldade no acesso à educação quando jovens, tendo que, muitas vezes, aliar os estudos com tarefas na propriedade para ajudar os pais.

Além disso, foi possível perceber que as gerações mais recentes, principalmente as nascidas a partir da década de 1990, possuem um grau de instrução maior em comparação aos nascidos nas décadas anteriores, com boa parte ao menos adentrando no ensino médio, havendo casos de pessoas com formação de nível superior concluídas, em andamento ou mesmo com ingresso sem ter, no entanto, permanecido no curso.

Com relação a como a família enxerga sua ligação com a terra, as visões percebidas em campo também se apresentam de forma bastante diversificada. Tanto são comuns aquelas pessoas que veem na atividade mais do que sua fonte de renda, com alguns produtores entrevistados utilizando os termos “apego” e “pertencimento” para descrever sua relação com a terra, enxergando-a como um estilo de vida sem o qual não conseguem permanecer. Também foram detectadas pessoas que estão na prática agropecuária por entenderem que essa é a maneira mais adequada para a sua realidade pelo seu histórico de vida e familiar, mas que não têm, necessariamente, um sentimento de pertencimento em relação à terra, podendo, inclusive, sair da atividade futuramente.

Nessa mesma ótica, os filhos dos chefes da família também se posicionam de maneira semelhante, podendo haver a mesma divergência de pensamento em relação ao sentimento de pertencimento à terra. Havendo casos em que os filhos já dão continuidade à atividade exercida pelos pais e tem no seu ideário a convicção de que seguirão por esse caminho, por outro lado, há casos em que os filhos pretendem seguir outros rumos de emprego, mesmo que no momento ainda exerçam a atividade, como forma de auxílio aos pais, enquanto esperam outras oportunidades no mercado de trabalho. Nesse sentido, há ainda os filhos com menos idade, que ajudam em tarefas mais simples na propriedade e que não têm definido a perspectiva de continuar na atividade.

Algo que impacta nessa discussão da composição das famílias é a questão da migração. Apesar de salientar que a maioria das unidades entrevistadas conta com a presença de todos os filhos em casa, exceto aqueles que já constituíram sua própria família e por consequência englobam outra unidade produtiva ou aquelas que tiveram o rompimento do núcleo familiar por

meio do divórcio e houve uma separação dos filhos do casal, há casos em que há a existência de migração dos membros da família.

Um caso que vem se tornando característico no município é a migração pendular, que caracteriza aqueles membros que migram para uma cidade próxima, com destaque para Campina Grande nesse contexto, para trabalhar ou estudar e voltam para a casa da família nos fins de semana ou em dias de folga. Também pode acontecer essa migração pendular de forma diária, com os filhos além de trabalhar fora ajudando eventualmente os pais na atividade agropecuária, realizando algumas atividades no tempo que não está comprometido com o trabalho.

Com relação às migrações para centros urbanos maiores, de fora da região Nordeste, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, não é tão notável para as famílias camponesas entrevistadas, sendo mais observável em famílias cujo rendimento não está mais ligado à atividade agropecuária, como é o caso de famílias que tem sua renda em aposentadoria ou pensão, e os filhos, como forma de adquirir independência financeira, migram em busca de empregos nas grandes cidades, se mantendo por lá na maior parte do ano e retornando no período de férias.

Com o advento de novas formas de difusão de informações no município, principalmente a partir da emancipação política, questiona-se até mesmo a continuidade da atividade agropecuária mediante o avanço paulatino dos processos migratórios nesse contexto de migração para trabalho ou estudo, principalmente se compararmos a última década com as últimas décadas do século XX.

No tocante aos filhos que permanecem em casa, vale destacar que aqueles com idade mais avançada já têm em seu ideário a intenção de permanecer na atividade, auxiliando os pais até compor sua própria unidade familiar. Por outro lado, nos casos em que os filhos são pequenos não há ainda uma definição nesse sentido, embora haja cada vez mais um movimento que direcione os filhos para se especializar através de cursos técnicos ou de graduação em Campina Grande, ou para uma atuação laboral fora do campo, seja no próprio município ou em municípios vizinhos.

No que tange à estrutura das residências das famílias camponesas entrevistadas, também é um ponto variável, mas que foi possível perceber certas semelhanças no discurso das pessoas que foram questionadas. Mesmo com uma variação no tamanho dos cômodos e da própria casa em si, foi possível visualizar ao menos uma estrutura básica em todas as casas abordadas, contendo: cozinha, sala de estar, um ou mais quartos e banheiro. De forma geral, o ponto de

divergência nesse quesito depende, principalmente, do número de pessoas que habitam a residência.

O mobiliário, incluindo os eletrodomésticos, que constam na maioria das casas também vai ao encontro do que se enxerga atualmente como mobiliário básico: geladeira, fogão, cama, guarda-roupa e armários, televisão, sofá, vaso sanitário e pias. Em algumas residências foi possível notar ainda a presença de artigos de mobiliário um pouco mais sofisticados, como é o caso de aparelho de micro-ondas, notebooks e alguns veículos, com a motocicleta sendo mais usual.

Com relação a aspectos mais específicos das casas dos camponeses, vale destacar que a água consumida pelas famílias é proveniente de fontes diversas. A cisterna, que acumula a água da chuva e é utilizada nos períodos de seca, é uma presença marcante nas residências, resultado do Programa Um Milhão de Cisternas.

Por outro lado, alguns corpos hídricos localizados nas unidades camponesas, conforme mencionados no capítulo anterior, também são de extrema importância para o abastecimento das famílias ao longo do ano. Os barreiros e barragens da propriedade são mais comuns e geralmente têm sua água transportada para as residências através de bombas elétricas ou mediante o uso de tração animal.

Ocasionalmente, quando o período chuvoso não é suficiente para atender a demanda das famílias ao longo de todo o ano, são utilizados os caminhões-pipa para coletar água, esta pode ser doada por algum conhecido que tenha um corpo hídrico de maior extensão ou mesmo comprada.

Dentro do contexto das condições domiciliares, devemos considerar ainda a destinação dos resíduos originados no consumo das pessoas das residências que foram entrevistadas. Com relação ao lixo originado do consumo dos produtos utilizados no dia a dia das famílias, como o caminhão de coleta não abrange a área rural, exceto algumas poucas áreas localizadas próximas à zona urbanizada, é comum que aconteça algumas formas alternativas de destinação dos resíduos.

O monturo, a queima e o enterramento dos resíduos são as formas mais usuais entre a maior parcela da população entrevistada para o descarte dos materiais. Vale destacar ainda nesse sentido que a maioria dos vasos sanitários presentes nas residências estão ligados a fossas sépticas, com alguns casos sendo descartados em valas no terreno da unidade camponesa, embora sejam menos usuais.

Para finalizar esse tópico focado em aspectos da estrutura familiar, devemos considerar ainda a quantidade da produção que é obtida na propriedade e consumida pela própria família.

Nessa ótica, as respostas apontam na direção do consumo da produção agrícola quase em sua totalidade, seja para consumo próprio ao longo do ano ou utilizada como fonte de alimentação para alguma das criações das unidades.

Um exemplo disso é o caso do milho, que enquanto verde é consumido pela família e uma vez seco é utilizado para alimentar os animais, principalmente as galinhas. Em contrapartida, a produção animal é consumida em menor quantidade, focando sobretudo numa fração do leite produzido, geralmente consumido diariamente pelos membros da família, com os produtores de queijo também consumindo eventualmente uma parte da produção. A carne consumida, por outro lado, geralmente é adquirida fora da unidade produtiva, seja em mercados, na feira ou diretamente com atravessadores que compram e abatem o animal para revender a carne.

4.3 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Entendemos a atividade agropecuária como o setor da economia que congrega o conjunto das unidades produtivas que exercem suas atividades em processos ligados diretamente à natureza. Compreende, portanto, o denominado setor primário da economia, englobando a prática da agricultura e da pecuária, assim como do extrativismo vegetal, da caça e da pesca.

As três últimas atividades citadas como parte da agropecuária têm presença muito baixa no município alvo do estudo ou praticamente inexistem, sendo assim, iremos concentrar nossas análises nessa pesquisa na agricultura e na pecuária, que são as mais relevantes dentro do contexto agrário local.

De forma geral, a agricultura está ligada ao cultivo de plantas, já a pecuária destina-se à criação de animais, ambas podendo ser destinadas para fins alimentícios ou serem transformadas em matéria-prima para a indústria, com a primeira finalidade sendo dominante no território gadobravense.

Nesse sentido, trataremos cada uma das atividades de forma individual dentro das unidades camponesas, explorando aspectos que são característicos tanto da agricultura quanto da pecuária, para, na sequência, buscarmos analisar as interligações existentes entre ambas no contexto do espaço agrário de Gado Bravo, identificando momentos em que uma das atividades é utilizada como forma de auxílio à outra, potencializando o desempenho conjunto dentro das unidades produtivas.

4.3.1 Agricultura

A partir do levantamento de dados, da observação da realidade local e da realização das entrevistas com a população camponesa gadobravense podemos compreender a atividade agrícola no município como uma atividade acessória à pecuária em grande parte das propriedades camponesas locais. Esse fato se dá levando em conta diversos fatores, o principal deles sendo devido ao elevado período sem chuvas durante o ano, que acaba por prejudicar o fluxo de cultivo e, por consequência, diminuindo a produtividade das culturas agrícolas características do município.

Esse apontamento se sustenta ainda tendo em vista que a maioria das culturas agrícolas de Gado Bravo está limitada ao período chuvoso, em virtude da baixa utilização da irrigação no município. O cultivo de lavouras concentra-se nos meses de março a agosto, enquanto a atividade pecuária é praticada ao longo de todo o ano, mesmo com as adversidades impostas pelo clima.

Ações que poderiam mitigar essa diferença, a exemplo da agricultura irrigada, não são satisfatoriamente exploradas no contexto municipal, seja pela dificuldade no acesso a água ou pela falta de condições financeiras para a infraestrutura necessária, fazendo com que a agricultura gadobravense seja pouco diversificada, limitando-se a poucas culturas, sobretudo as de lavoura temporária.

Nesse sentido, mesmo a cultura agrícola que se prolonga durante todo o ano no município, adaptando-se às condições climáticas desfavoráveis do local, que é o caso da plantação de palma forrageira, tem como sua finalidade principal nas unidades produtivas camponesas atender às necessidades alimentares dos rebanhos. Esse aspecto também evidencia, nesse contexto, o caráter acessório da agricultura gadobravense, funcionando muitas vezes como suporte da pecuária, principalmente no que se refere à composição alimentar dos rebanhos.

Obviamente, não se pode descartar que também pode haver casos em que a palma forrageira atende a fins comerciais, poucos casos de produtores com grande estoque do produto, sem necessariamente possuir um rebanho que imponha um grande uso para essa cultura em sua propriedade. Por isso optam por vender uma parte da plantação para outros produtores da região como forma de complementação de renda. Porém, o que prevalece ainda é a utilização da palma para alimentar os próprios rebanhos.

Além da palma forrageira, a palha do milho também é comumente utilizada para alimentar os rebanhos, bem como o próprio grão que é utilizado para alimentação de galináceos,

evidenciando também essa característica da agricultura de fornecer subsídios alimentares para os rebanhos.

As plantações de feijão também podem ser utilizadas, mas em menor número nas unidades camponesas, a partir da utilização das cascas das vagens para alimentar rebanhos de menor porte, como caprinos ou ovinos. As Figuras 41 e 42 ilustram a utilização da palha de milho para alimentar os animais.

Figura 41: Palha de milho plantada



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 42: Feixe de palha de milho



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Na Figura 41 podemos visualizar a palha do milho já seca após o período chuvoso no município, a palha encontra-se ainda plantada, mas passará pelo processo de corte para o conseqüente transporte e oferecimento aos animais. Podemos notar que essa parcela da palha se encontra partida ao meio, essa prática é realizada tendo em vista dois fatores: o primeiro deles é evitar que a água penetre nas espigas para não causar o apodrecimento do grão, o segundo fator é como forma de evitar que a ação do vento dificulte o processo de retirada da palha, uma vez que pode ocorrer que o vento desloque parte da produção, espalhando-a, ocasionando, inclusive, perdas no processo.

A fala de um dos produtores rurais entrevistados, Petrônio Brito, evidencia a finalidade desse processo de quebra do pé de milho, segundo ele se dá “pra palha não voar, as folhas no

caso (...) e também pra água não entrar na espiga de milho. Porque se deixar ele em pé, chovendo, a água entra na espiga de milho e apodrece”.

Já na Figura 42, podemos visualizar um feixe de palha de milho já transportado para o local em que será oferecido aos animais. Após a conclusão do processo da Figura 41, o produtor monta um feixe e transporta a palha para a cocheira ou alguma área de pastagem, utilizando tração animal ou ele mesmo carregando o feixe. É comum, nesses casos, a combinação da palha com outras espécies de plantas, normalmente retiradas do próprio roçado que se encontra a plantação de milho. Nesse contexto de utilização da palha de milho para alimentar os rebanhos, é realizado ainda o armazenamento da palha retirada das espigas, conforme exemplifica a Figura 43.

Figura 43: Armazenagem da palha da espiga



Fonte: João Antério de Aguiar Leal

Data: Dezembro de 2023

Na Figura 43 podemos observar a parte da palha que envolve a espiga de milho sendo armazenada para alimentar os rebanhos. Ao descascar o milho, seja de forma manual, que é a mais comum nas unidades que tiveram uma produção reduzida, ou com a contratação de uma

debulhadora, mais usual quando a produção durante o ano é significativa, obtém-se essa fração da palha.

Considerada essa questão que julgamos de extrema importância, podemos partir para a análise do ponto de vista dos camponeses a partir das entrevistas realizadas. Com relação aos produtos agrícolas cultivados em Gado Bravo, a palma, o milho e o feijão apareceram em praticamente todas as respostas, enquanto a fava e o jerimum (ou abóbora) foram citados em menor número.

Como forma de ratificar essa perspectiva, o censo agropecuário do IBGE traz que dos 1.775 hectares de área colhida em Gado Bravo, 898 hectares são ocupados por plantação de palma (50,5%), 407 são ocupados pela plantação de feijão (22,9%) e 356 hectares pela plantação de milho (20%), totalizando 93,4% do total de área colhida do município. O capim sorgo, além das culturas mencionadas pelos produtores locais, fava e jerimum, completam o número total de hectares.

Nesse sentido, vemos que a palma forrageira é uma cultura que se sobressai no município de Gado Bravo. Além da sua fácil adaptação e resistência, a palma é rica em carboidratos e sais minerais, tornando-se importante fonte de alimentação para os rebanhos, como mencionado anteriormente.

Tal cultura agrícola é nativa do México, mas possui distribuição em diversos lugares ao redor do mundo, sendo cultivada também na Europa, na África e na América do Sul. A palma forrageira foi introduzida no Brasil no final do século XVIII, destinada inicialmente para a produção de corante carmim e para ornamentação, foi somente no meio do século XX que passou a ser utilizada primordialmente como planta forrageira, intensificando-se nas décadas finais do referido século, devido a ocorrências de secas prolongadas no Nordeste brasileiro e a orientação da Sudene de difundir no semiárido nordestino, culturas que fossem resistentes às limitações climáticas. (ROCHA, 2012; TARGINO, 2020).

Contudo, algo que assolou o município nos últimos anos e prejudicou inúmeras plantações por todo o território gadobravense foi a comumente chamada pelos produtores locais de doença da palma ou cochonilha-carmim. De acordo com relatório elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), “A cochonilha-do-carmim é considerada a principal praga da palma forrageira. Suga a seiva da planta, deixando-a debilitada e amarelada, seguida de secagem e morte em breve período”. Na Figura 44 podemos visualizar uma raquete de palma infectada com a praga nos utilizando de uma fonte externa, considerando que as raquetes infectadas do município foram praticamente dizimadas.

Figura 44: Cochonilha do Carmim na Palma Forrageira



Fonte: g1.globo

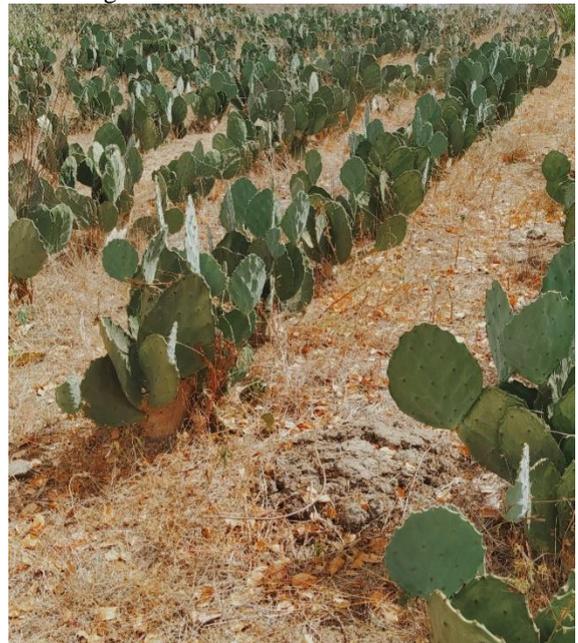
Dentro desse contexto, uma vez que a espécie de palma forrageira normalmente cultivada pelos produtores gadobravenses encontrava-se sob tais circunstâncias, que dificultavam a continuidade de sua utilização, uma solução encontrada pelos órgãos públicos de pesquisa e difundida junto à população foi a mudança na espécie cultivada, passando a plantar variedades resistentes à praga anteriormente mencionada. As Figuras 45 e 46 exemplificam as palmas resistentes à cochonilha-carmim, mencionadas anteriormente.

Figura 45: Palma doce



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 46: Palma Orelha-de-Elefante



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Dentro desse contexto, é importante questionar como se deu essa transição da palma infectada para as variedades resistentes à praga. O produtor local, Petrônio Brito, questionado sobre a origem da palma resistente à cochonilha-do-carmim aponta que “a palma doce gigante foi umas folhas que eu fui buscar que o povo doaram, não sei se foi o governo, parece (...) e dessa outra foi doação do povo mesmo, me deram umas folhinhas, parece que 30 folhas e dessas 30 folhas foi que eu fiz palma”.

A partir desse fragmento de uma das entrevistas podemos perceber que foi uma transição lenta, com a pequena oferta das variáveis resistentes à praga, disseminadas principalmente através de doações. Contudo, na atualidade, a oferta das espécies de palma resistentes à cochonilha-do-carmim pode ser mais perceptível nas unidades camponesas alvo das entrevistas.

Com relação à escolha do cultivo dos mencionados produtos, conforme exposto pelos camponeses alvos das entrevistas, apontam na direção do solo e do clima gadobravense serem propícios a essas culturas em detrimento de outras igualmente relevantes no território nacional, a exemplo da soja e do trigo.

Outra motivação para a escolha desses produtos é a própria tradição dessas culturas dentro do município, sendo passada de geração em geração ao longo do tempo. Isso faz com que esses produtos estejam sendo cultivados desde os primórdios do município (excetuada a palma), através dos primeiros ocupantes do que hoje se denomina como Gado Bravo, sendo levados adiante por seus filhos e estando, cada vez mais, introjetado no ideário dos produtores locais até a contemporaneidade.

Com relação ao período de plantio e colheita o que foi indicado pelos entrevistados é que depende primordialmente do início das chuvas e da intensidade desta, sendo realizado o cultivo no momento que os produtores se sentem mais confiantes na continuação das chuvas em um índice aceitável.

Um dos entrevistados relata que em 2023 realizou plantios em janeiro, o que ocasionou a perda da produção, devido ao espaçamento das chuvas, voltando a plantar em maio, com este plantio sendo colhido em julho. Outros relatam a realização do plantio por volta de março ou abril, com a colheita por volta dos meses de junho e julho, a depender do nível das chuvas e do desenvolvimento satisfatório da lavoura.

Nesse contexto, é relativamente comum a perda da produção devido a uma grande oscilação das precipitações, ou mesmo por períodos de estiagem não previstos nas unidades camponesas, como foi o caso do entrevistado citado anteriormente, que ao projetar que as chuvas fossem se manter a partir do mês de janeiro no município, acabou se precipitando e

escolhendo o período errado para o plantio, gerando perda tanto na própria produção, quanto no trabalho empenhado.

Uma forma que os camponeses utilizam, nesse sentido, para tentar se proteger dessa situação é não utilizar as reservas de sementes em um único plantio, pois caso ocorra a perda da produção, não haja o comprometimento de todo o estoque disponível de sementes, resguardando-se para um novo período de plantio.

No que tange à finalidade da produção, é mais usual que as culturas agrícolas produzidas nas unidades camponesas sejam consumidas pela própria família, mantendo em estoque para utilizar durante o ano, além de renovar as sementes para o plantio no ano seguinte. Na Figura 47, podemos observar o instrumento utilizado em grande parte das unidades produtivas para o armazenamento das sementes.

Figura 47: Depósito de sementes



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Podemos observar na figura um depósito de sementes, feito de laticínio de estanho. O instrumento é colocado em pé e a partir da tampa que aparece na imagem as sementes são guardadas e, com uma estrutura semelhante na parte de baixo, as sementes são retiradas com facilidade quando se tornam necessárias para uso.

Nesse sentido, vale destacar ainda que boa parte das sementes utilizadas no plantio das unidades camponesas gadobravenses são conseguidas a partir desse armazenamento para o ano

seguinte, usando, portanto, sementes próprias durante o cultivo. Apesar de ser menos frequente, as sementes também podem ser adquiridas através de compra em bancos de sementes nos municípios vizinhos.

Quando a safra é boa e tem um excedente da produção é comum também que parte do que foi produzido seja destinado aos animais da propriedade. Um exemplo clássico desse arranjo em Gado Bravo diz respeito aos grãos de milho que, enquanto verdes são consumidos pela família em diversas receitas típicas, sobretudo na região Nordeste, a exemplo da pamonha, da canjica, além das espigas assadas ou cozinhadas.

Já quando o grão amadurece, tornando-se seco, a produção é colhida e, depois de feita toda a etapa de separação dos grãos, é armazenado para servir de alimento tanto para as criações, com a de galináceos, asininos, muares e equinos se destacando nessa ótica, quanto a alimentação humana.

Outra forma de escoamento da produção, essa sendo menos comum no município, é a venda ou mesmo a troca dos produtos obtidos. A venda geralmente é feita por intermédio de atravessadores, que compram o que foi produzido na unidade camponesa e revendem com alguma margem de lucro, já a troca diz respeito à utilização da cultura agrícola produzida na unidade camponesa para obter outro bem ou material que se faz necessário para as famílias ou mesmo na propriedade.

Para exemplificar isso, um dos produtores entrevistados, tendo obtido uma produção de milho com desempenho acima do esperado no ano de 2023, realizou a troca de parte dos grãos obtidos na colheita, com um comerciante de rações do município, por torta de algodão, alimento usado para o tratamento alimentar dos rebanhos.

Esse arranjo, que propiciou ao produtor ter um estoque de alimento para os rebanhos da unidade produtiva, evidencia mais uma vez nossa afirmação feita no início desse tópico de que a agricultura é muito mais uma atividade acessória da pecuária do que propriamente uma atividade geradora de renda para as famílias camponesas do município de Gado Bravo, privilegiando, inclusive, a utilização da produção agrícola com forma de obtenção de ração animal, em detrimento do próprio consumo do grão pela família.

No entanto, ao fazer essa transação, o produtor rural irá economizar no dinheiro gasto com a torta de algodão, e isso só se torna possível por causa da produção agrícola, utilizada como “moeda de troca”. Nesse contexto, o trabalhador consegue, de certa forma, um retorno em dinheiro pela produção de milho. A partir dessa discussão, a Figura 48 ilustra os sacos de torta de algodão, como exemplo dos sacos que foram obtidos através da produção de milho.

Figura 48: Sacos de torta de algodão



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Podemos visualizar na Figura 48 alguns sacos de torta de algodão empilhados ao fundo, sendo utilizados à medida que há necessidade nas unidades produtivas, além de ser possível notar mais um saco já pela metade.

Essa troca da produção agrícola por um item necessário à pecuária, traz para discussão as interações que existem entre a agricultura e a pecuária no seio da produção agropecuária local. Esse aspecto, no entanto, discutiremos posteriormente. Antes de chegarmos nessa questão, nos debruçaremos sobre a organização da atividade pecuária.

4.3.2 Pecuária

A atividade pecuária em Gado Bravo vem desde os seus primórdios, tal atividade é tão significativa que o próprio nome do município faz referência a tal prática. Quando tal nomenclatura surgiu, o gado era criado solto, esse fato fazia com que a criação fosse conduzida de forma desorganizada, necessitando de muito esforço por parte dos vaqueiros para controlar os animais. Esses trabalhadores, muitas vezes, na tentativa de conseguir acalmar os rebanhos gritavam “ô gado bravo”, daí surgiu, portanto, o nome do município que perdura até os dias atuais (CAMELO, 2021).

Dentro desse contexto, seguindo a discussão apresentada no tópico anterior que coloca a agricultura como uma atividade acessória, constatamos *in loco* que a pecuária é a atividade principal na maioria das unidades camponesas gadobravenses, sendo mais marcante, em

comparação à agricultura principalmente do ponto de vista econômico, gerando mais renda para as famílias.

É comum que haja nas unidades camponesas diversos segmentos da atividade pecuária, incluindo criações diversificadas que muitas vezes se complementam nos estabelecimentos agropecuários. Nesse sentido, a pecuária bovina se sobressai como criação mais importante, mas vale destacar que os suínos, caprinos, ovinos, e galináceos também têm certo nível de relevância nas unidades camponesas, além da importância dos asininos e muares como força motriz nas unidades produtivas. Nesse tópico buscaremos analisar a estrutura de cada um desses setores.

4.3.2.1 Bovinocultura

A pecuária bovina possui grande relevância dentro do espaço agrário gadobravense, sendo a segunda maior criação do município, ficando atrás somente dos galináceos, mas considerando o poderio econômico envolvido, podemos colocá-la como a mais significativa do município. Dos 1.292 estabelecimentos agropecuários presentes em Gado Bravo, 746 contam com rebanhos bovinos em algum nível, representando cerca de 57% do total, conforme dados do censo agropecuário do IBGE.

Outro ponto relevante nessa discussão refere-se ao efetivo do rebanho bovino do município, contando com 7.871 cabeças. Apesar de haver uma parcela deste rebanho destinada para a pecuária de corte, a pecuária bovina leiteira se sobressai no município. De acordo com o censo agropecuário, dos 746 estabelecimentos que possuem rebanhos bovinos, 572 produziram leite, colocando Gado Bravo na 12ª colocação do estado da Paraíba no tocante ao número de estabelecimentos que produzem leite.

Abarca ainda um total de 3.212 vacas ordenhadas nos estabelecimentos agropecuários gadobravenses, o que representa 40% do efetivo total e coloca Gado Bravo na sétima colocação do Estado no que se refere ao efetivo bovino ordenhado, conforme dados do censo agropecuário. O restante do efetivo, portanto, pode estar ligado às atividades da pecuária de corte ou mesmo são compostos por bezerros ou novilhas, que ainda não deram cria, mas que poderão futuramente estar inseridas também na lógica da pecuária leiteira.

Em pesquisa anterior sobre a pecuária bovina leiteira no território gadobravense (LEAL, 2021) pudemos inferir que Gado Bravo possui posição de destaque no Estado no tocante à quantidade do leite produzido e ao valor dessa produção. O município ocupa a terceira colocação no quesito de quantidade de leite produzido, ficando atrás somente de Barra de

Santana (1^a) e Paulista (2^a) e ocupa a segunda colocação no que diz respeito ao valor da produção, perdendo somente para Barra de Santana.

Considerando essa relevância da produção bovina gadobravense no estado da Paraíba, cabe-nos destacar agora a perspectiva mostrada pelos produtores camponeses locais, a partir dos dados obtidos nas entrevistas. De início, vale sublinhar que nem todas as unidades camponesas entrevistadas têm rebanho bovino, com algumas se limitando a animais de menor porte, como é o caso de caprinos e da criação de galináceos. Por outro lado, naquelas propriedades que contam com o rebanho, a bovinocultura é a principal atividade dentro da unidade produtiva, trazendo mais retorno econômico se comparado a outras criações, que atuam mais como complemento de renda.

Nesse sentido, com relação ao número de cabeças de bovinos nas propriedades investigadas, podemos analisar que na maioria delas os rebanhos podem ser considerados modestos, uma vez que o número está muito próximo da quantidade de hectares disponíveis. Para citar um exemplo, há uma propriedade com 11 hectares que conta com 15 cabeças de bovinos e outra com 30 hectares e 22 cabeças de bovinos, ambas envolvendo vacas leiteiras e os bezerros, no segundo caso a média nem chega a 1 bovino por hectare.

A taxa de lotação (número de cabeças por hectare) dos pequenos estabelecimentos familiares de gado Bravo situa-se próximo à média nacional de 1 cabeça por hectare, de acordo com o Censo do Rebanho Nacional de 2015 (ARANTES et al., 2018). Segundo as entrevistas, os produtores não conseguem alargar o número de cabeças devido ao aumento de trabalho que isso geraria e por consequência traria a necessidade de uma mão-de-obra que a família, muitas vezes, não consegue dispor, trazendo junto com o aumento dos ganhos o aumento dos gastos. Além dessa razão, o aumento do número de cabeças por hectare só seria possível com uma mudança no padrão da produção com melhoria do plantel, da alimentação, dos cuidados veterinários, da assistência técnica, etc. (SUZUKI e QUEIROZ, 2023).

Apesar da média baixa da taxa de lotação, existe uma diferenciação significativa entre as unidades de produção. Um dos produtores entrevistados conta com 70 cabeças de bovinos em uma unidade com 15 hectares. O que impacta de forma primordial nessa diferença é o sistema empreendido na propriedade. A que conta com 70 bovinos atua no sistema extensivo, possuindo mais flexibilidade no trabalho aplicado, enquanto as outras propriedades supracitadas atuam aliando os dois sistemas, com o gado mais confinado nos currais nos períodos secos e em um sistema semi-extensivo nos períodos chuvosos, com o gado sendo solto nas áreas de pastagem durante o dia e sendo confinado para a retirada do leite e para passar a noite nos currais.

No que diz respeito às raças de gado bovino no município, é mais comum a raça curraleiro pé-duro, embora boa parte do rebanho seja considerada mestiça. Estes animais são tradicionais do Nordeste brasileiro desde a época da colonização, tratando-se de uma raça bem adaptada a climas secos com pouca oferta de pasto. Também foi possível encontrar vacas holandesas puras ou mestiças, raça bem adaptada ao clima brasileiro de forma geral, com significativa produção leiteira.

No tocante à alimentação do rebanho, podemos considerar que os produtores utilizam fontes diversas, contudo, a palma forrageira se sobressai das demais, sendo a base alimentar dos bovinos, principalmente nos períodos secos, sobretudo daqueles animais voltados para a produção de leite.

O manejo utilizado no corte da palma pode variar de acordo com a intencionalidade do produtor. Aquele que pretende dar uma nova utilidade à área, como por exemplo plantar uma palma de outra espécie ou transformar o local em área de pastagem, opta pelo corte total da planta. Enquanto outros produtores, que almejam utilizar novamente aquela palma, optam por aparar as raquetes e manter o pé da palma, para brotar novamente. Em ambos os casos, a palma é retirada da área de plantação e transportada para a cocheira. As Figuras 49 e 50 ilustram o consumo dessa fonte de alimentação pelos rebanhos, tanto pelas vacas que produzem leite, quanto pelos bezerros.

Figura 49: Vacas leiteiras comendo palma



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 50: Bezerros comendo palma



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Um ponto de interesse nessa questão é o fato de que a palma só foi inserida no município por volta de 1940⁶ (CABRAL, 2015), então, com a ausência dessa fonte de alimentação, outras possibilidades foram exploradas pelos produtores da época e algumas delas perduram até os dias atuais.

Nesse sentido, a palha de milho e a torta de algodão, já mencionadas no tópico anterior, são importantes fontes de alimentação para os rebanhos bovinos, com a torta sendo utilizada sobretudo para aumentar a produtividade leiteira e a palha de milho atuando mais como um complemento à palma forrageira ou como alimento para a parcela do rebanho que não produz leite.

Também são utilizados, dentro do contexto agrário local, o gravatá-açu, o mandacaru (tradicionalmente chamado pelos produtores locais de cardeiro), o bagaço de cana-de-açúcar, diversos tipos de capim, além de variadas plantas rasteiras que brotam nas áreas de pastagem ou entre as fileiras das plantações de palma.

Ainda no ponto de alimentação do rebanho, pode ser destacado também o sal mineral, utilizado em algumas unidades camponesas do município como forma de complemento da dieta animal, por ser rico em alguns minerais necessários para um melhor desempenho na criação de bovinos. As Figuras 51, 52, 53 e 54 exemplificam algumas dessas fontes de alimentação dos rebanhos bovinos mencionadas anteriormente.

Figura 51: Preparo do cardeiro para os animais



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 52: Gravatá-açu



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

⁶ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) criou o projeto Rede Palma, com a intenção de articular e fomentar o debate sobre a cultura da palma na área de atuação da Sudene, propondo ações e consolidando as potencialidades da palma no semiárido brasileiro.

Figura 53: Animais comendo palha de milho



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 54: Bovinos comendo torta de algodão



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Na Figura 51, podemos visualizar um produtor do município fazendo a retirada dos espinhos presentes no cardeiro, para, em seguida, cortá-lo e colocar para os animais. Essa fonte de alimentação normalmente é utilizada para a parcela do rebanho não lactante, ou, se utilizado para o rebanho leiteiro, como complemento da palma forrageira, não sendo usual sua utilização como fonte de alimentação principal.

Na Figura 52, podemos visualizar o gravatá-açu que funciona numa lógica semelhante ao cardeiro, sendo oferecido geralmente àquela parcela do gado que não está produzindo leite no momento. Na Figura 53, podemos observar alguns animais se alimentando da palha de milho, além de algumas plantas agrestes que brotam entres as fileiras da plantação de milho. Por fim, na Figura 54, é possível constatar vacas leiteiras na cocheira se alimentando da torta de algodão.

O custo com essas formas de alimentação se resume, de forma geral, ao custo com a compra da torta de algodão, realizada geralmente por meio de comerciantes de rações do próprio município. O custo médio do saco com 50 kg é de 97 reais, tomando o mês de novembro de 2023 como base de análise. O bagaço de cana também é comprado, mas com menor frequência e em um número menor de unidades camponesas, custando de 200 a 300 reais a carrada.

As demais fontes de alimentação mencionadas são advindas da produção agrícola, a exemplo da palma, da palha de milho e do gravatá-açu, ou brotam de forma natural nas propriedades, como é o caso do cardeiro, do capim e de outras plantas que nascem em meio às fileiras da palma forrageira. No caso das plantações, o custo que pode ser gerado é com relação

ao gasto no plantio e na colheita, caso empregue mão-de-obra de fora da família nesses momentos.

Para além da questão da alimentação dos rebanhos, outro aspecto que pode gerar gastos para os produtores locais refere-se ao tratamento aplicado ao gado. Além dos gastos eventuais com remédios quando algum animal adoece, é comum no município algumas campanhas de vacinação para os bovinos.

As principais delas são contra a febre aftosa - que segundo o portal da Embrapa na internet “trata-se de uma enfermidade infectocontagiosa (...) de fácil difusão, alta morbidade, provoca perdas na produção e barreiras comerciais dos animais e seus subprodutos” – e a raiva, uma encefalite viral que acarreta lesões no tecido nervoso dos animais, incluindo-se os bovinos nesse contexto.

O gasto com essas vacinas é variável, mas os produtores entrevistados estimaram um custo anual entre 80 e 500 reais, a depender do efetivo total do rebanho das unidades produtivas gadobravenses. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e a secretaria de agricultura do município normalmente regularizam essas vacinações, oferecendo orientação técnica em alguns casos. A Figura 55 exemplifica essas campanhas de vacinação que ocorrem em Gado Bravo.

Figura 55: Campanha da prefeitura para a vacinação de bovinos



Fonte: prefeitura municipal de Gado Bravo

A Figura 55 exemplifica uma campanha realizada pela prefeitura de Gado Bravo, alertando os produtores locais de bovinos sobre o prazo de vacinação dos animais contra a febre

aftosa, bem como indicando a regularização da vacina junto a secretaria de agricultura do município.

Além disso, como mencionado anteriormente, a pecuária bovina gadobravense está voltada sobretudo para a produção de leite, podendo ocorrer, a concomitância com a pecuária de corte em algumas unidades produtivas, com alguns animais sendo criados em regime de engorda para o abate ou para a venda com essa finalidade.

Considerando essa superioridade da produção leiteira na pecuária bovina gadobravense, cabe destacar o processo de beneficiamento do leite no município, desde o processo de coleta até o escoamento da produção. No que diz respeito à captação do leite, a ordenha é realizada de forma manual, normalmente pelo chefe da família ou por algum dos filhos. Com relação à periodicidade dessa coleta, geralmente é realizada duas vezes ao dia, uma na parte da manhã e outra durante a tarde. As Figuras 56 e 57 mostram aspectos da realização da ordenha de forma manual.

Figura 56: Produtor realizando a ordenha



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 57: Vaca e bezerro após a ordenha



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Na Figura 56 podemos observar um produtor local realizando a ordenha de forma manual na sua unidade produtiva, com o bezerro amarrado junto à vaca, enquanto na Figura 57 é possível visualizar o bezerro junto à vaca logo após a realização da ordenha, prática muito comum dentro do município. É usual nas unidades camponesas que seja resguardado um pouco do leite para o bezerro quando este ainda tem pouco tempo de nascido e, portanto, não se

alimenta de forma consistente para o seu crescimento, como é mais comum nos bezerros mais velhos.

Seguindo essa lógica, o leite, após coletado na unidade produtiva, pode ter duas formas principais de comercialização no município: o leite cru ou a transformação em queijo coalho. Cada produtor analisa em sua realidade o que é mais proveitoso para si, considerando, principalmente, o retorno econômico que cada uma das formas trará. Há períodos em que o leite cru tem um valor agregado maior que o queijo coalho, com o contrário também se aplicando.

Na pesquisa anterior que realizamos (LEAL, 2021), indicamos a intencionalidade do produtor na escolha de uma ou outra forma de produção. O queijo implicará em uma tarefa a mais a se realizar, uma vez que geralmente é feito de forma manual pelo próprio pecuarista, enquanto o leite cru é coletado logo após a ordenha, sem nenhum acréscimo de atividade. Por outro lado, com a produção do queijo, se obtém o soro, normalmente utilizado para a alimentação de suínos, gerando subsídio para essa criação na unidade camponesa e abrindo a possibilidade de outra renda. Considerando isso, as Figuras 58 e 59 exemplificam essas duas formas de comercialização do produto advindo da bovinocultura.

Figura 58: Produtor armazenando leite cru



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 59: Produção de queijo



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Maio de 2021

Na figura 58, podemos observar um produtor armazenando o leite imediatamente após ser retirado, em um recipiente para que seja coletado logo após a ordenha pelo atravessador que compra a produção. Já na figura 59, podemos visualizar a produção de queijo coalho, que é

armazenado durante alguns dias na unidade camponesa até o atravessador vá para coletar a produção.

Alguns depoimentos coletados em campo, confirmam a afirmação anterior de que a opção pela venda do leite ou do queijo depende da intencionalidade do produtor rural. O senhor Petrônio Brito coloca que a escolha pela venda do leite se dá “pela falta de tempo. O leite é menos trabalho”, por outro lado, o senhor José Eleksandro coloca que opta pela produção de queijo na sua unidade “porque tem o soro. Por causa dos porcos”, apontando para a utilização do soro originado do queijo como subsídio para alimentar os suínos, como mencionamos anteriormente.

Dentro desse contexto, independente da forma sob a qual é comercializado, vale destacar que o escoamento da produção é realizado por intermédio de atravessadores, conforme destacaram os produtores rurais entrevistados. Esses atravessadores geralmente residem o próprio município ou em municípios vizinhos, compram a produção, seja de queijo ou do leite cru, e revendem com alguma margem de lucro.

No caso do queijo, a produção normalmente é revendida sem sofrer nenhuma alteração, permanecendo da forma que foi adquirida na propriedade. Já no caso do leite cru, é revendido após passar por um processo de transformação em pequenos laticínios dos próprios atravessadores, sendo gerado o queijo coalho, o queijo de manteiga ou a nata, para na sequência serem vendidos.

Em ambos os casos, os atravessadores geralmente comercializam os produtos adquiridos em centros urbanos maiores, a exemplo de Campina Grande, mas também pode acontecer o comércio local, com este ocorrendo em menor grau se comparado ao formato anterior, sendo realizado de maneira eventual.

Ademais, vale destacar que há essa predominância da venda da produção leiteira dentro das unidades camponesas, contudo também é usual que os membros da família consumam uma pequena parcela do leite produzido diariamente, variando em torno de 1 ou 2 litros a depender do tamanho da família.

No caso da pecuária de corte, os animais geralmente também são vendidos por intermédio de atravessadores, sendo raros os casos em que os próprios produtores transportam a parcela do rebanho a ser negociada para as feiras de gado da região para uma venda direta. O atravessador pode, nesse caso, ser o responsável pelo abate e pela venda da carne ou mesmo intermediar o negócio e revender o animal com uma margem de lucro que seja razoável pelo trabalho empreendido.

4.3.2.2 Suinocultura

O rebanho suíno é o segundo no município em número total de cabeças, se não considerarmos os galináceos que não constituem um rebanho. Os suínos ficam atrás apenas dos bovinos. Nesse contexto, dos 1.292 estabelecimentos agropecuários presentes em Gado Bravo, 685 contam com a criação de suínos em algum nível, representando 53% do número total dos estabelecimentos. Isso indica que a criação de suínos faz parte da realidade de mais da metade dos estabelecimentos gadobravenses.

Já com relação ao efetivo total do rebanho, Gado Bravo conta com 3.685 cabeças de suínos, possuindo um número significativo considerando que não é a principal fonte de renda da pecuária, papel esse, como já detalhado, ocupado pelo rebanho bovino. Dessa forma, tal rebanho constitui uma fonte de renda alternativa importante dentro da pecuária local, sobretudo através da venda dos animais em períodos emergenciais, onde a família necessita de uma quantidade em dinheiro num período curto de tempo e opta por vender parte desse rebanho para conseguir o valor para uso da família.

Nas unidades entrevistadas durante o estudo de campo, a presença de suínos não é unanimidade entre todos os produtores. Alguns mantêm uma criação, mesmo que reduzida se comparado aos bovinos, enquanto outros não praticam esse ramo da atividade pecuária, mesmo que alguns deles já tenham, em algum momento, tido uma experiência com a suinocultura, mas que na atualidade encontram-se afastados.

No tocante à alimentação desse rebanho, o que prevalece é a utilização do soro originado da produção do queijo, complementado com a utilização de farelo de milho ou farelo de trigo. Também pode ser utilizado a lavagem obtida através da reutilização de restos de comida consumida pelas famílias. Os custos se resumem à compra dos dois tipos de farelo, adquiridos em lojas de rações do município.

O rebanho suíno pode estar ligado a duas finalidades produtivas, podendo estar associado ao sistema de engorda para a venda e o consequente abate ou para reprodução e a consequente venda dos filhotes. No primeiro caso, os animais podem ser comprados quando novos ou mesmo serem nascidos na unidade, sendo alimentados visando seu crescimento para ser comercializado por um valor que gere um ganho no final da cadeia. Já no segundo caso, são mantidos animais voltados exclusivamente para reprodução dentro da unidade, gerando renda a partir da venda de suas crias. Nas Figuras 60 e 61, podemos visualizar ambos os tipos mencionados.

Figura 60: Suíno para reprodução



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 61: Suínos para venda



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Na Figura 60, podemos observar um suíno voltado para a reprodução junto com parte de suas crias ainda na fase de amamentação. Nesse sentido vale destacar que os referidos filhotes podem ser comercializados ainda com pouco tempo após o nascimento, geralmente para outro camponês que busca animais para criar, ou podem ser submetidos ao regime de engorda dentro da unidade para uma venda futura, principalmente para destinação ao abate do animal. Essas formas de comercialização variam a depender da demanda e da necessidade por um complemento de renda das famílias.

Na Figura 61, podemos visualizar alguns suínos voltados para a venda, a ser realizada após sua fase de crescimento estar completa, atraindo mais renda para a unidade camponesa. Vale também destacar que os animais são confinados nos criatórios, numa lógica de criação intensiva.

Com relação a como se dá a comercialização dos animais, no tocante aos suínos adultos o que prevalece é a venda para atravessadores, que buscam conseguir uma margem de lucro com a revenda, principalmente para alguns comerciantes locais que abatem o animal e comercializam a carne. Acontece também a venda direta entre o produtor e a própria pessoa que abate o animal.

Já no que diz respeito aos filhotes suínos, normalmente a venda ocorre para outros produtores que buscam os animais para criar em suas propriedades dentro do regime de engorda, submetendo-se à cadeia da suinocultura sem possuir um animal reprodutor, havendo

casos ainda em que os filhotes não são comercializados na unidade, esperando-se um tempo até que seja possível a obtenção de uma renda maior.

4.3.2.3 Caprinocultura

Atualmente, o rebanho de caprinos está difundido em grande parte do território nacional, contudo é na região Nordeste que a atividade possui um destaque acentuado. Esse fato se dá, principalmente, em decorrência desses animais se adaptarem bem às condições edafoclimáticas do Nordeste brasileiro.

De acordo com dados do censo agropecuário do IBGE, o Nordeste conta com cerca de 92% do efetivo do rebanho total de caprinos do país, sendo que 7 estados nordestinos ocupam as primeiras 7 posições nesse quesito, com os seguintes estados se destacando: Bahia, Piauí, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão, respectivamente. Isso demonstra a importância que detém a caprinocultura na região, além de evidenciar o potencial que a atividade possui.

Gado Bravo conta com um efetivo do rebanho de 3.305 cabeças, sendo o terceiro mais significativo do município, se não considerarmos a criação de galináceos dentro da categoria de rebanhos, ficando atrás dos bovinos e suínos. Esse efetivo total está distribuído em 528 estabelecimentos rurais, estando presente em cerca de 40% dos estabelecimentos gadobravenses. É ainda o quarto município do estado da Paraíba com o maior número de estabelecimentos destinados à criação de caprinos, de acordo com dados do censo agropecuário de 2017.

Assim como ocorre com a criação de suínos, a caprinocultura atua como um rebanho suplementar nas unidades camponesas de Gado Bravo, sendo uma criação alternativa à de bovinos. Conforme observado nas entrevistas realizadas, os caprinos estão presentes eventualmente em algumas das propriedades, sendo a criação principal em apenas uma das unidades produtivas pesquisadas. São comumente tratados dentro de um sistema semi-intensivo, estando confinada na maior parte do tempo, mas com uma eventual colocação em áreas de pastagem.

Há, no entanto, uma movimentação nos últimos meses para um maior investimento na caprinocultura local, a instalação de um tanque para coleta de leite de cabra no município de Aroeiras, que abarca a produção gadobravense por ser um município vizinho com facilidade na logística, aumenta as condições para geração de renda na atividade. A produção é direcionada

para programas do governo do estado da Paraíba, sendo esta entidade responsável pelo pagamento do leite vendido⁷. A Figura 62 ilustra o tanque de armazenamento presente no município vizinho.

Figura 62: Tanque de armazenamento de leite de cabra



Fonte: Secretaria de Agricultura de Aroeiras

Considerando isso, há um investimento por parte dos caprinocultores gadobravenses no melhoramento e aumento da criação, visando principalmente a produção de leite. Há também uma melhora no que se refere às raças dos rebanhos, com o crescimento das raças saanen e toggenburg nas unidades camponesas gadobravenses, além do número já considerável de animais da raça pé-duro.

Alguns criadores do município se articularam entre si para troca de experiências, tanto no âmbito do município, quanto em visitas técnicas a outros criadores do ramo que possuem certa experiência, como é o caso da Cooperativa dos Capribovinocultores de Cabaceiras e Região (Capribov), que possui destaque significativo em nível estadual e conta com uma usina de beneficiamento de leite.

Essa busca por contatos dentro da caprinocultura evidencia também a busca por melhorias dos produtores gadobravenses. A prefeitura do município presta certo apoio para o

⁷ A instalação desse equipamento está relacionada com a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos por parte do governo federal que garante não apenas a demanda pelo leite como estabiliza o preço do mesmo. Os impactos desse Programa no Cariri foram constatados por Targino e Moreira (2008) e rego (2009). Por outro lado, a extinção do programa nos governos Temer e Bolsonaro repercutiu muito fortemente na caprinocultura paraibana (CORREIA, 2020). Essas informações ressaltam a importância da existência de políticas públicas para a sustentação das unidades de produção camponesas.

crescimento dessa atividade, com a realização de capacitações para os caprinocultores do município, conforme exemplifica a Figura 63.

Figura 63: Divulgação de capacitação para produtores de caprinos



Fonte: prefeitura municipal de Gado Bravo

Com relação ao escoamento da produção municipal, alguns produtores gadobravenses já deram início ao transporte de leite para o tanque de armazenamento no município vizinho, estando inseridos em uma lógica que pode ser considerada como venda direta, uma vez que o governo do estado, apesar de ser um intermediador das transações, não a faz com a intenção de conseguir lucro sobre a produção leiteira adquirida, diferentemente do que ocorre com os atravessadores na produção bovina, por exemplo, que buscam conseguir lucro com essa intermediação.

Pode haver ainda a comercialização do queijo do leite de cabra, contudo, essa forma de comercialização é consideravelmente menos frequente no município, atuando em um sistema sob encomendas, ou seja, algum comprador procura o produtor de caprinos e encomenda um queijo, esse produtor coleta o leite e produz esse queijo de forma eventual, para atender a essa demanda.

Ainda dentro dessa lógica pode haver a comercialização dos próprios animais. Essa forma de comércio geralmente ocorre por intermédio de atravessadores, inseridos na lógica da revenda com a obtenção de lucro sobre a mercadoria. Nesse sentido o animal pode ser destinado

ao abate e por consequência para a comercialização da carne ou mesmo para a criação pelo comprador.

Com relação à alimentação do rebanho de caprinos, foi possível observar que sua composição se assemelha ao que é destinado para a criação de bovinos do município. Com a torta de algodão, a palma forrageira e o capim, além de outras plantas agrestes se destacando nesse quesito. O milho e o farelo de milho, também utilizado para alimentar os suínos, pode ainda ser utilizado como complemento à ração dos caprinos dentro das unidades produtivas gadobravenses. As Figuras 64 e 65 nos mostram aspectos importantes para o cuidado com a criação de caprinos.

Figura 64: Curral de Caprinos



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Figura 65: Alimentação dos Caprinos



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Na Figura 64 podemos observar a estrutura do curral voltado para a criação de caprinos, que difere da estrutura das demais criações animais do município, a exemplo do curral para a criação de bovinos e da pocilga para a criação de porcos, expostos anteriormente, principalmente na variação de tamanho. Na Figura 65, por sua vez, é possível visualizar os caprinos sendo alimentados em uma estrutura semelhante às cocheiras utilizadas no tratamento alimentar dos rebanhos bovinos.

4.3.2.4 Galináceos

A criação que envolve galinhas, galos, frangos, frangas e os seus filhotes é bastante significativa dentro do território rural gadobravense. Dos 1.292 estabelecimentos rurais do município, 1.111 contam com a produção de galináceos em algum nível, sendo, portanto, a criação presente no maior número de estabelecimentos em Gado Bravo, abarcando 85% do montante total. A criação atinge o número de 26.000 cabeças nas unidades produtivas gadobravenses.

Em contrapartida a essa relevância no número de estabelecimentos e no efetivo da criação, da mesma forma que ocorre com os rebanhos de suínos e caprinos, tratados anteriormente, os galináceos atuam como uma atividade complementar de renda das famílias, deixando a bovinocultura como a principal atividade da pecuária gadobravense em termos de retorno econômico.

Durante a realização do estudo de campo e das entrevistas no município, foi possível verificar que a criação de galináceos está presente em grande parte das propriedades incluídas nas entrevistas. Duas delas merecem especial atenção por serem unidades onde a criação se destaca como a única produção animal desenvolvida, enquanto nos demais estabelecimentos há uma criação como forma de adquirir uma renda extra de acordo com as necessidades das famílias.

Nesses casos, mesmo não sendo a única fonte de renda das famílias produtoras, uma vez que nas unidades camponesas citadas acima pelo menos algum dos membros da família realiza outra atividade, sendo mais comuns o trabalho na diária, seja doméstico ou mesmo nas atividades agropecuárias, além de receber benefícios sociais do governo, os galináceos exercem um papel importante como forma de complemento da renda, além de fornecer carne e ovos para as famílias.

Com relação à alimentação dessa criação, prevalece principalmente a utilização do milho, normalmente comprado em lojas de rações do município, mas que também pode ter sido armazenado a partir da colheita do grão na safra do ano anterior nas unidades camponesas gadobravenses. Além disso, podem ser usadas rações mais elaboradas voltadas para balancear a alimentação dos galináceos, sobretudo no que diz respeito à produção de ovos, sendo mais indicada para melhorar a produção. Essa ração normalmente é encontrada em comércios de rações de municípios vizinhos. As Figuras 66, 67, 68 e 69 exemplificam a utilização dessas fontes de alimento para esses animais.

Figura 66: Galinhas comendo milho



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 67: Saco de milho



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 68: Galinhas comendo ração



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Figura 69: Saco de ração de postura



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Novembro de 2023

Na Figura 66 podemos observar algumas galinhas sendo alimentadas com os grãos de milho, jogados no chão. Já na Figura 67 é possível notar um saco contendo o milho, comprado com a finalidade de alimentar os galináceos. Por outro lado, a Figura 68, mostra galinhas em volta de um recipiente utilizado para distribuir a ração para os animais, onde esses se amontoam para conseguir o alimento. Já na Figura 69 tem-se um saco de ração de postura, que combina nutrientes necessários para a produção de ovos.

Com relação ao custo dessas fontes de alimentação dos galináceos, no tocante ao milho, um saco com 60 kg custa em média R\$ 100, utilizando como base o mês de dezembro de 2023. Uma das produtoras que possui os galináceos como sua única criação e utiliza exclusivamente o milho como fonte de alimentação gasta em média R\$ 170 por mês para suprir as necessidades alimentares da criação. Já no que diz respeito à ração balanceada, o saco contendo 40 kg custa em média 90 reais, também nos utilizando como base o valor referente ao mês de dezembro de 2023.

No tocante à finalidade dessa produção, prevalece a venda de ovos, normalmente realizadas por intermédio de atravessadores que compram a produção local e revende em outras cidades, com Campina Grande se destacando nesse quesito. A Figura 70 nos traz a produção de uma unidade sendo encaminhada para a venda.

Figura 70: Produção de ovos de galinha



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Como é possível visualizar, na Figura 70 temos um balde cheio de ovos para ser encaminhado ao atravessador, podemos notar ainda a utilização de um material (palha das vargens de fava) para evitar a fricção dos ovos, e a conseqüente quebra dos produtos no momento do transporte.

Dentro do escoamento da produção há também, por outro lado, a venda dos animais nesse mesmo sistema, com o atravessador comercializando, normalmente, na feira de gado em

Campina Grande. Há ainda casos em que se tem a venda direta ao consumidor, podendo ser o próprio animal para o abate ou a produção de ovos, contudo, esse modo de comercialização é menos frequente se comparados aos citados anteriormente pela ausência de demanda no município.

4.3.2.5 Outras criações

Dentro do que foi possível analisar a partir das entrevistas realizadas e da observação da realidade local ao longo do estudo de campo, bem como do levantamento de dados no censo agropecuário do IBGE, é possível identificar que os rebanhos de bovinos, suínos e caprinos, além da criação de galináceos são os ramos da pecuária que mais se destacam no contexto agrário gadobravense. Os bovinos se sobressam, tanto na complexidade da atividade quanto no retorno econômico obtido, enquanto os demais ramos atuam muito mais como uma possibilidade de renda extra na pecuária para as famílias gadobravenses.

Existem ainda algumas outras criações envolvidas no setor da pecuária presentes no município, essas, contudo, possuem menor relevância se comparadas às citadas anteriormente, tanto no efetivo do rebanho, quanto na presença nas unidades camponesas e no retorno econômico obtido.

O rebanho de ovinos, por exemplo, tem um efetivo total de 828 cabeças, distribuídos em 133 estabelecimentos agropecuários. Isso implica que essa produção está presente em cerca de 10% dos estabelecimentos, número bem inferior se compararmos aos rebanhos supracitados. A presença do rebanho nas unidades camponesas objeto das entrevistas não foi notada, haja vista o pequeno número do efetivo total do rebanho no município.

Outro rebanho que é inferior em efetivo total aos demais rebanhos explorados nos tópicos anteriores é o de asininos, com um total de 958 cabeças, um número levemente maior que o de ovinos no município. Uma característica que os diferencia, no entanto, no tocante à importância nas unidades camponesas é o número de estabelecimentos que contam com o rebanho de asininos, estando presente em 605 estabelecimentos agropecuários de Gado Bravo, o que equivale à cerca de 46% do total.

A partir da realização das entrevistas foi possível perceber a importância desse rebanho principalmente na utilização como força motriz dentro das atividades realizadas nas unidades produtivas. Um exemplo disso é sua utilização para carregar a palma forrageira das áreas de plantação até a cocheira, além de ser utilizado ainda para carregar água - seja para os animais

ou para o consumo das famílias - ou mesmo como meio de transporte em curtas distâncias. As Figuras 71 e 72 exemplificam um pouco dessa importância.

Figura 71: Jumento transportando palma



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Figura 72: Jumento transportando água



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Nesse contexto, outro rebanho que atua em uma característica semelhante ao de asininos nas unidades camponesas gadobravenses, é o dos muares. Esses aparecem em menor número no município, com um efetivo total de 127 cabeças, distribuídas em 98 estabelecimentos agropecuários, o que equivale a apenas 7% do número total do município. São comumente utilizados para as mesmas atividades que os asininos, muitas vezes substituindo-os nas unidades produtivas. Vale lembrar que a importância dos asininos e dos muares tem declinado de forma significativa nos últimos anos, tendo em vista a sua substituição pela moto como forma de locomoção dos membros das famílias.

Por fim, outra criação que também vale ser mencionada nesse contexto é a de equinos, esses superam os muares em efetivo total, chegando a 168 cabeças e ocupando 101 estabelecimentos agropecuários, o equivalente a praticamente 8% dos estabelecimentos gadobravenses.

Sua utilização nas unidades camponesas gadobravenses, no entanto, destoa um pouco do que é feito com os asininos e muares, prevalecendo ainda o seu uso para transporte, como ocorre nos rebanhos supracitados, mas indo além disso e adentrando em um costume tradicional da região Nordeste e que está presente em Gado Bravo: a vaquejada. Dessa forma, uma parte considerável do rebanho equino do município atende a essa finalidade, sendo, muitas vezes,

tratados e treinados para a prática da vaquejada. A Figura 73 exemplifica essa criação no município, com os produtores possuindo poucos animais na unidade camponesa e destinando uma alimentação semelhante as já citadas nos tópicos anteriores.

Figura 73: Cavalos



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: Dezembro de 2023

Assim podemos observar na Figura 73 a presença de dois cavalos em uma área de pastagem, tendo sua alimentação complementada com capim, retirado de uma área de plantação de palma, considerando que a área de pastagem na qual se encontram os animais não oferece, no momento, tantos recursos alimentares no período do ano em que a figura foi capturada, sendo utilizada nesse caso mais como área de confinamento dos animais.

4.3.3 Interações Agricultura-Pecuária

Como foi possível perceber a partir do que foi exposto, a agricultura e a pecuária desempenham papéis importantes para a composição do espaço agrário de Gado Bravo. Como destacado, as atividades possuem níveis de complexidade diferentes dentro das unidades produtivas, com a pecuária se sobressaindo em relação à agricultura, destacando-se o rebanho bovino, com as demais criações no município funcionando mais como complementação de renda.

Mais do que isso, porém, apesar de serem tratadas individualmente nos tópicos anteriores, são atividades que estão em constante interação nas unidades camponesas do município, com uma delas auxiliando no processo produtivo da outra de maneira frequente e

que, muitas vezes, não podem ser dissociadas. Algumas análises podem demonstrar essa perspectiva de inter-relação entre a agricultura e a pecuária no âmbito do espaço agrário local.

O principal exemplo disso em Gado Bravo envolve a alimentação dos animais. Como tratamos anteriormente a agricultura é responsável por fornecer os suplementos alimentares dos rebanhos, a exemplo da palma forrageira para bovinos e caprinos, o grão de milho para os galináceos e caprinos, além de sua palha para os bovinos, a torta de algodão e os diversos tipos de farelo que apesar de não serem produzidos nas unidades camponesas também possuem participação da cadeia de produção da agricultura, dentre outras fontes de alimentação que foram citadas ao longo do capítulo e também estão inseridas nessa lógica de cooperação.

Outro caso com forte presença no âmbito local que corrobora com essa afirmação de interação constante entre as duas atividades é a utilização do estrume - oriundo dos dejetos dos animais em consonância com matéria orgânica, e que ajuda a melhorar a produtividade do solo – nas áreas de plantação de palma forrageira, funcionando como fertilizante natural. Nesse caso, como as áreas de plantação de palma forrageira nas unidades camponesas municipais também englobam, no período chuvoso, as demais culturas, podemos afirmar que o estrume, provindo da criação animal, colabora com o desenvolvimento das culturas agrícolas, fornecendo nutrientes necessários para um melhor crescimento das plantas cultivadas. A Figura 74 ilustra a utilização desse fertilizante natural nas unidades produtivas.

Figura 74: Sacos com estrume



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Como podemos observar, a Figura 74 ilustra a retirada do estrume para utilizar como fertilizante nas áreas de plantação. O produtor junta o estrume e o coloca em sacos para facilitar

o transporte para a área de destino, transporte esse também normalmente realizado com uso de tração animal.

Temos, nesse contexto, que a criação animal, principalmente a de bovinos, gera o fertilizante natural para adubação da palma forrageira, no caso o estrume, e ao mesmo tempo recebe tal cultivo agrícola como fonte de alimento, evidenciando, portanto, que essa interação entre a agricultura e a pecuária pode acontecer de forma bilateral entre as duas atividades, como uma relação de troca.

Ademais, a pecuária pode contribuir também no processo de quebra da camada superficial do solo a partir do fluxo dos animais ao se alimentarem na área de pastagem. Atua, portanto, na facilitação do processo de aragem do solo para o cultivo agrícola, uma vez que nem sempre há máquinas disponíveis no município para a realização da aragem de forma mecanizada.

O que pode ocorrer nas unidades produtivas camponesas de Gado Bravo, nesse contexto, é o pastoreio de animais nas áreas que serão destinadas ao cultivo no ano seguinte. Então, a movimentação dos animais contribui para o processo de implementação de uma cultura agrícola em determinada área.

O pastoreio desses animais nas áreas de cultivo contribui também para o controle de ervas daninhas, ajudando a controlar o seu crescimento e evitando que se torne um problema muito grave para as culturas agrícolas cultivadas naquela área. Vale destacar, no entanto, que nem todas as plantas podem ser direcionadas aos rebanhos, tendo que ser considerado o cuidado necessário para o produtor nesses momentos.

Nesse sentido, em alguns casos pode ser observado também a técnica chamada de integração lavoura-pecuária (ILP), que conforme nos traz o portal da Embrapa na internet, “agrega sistemas produtivos diversificados de grãos, fibras, carne e leite implantados em uma mesma área em consórcio, sucessão ou rotação” (EMBRAPA, 2021). Nesse caso, uma determinada área da unidade produtiva é utilizada em parte do ano para as culturas agrícolas e, após passado o período de colheita, os animais são colocados para pastar nessa área como forma de aproveitar os restos de plantas para a alimentação, e contribuindo ainda com a melhoria da estrutura do solo.

Em nossas entrevistas, foi possível perceber que esta não é uma prática tão comum no município, mas que ocorre eventualmente, com alguns produtores aplicando tal técnica em momentos pontuais, utilizando-se dessas áreas para fazer com que os animais aproveitem algum resquício da plantação, principalmente no caso da cultura do milho. A Figura 75 exemplifica essa técnica em uma das unidades produtivas gadobravenses.

Figura 75: Bovinos pastando em restolho do roçado



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Na Figura 75 podemos visualizar alguns bovinos pastando em uma área que foi anteriormente utilizada para a plantação de milho, ao observar atentamente a imagem é possível notar alguns traços restantes da palha de milho no canto inferior da figura, evidenciando esse sistema de integração mencionado.

Por fim, podemos apontar ainda como exemplo dessa interação entre a agricultura e a pecuária a utilização de animais como força de tração para auxiliar nos cultivos agrícolas. Seja na época de plantio - a exemplo dos asininos transportando para a área da plantação as raquetes de palma forrageira que serão destinadas ao cultivo - ou na época da colheita, sendo realizado o transporte daquilo que foi produzido até a casa da unidade camponesa ou para outro local de destino da produção.

4.4 RENDA E TRABALHO

Dentro do contexto de renda e trabalho, nos baseamos nas entrevistas realizadas para entender o contexto do espaço agrário local. Questionamos os entrevistados, primeiramente, sobre todas as receitas recebidas pelos integrantes das famílias camponesas. A maioria delas recebe um valor equivalente entre 1 e 3 salários mínimos, sendo que dentro de nossa análise

apenas 1 família entrevistada supera esse montante e alcança aproximadamente 3,5 salários mínimos.

Nessa ótica, vale destacar que esses números consideram apenas os valores recebidos pelas famílias, sendo que em alguns casos, principalmente na renda da atividade agropecuária, os valores são variáveis de mês para mês.

A renda mencionada acima, em boa parte das unidades camponesas pesquisadas, não se restringe exclusivamente à atividade agropecuária. Há casos em que membros da família possuem empregos fora da unidade produtiva e trabalham com a atividade apenas de forma esporádica, tanto como forma de auxiliar a família quanto apenas como forma de conseguir uma renda extra.

Outros casos apontam ainda para o recebimento de programas sociais do governo, a exemplo do bolsa família e do o recebimento do benefício da aposentadoria e de pensões. Conforme já mencionamos anteriormente, a aposentadoria não implica na retirada da atividade produtiva. Sobre a continuação na atividade mesmo após atingir a idade mínima para aposentadoria, ela é influenciada muito mais pelo desejo de continuar trabalhando na terra do que propriamente por uma necessidade de obtenção de um dinheiro extra para o sustento das famílias.

Em ambos os casos, os benefícios são parte considerável da renda das famílias, o caso da aposentadoria é ainda mais marcante, fazendo com que muitas vezes a atividade agropecuária seja uma forma de renda auxiliar, muitas vezes exigindo investimentos com dinheiro provindo desse tipo de benefício. Enquanto o bolsa família atua mais como complemento de renda, havendo raros casos em que se torna a maior porção da renda da família, principalmente quando se tem apenas uma pequena produção.

Um ponto que merece destaque nessa questão é o fato de parte dos membros de uma unidade entrevistada trabalharem com a compra e revenda de animais, podendo ser caracterizados, portanto, como atravessadores. Esses produtores complementam a renda provinda da agropecuária, principal fonte de renda da família, com essas negociações. Normalmente, esses produtores compram os animais dos rebanhos de outros camponeses locais e transportam para a feira de gado de Campina Grande, onde negociam uma margem de lucro para efetivar a transação.

Nesse sentido, outro ponto de interesse em nossa análise dentro do tópico de renda e trabalho é o comparativo de pessoas que trabalham na terra, com as pessoas que estão nas unidades produtivas, mas que possuem outro vínculo empregatício. Nas unidades camponesas em que não há pessoas trabalhando fora da atividade, é comum que todos estejam inseridos na

lógica do trabalho agropecuário, mesmo a mulher, que acumula essa função com o cuidado com a casa.

Já nas famílias que tem algum membro da família exercendo outra atividade, é usual que os demais trabalhem na terra e mesmo o membro que trabalha fora, cumpra com algumas atividades na terra em determinado momento. Em ambos os contextos, há a exceção das crianças com pouca idade para ajudarem no trabalho no campo, estas podendo ajudar com tarefas mais simples quando estão um pouco mais velhas.

Outra questão abordada nas entrevistas e que merece ser destacada no âmbito da renda e trabalho no campo gadobravense diz respeito à mão-de-obra utilizada nas unidades camponesas. Apesar de prevalecer a mão-de-obra exclusivamente familiar na maior parte do ano e das unidades produtivas, em alguns casos, é utilizada a mão-de-obra contratada por especial interesse do produtor.

Normalmente, esse caso ocorre quando há muito trabalho a ser realizado nas unidades, se destacando os períodos de plantio e colheita de alguma das culturas agrícolas características do município. O valor da diária pago nesses casos geralmente é de 60 reais por trabalhador, usando o ano de 2023 como base de análise para os valores informados pelos camponeses entrevistados.

As pessoas entrevistadas apontaram ainda, nesse sentido, que não há grande dificuldade de encontrar os trabalhadores que prestam esse serviço. Uma questão interessante dentro dessa ótica e que vale ser destacada, é o fato de que pode ocorrer casos em que membros de algumas unidades camponesas trabalham na diária para outros produtores como forma de complementar a renda da sua unidade produtiva.

Devemos considerar também a renda obtida a partir da realização da venda dos produtos agropecuários. A principal fonte de receita nesses casos diz respeito à venda de bovinos, com o maior retorno financeiro. Há casos em que houve um ganho de 1.000 reais por cabeça comercializada no ano de 2023, mas podendo variar, chegando até a 4.000 reais por animal vendido.

No que diz respeito às outras criações, os caprinos podem gerar um retorno de cerca de 200 reais por cabeça, os galináceos podem chegar a 60 reais em média, enquanto os suínos podem variar a depender do tamanho do animal, podendo atingir cerca de 600 reais pelo animal adulto.

Por outro lado, a produção agrícola é quase inteiramente voltada para o consumo das famílias, gerando renda na forma de economia ao não precisar comprar aquilo que a família mesma produz. Por outro lado, pode gerar economia também ao realizar a troca do excedente

da produção que a família não vai conseguir consumir, por outros produtos necessários nas unidades camponesas, como é o caso que foi utilizado como exemplo durante o decorrer do capítulo, onde o produtor trocou o excedente da produção de milho por torta de algodão junto a um comerciante de rações.

Um fator que também impacta nesse contexto de renda das famílias são os benefícios sociais recebidos pelos componentes do núcleo familiar. O principal deles é o programa bolsa família, que faz parte da renda de cerca de metade das unidades camponesas entrevistadas, possuindo um valor fixo de 600 reais, com um adicional de 150 reais para os núcleos familiares com crianças de até 6 anos de idade, além de um acréscimo de 50 reais onde há a presença de membros de 7 a 18 anos.

Por outro lado, foi possível perceber ainda a presença de alguns membros das unidades camponesas incluídas nas entrevistas que recebem aposentadoria ou pensão, no caso de mulheres que tiveram o falecimento do cônjuge, a receita nesse caso é no valor do salário mínimo vigente.

Além disso, programas mais ligados ao trabalho no campo também são importantes fontes de receita para os trabalhadores rurais gadobravenses, que utilizam o dinheiro recebido ora para investir na unidade produtiva, fazendo melhorias técnicas, ora para comprar algum item de necessidade da família.

Um primeiro exemplo dentro desse contexto é o programa Garantia Safra, regulamentado pela lei Nº 10.420 de 10 de abril de 2002. Tal lei dispõe que o benefício do Garantia Safra só poderá ser pago aos agricultores familiares dos municípios que registraram perda de safra, seja causada pela estiagem ou pelo excesso hídrico, de pelo menos 50% da produção total da unidade. Nesse contexto, os representantes do poder público municipal assinam um termo de adesão ao programa, para que os produtores locais tenham acesso ao benefício.

Nesse sentido, o município de Gado Bravo comumente adere ao programa Garantia Safra e a parcela da população que tem direito ao benefício costuma receber de 800 a 900 reais por cada safra abarcada no programa. Como forma de exemplificar essa questão, no corrente ano, o prefeito em efetivo exercício de Gado Bravo, Marcelo Paulino da Silva, aderiu ao programa do Garantia Safra. No momento da assinatura foi divulgado ainda que o município foi contemplado com 1.500 cotas do benefício, beneficiando um número relevante de famílias locais que terão direito ao valor.

Na Figura 76 podemos visualizar a divulgação nas mídias sociais da prefeitura municipal de Gado Bravo da assinatura do termo de adesão do município para o recebimento do benefício na safra 2023/2024.

Figura 76: Prefeito de Gado Bravo assina o termo de adesão ao Garantia Safra



Fonte: Prefeitura Municipal de Gado Bravo

Outra forma importante de receita para as unidades produtivas gadobravenses é advinda do crédito agrícola, através do já mencionado programa Agroamigo de incumbência do Banco do Nordeste. O valor dos empréstimos varia de acordo com o que o produtor solicita, passando por checagem do histórico pessoal para aprovação do crédito, os valores variaram de 3.000 reais até 5.000 reais nas unidades camponesas que foram alvo das entrevistas.

Vale ser destacado ainda o pequeno auxílio financeiro originado dos membros da família que realizaram algum tipo de migração, esses membros mandam esporadicamente alguma quantidade de dinheiro para os pais, não especificada nas entrevistas e que podem variar conforme a remuneração desse componente, tanto na quantia quanto na frequência do envio.

Após considerado as fontes de renda das unidades camponesas, devemos destacar como o trabalho no campo é realizado, além de alguns aspectos que o permeiam. Em primeiro lugar, com relação aos instrumentos de trabalho utilizados, prevalecem os instrumentos manuais, como enxada, chibanca, serra e pá, além de outros instrumentos necessários para a realização de certas atividades nas unidades, a exemplo da bota, de cordas, e de baldes.

Já no tocante à utilização de maquinário pelos produtores, todos utilizam tratores de terceiros, sendo estes alugados ou cedidos pela prefeitura para a aragem das terras para o cultivo. Alguns produtores contam com máquinas forrageiras, utilizadas para moer a palma ou alguns tipos de plantas, a exemplo do capim e da palha de milho antes de oferecer aos animais para servirem de alimento. Nas Figuras 77 e 78 podemos visualizar os dois maquinários mencionados.

Figura 77: Trator fazendo aragem do solo



Fonte: Prefeitura Municipal de Gado Bravo

Figura 78: Máquina forrageira



Fonte: João Antério de Aguiar Leal
Data: dezembro de 2023

Na Figura 77 temos um tratorista responsável pela aragem do solo, neste caso, o trabalhador é mantido pela prefeitura e realiza o processo em unidades camponesas do município de forma gratuita. Já na Figura 78 é possível visualizar uma máquina forrageira movida à óleo e utilizada para moer algumas fontes de alimento para os rebanhos, a exemplo da palma.

Dentro da categoria de trabalho devemos destacar ainda a divisão do trabalho nas unidades camponesas gadobravenses. Normalmente, a mulher fica encarregada do trabalho doméstico, além de ocupar outras funções de apoio na atividade agropecuária, como cortar a palma, fazer o queijo e coletar os ovos, que exigem, menos esforço físico e ao mesmo tempo necessitam de menos tempo para serem executadas, uma vez que elas são necessárias no cuidado da casa. Além disso, podem ficar responsáveis pelo tratamento das criações menores, como é o caso dos galináceos, enquanto os homens ficam responsáveis pelos bovinos. Durante

os meses de cultivo de alguma cultura agrícola, as mulheres podem prestar apoio na agricultura, principalmente na semeadura das sementes ou das raquetes, no caso da plantação de palma forrageira.

Os homens, por sua vez, realizam as atividades que demandam mais tempo na unidade produtiva, uma vez que sua função principal não está ligada aos cuidados com a casa e, portanto, possuem mais tempo disponível para se dedicar à agropecuária. Ficam responsáveis, portanto, por tirar o leite, preparar a ração diária dos animais e colocar água para as criações, além de outras pequenas atividades. Nas épocas de cultivo, é responsável ainda por preparar a terra para a aragem, além de cavar as fileiras de covas que abrigarão as sementes da cultura agrícola ou as raquetes, no caso da plantação de palma e por manter a área limpa após o cultivo para o melhor desenvolvimento das culturas.

No tocante à divisão das atividades realizadas seguindo o critério de idade, os adultos realizam as atividades que exigem um maior esforço físico, como as mencionadas acima. Já as crianças realizam pequenas atividades na unidade para auxiliar os pais, como levar o gado para beber água nos corpos hídricos da unidade camponesa, ajudar os pais no pastoreio do gado durante o período de mais oferta de pastagem natural, semear os grãos na época de realização do cultivo, sendo que, nesse contexto, as atividades vão se tornando mais complexas à medida que o filho vai crescendo, até se tornar apto a realizar as mesmas atividades exercidas pelos pais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DAS UNIDADES CAMPONESAS GADOBRAVENSES

Dentro do que foi analisado ao longo dos capítulos que compõem essa dissertação, foi possível analisar diversos aspectos que permeiam a atividade agropecuária nas unidades familiares de produção, desde o processo produtivo da atividade até os aspectos socioeconômicos envolvidos nessa dinâmica. Nessa parte, contudo, como forma de finalizar a pesquisa aqui proposta, focaremos em aprofundar a discussão que diz respeito à viabilidade da permanência das unidades camponesas do município de Gado Bravo, a partir da ótica analisada tanto nas entrevistas, quanto na observação da realidade local.

Nesse sentido, entendemos que a viabilidade de permanência socioeconômica da produção camponesa se refere à capacidade de manter a unidade familiar enquanto unidade de consumo e ao mesmo tempo de produção. Ao conseguir suprir as necessidades da família a partir da realização da atividade agropecuária, o camponês tem no seu ideário que os objetivos da atividade foram cumpridos. Ou seja, muito mais que uma análise técnica criteriosa sobre a viabilidade econômica dos estabelecimentos agropecuários, como é próprio do grande agronegócio, os camponeses se preocupam em prover a unidade familiar, fazendo o balanço entre o esforço empreendido e o produto obtido pelo trabalho. Isto é, a lógica que comanda a organização da produção não é a obtenção de lucro como ocorre nas unidades de produção capitalistas, mas a manutenção da unidade familiar.

O conhecimento técnico do camponês nesse âmbito, muitas vezes, se restringe ao senso comum, ou seja, as atividades são realizadas a partir de práticas tradicionais históricas desse povo, que são passadas de geração em geração e que vão sendo utilizadas para garantir um desempenho satisfatório da atividade agropecuária a partir de um manejo com pouco ou nenhum aparato tecnológico.

Nesse contexto, algo que se coloca como muito importante é o papel do chefe da família na organização da produção na unidade camponesa. Esse, por ter mais experiência e, como vimos no decorrer do trabalho, muitas vezes estar inserido na prática da atividade agropecuária desde criança, acaba por possuir um conhecimento mais apurado das formas camponesas de produção. Isso influencia na condução da atividade nas unidades produtivas e potencializa os possíveis resultados que a família vai obter.

No caso específico de Gado Bravo, como vimos no decorrer da pesquisa, as atividades agropecuárias realizadas nas unidades camponesas significam uma parte importante da renda das famílias gadobravenses, mesmo que sejam complementadas em algum nível com

programas sociais, a exemplo do bolsa família e do garantia safra, além de famílias beneficiárias dos programas de aposentadoria e pensão.

Mesmo com a dinamização econômica que ocorreu no município a partir do processo de emancipação política, com a adição de alguns empreendimentos comerciais a exemplo daqueles citados na terceira parte desse trabalho, além do crescimento do serviço público, a atividade agropecuária oriunda da produção camponesa permanece como uma importante absorvedora da mão-de-obra local, sobretudo a porção que reside no campo, além de contribuir para a renda das famílias, mesmo que em alguns casos não seja como a maior fração dessa renda.

Nesse particular, o município de Gado Bravo constitui um caso particular na realidade estadual pela importância que ainda tem o seu espaço agrário na dinâmica socioeconômica, caracterizada pelo baixo nível de concentração da propriedade fundiária, pela capacidade de retenção de sua população no campo, pelo peso da produção camponesa no segmento primário municipal.

Foi possível observar, como destacado no decorrer do trabalho, a superioridade da atividade pecuária em comparação à produção agrícola nas unidades familiares de produção. Este setor traz consigo uma importante contribuição para as famílias camponesas de Gado Bravo, sobretudo os rebanhos bovinos que são a parte dominante na geração de renda da atividade agropecuária. A pecuária, dentro dessa ótica do espaço agrário, é a principal responsável por gerar recursos financeiros, através da venda do leite ou do queijo no caso da pecuária leiteira ou na venda do próprio animal. Isso permite ao camponês adquirir produtos que não podem ser produzidos pela própria família, a exemplo de roupas, acessórios para a casa e alimentos que não são produzidos na propriedade em razão das limitações dos aspectos físicos do município.

Por outro lado, em decorrência dos condicionantes climáticos a agricultura tem sua atuação no município muito limitada, funcionando como uma atividade acessória da pecuária, fornecendo, muitas vezes, subsídios para a realização da criação animal, como foi destacado ao longo do texto, além de ter grande parte da sua produção restrita ao consumo dos próprios membros da família, estando mais ligado à ideia de subsistência.

Os rendimentos obtidos na agropecuária são um aspecto que potencializa o investimento na melhoria das unidades camponesas, seja na própria atividade ou em outros fatores da unidade familiar a exemplo do beneficiamento dos produtos animais, particularmente o leite. Devemos considerar, entretanto, que há uma diferença no potencial explorado da agropecuária nas

unidades camponesas gadobravenses de acordo com o tamanho das unidades e que foi possível visualizar a partir dos estudos de campo realizados no município.

As propriedades menores, que abarcam menos de 10 hectares, por possuírem um nível de complexidade menor em relação as demais categorias analisadas no espaço agrário municipal, dispõem de um menor retorno financeiro na atividade, mas em função do baixo investimento necessário para arcar com os custos da produção, possuem um balanço positivo, mesmo que não tenham na agropecuária a principal fonte de renda da família. Essas propriedades com pouca disponibilidade de terra, normalmente, aliam uma única criação com a realização de outra atividade fora do campo para complementar a renda da família, transformando a agropecuária mais em um rendimento extra no cálculo de sustentação da unidade camponesa.

Já nos casos em que as unidades de produção camponesa ultrapassam os 10 hectares, a atividade agropecuária atinge um grau de complexidade mais acentuado, uma vez que aumenta os cuidados empreendidos, bem como os investimentos realizados na produção. Normalmente nesses casos é comum que o camponês alie duas ou mais criações na sua unidade, com a bovinocultura se destacando como criação principal, enquanto os demais rebanhos citados ao longo do texto atuam muito mais como uma complementação da atividade. Isso faz com que a agropecuária gere mais retorno financeiro nessas unidades, mas que também ocasione em mais gastos para a família.

Há, por outro lado, exceções à regra, como é o caso de uma unidade com 11,5 hectares, que foi incluída na realização das entrevistas e se encaixa na afirmação feita para as unidades com menos de 10 hectares. Julgamos que isso se dá por se tratar de um intervalo de transição para as unidades com mais de 10 hectares, ou seja, à medida que a quantidade de terra disponível aumenta, percebe-se essa mudança de abordagem da atividade de maneira mais contundente e complexa.

Dentro desse contexto, em certa medida as unidades camponesas gadobravenses podem ser consideradas viáveis do ponto de vista do balanço produto/esforço, uma vez que suprem a demanda alimentar dos membros da família, além de dispor de meios para que a família consiga adquirir itens de primeira necessidade que vão além da função alimentar, como é o caso de peças de vestuário, itens para a casa, além de artigos que podem ser considerados, até certo ponto, como supérfluos, como é o caso de veículos e eletrodomésticos mais sofisticados. Contudo, isso se dá pela concomitância da atividade agropecuária com formas alternativas, de fora do campo, de obter rendimentos.

Evidentemente, em algumas unidades vai haver uma maior exploração da atividade para a geração de renda e para o suprimento das necessidades familiares do que em outras, algo que é mais comum, como afirmado, nas unidades acima de 10 hectares. Nesse contexto, porém, é válido destacar ainda que mesmo nesses casos há uma complementação da renda de outras fontes, principalmente ligados à programas sociais do governo ou à realização de uma atividade laboral complementar que garantem, muitas vezes, uma tranquilidade mais considerável para as famílias do que, por exemplo, se só houvesse a atividade agropecuária como fonte de renda para a unidade familiar.

Pelo observado em campo, consideramos que mesmo se não houvesse um rendimento complementar, algumas famílias conseguiriam se manter apenas com a prática da agropecuária. Adentrando no campo das hipóteses e considerando o potencial visto em algumas unidades que foram objeto da realização das entrevistas, pode haver em alguns casos uma exploração da atividade agropecuária que potencialize os resultados obtidos e apontem para a autossuficiência da atividade nessas unidades. Por outro lado, outras unidades produtivas do município enfrentariam sérias dificuldades ou mesmo não se manteriam enquanto unidade de produção, caso dependessem apenas da agropecuária como fonte de renda.

Nesse sentido, devemos considerar, portanto, a importância que as políticas públicas desempenham na manutenção da atividade agropecuária no município de Gado Bravo, sejam aquelas específicas de apoio ao produtor rural, como é o caso do programa garantia safra e das linhas de crédito agrícola, como as políticas sociais, a exemplo do bolsa família, aposentadorias e pensões. Essas fontes de renda permitem ao produtor rural dispor de um complemento de renda, sem, no entanto, afetar a disponibilidade de tempo para se dedicar à atividade agropecuária.

Com isso em vista, podemos inferir que a complementação de renda é necessária para a maioria das unidades camponesas observadas, seja pelo potencial não explorado, considerando que algumas destas percebem a agropecuária mais com um complemento financeiro, em vista da já realização de alguma outra atividade, ou pela falta de recursos para o investimento na melhoria da unidade, que acarretaria em uma melhora significativa na produtividade dos grupos camponeses.

Por fim, algo que também impacta na viabilidade socioeconômica das unidades camponesas de Gado Bravo é a dinâmica migratória. É cada vez mais notável, com o avanço da rede de transportes e de comunicação, a facilidade com que a população gadobravense consegue se locomover. Isso impacta diretamente na funcionalidade do campo, uma vez que há um aumento significativo de jovens gadobravenses que optam por adentrar em uma dinâmica

mais ligada ao setor urbano, migrando para outras cidades em busca de oportunidades de estudo – o número de jovens gadobravenses que terminam o ensino médio e entram no ensino superior cresce cada vez mais nos últimos anos – ou de trabalho, considerando que acompanham a dificuldade enfrentada pelos pais na labuta diária do campo e têm como perspectiva uma vida menos ligada ao campo.

Em ambos os casos, o processo de avanço tecnológico interfere na apresentação de possibilidades de carreira para os jovens da atualidade, quando décadas antes no município se via a maioria dos jovens seguindo os pais na prática da agropecuária, com poucas ou praticamente nenhuma possibilidade de carreira além da de produtor rural.

Esse fator também pode impactar na perspectiva de continuidade da agropecuária no município. Décadas atrás, em famílias com 5 filhos, pelo menos 4 se dedicariam à continuidade da agropecuária, atualmente, em uma família com o mesmo número de filhos, aqueles que se dispõem a permanecer na atividade cai ao menos pela metade, considerando casos que foram passíveis de observação nos estudos de campo realizados no município.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 1989.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R.; ROCHA-LEÃO, Otávio Miguez de. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os Geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia** n. 84, p. 51-67, São Paulo, 2006.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARANTES, A. E., COUTO, V. R. D. M., SANO, E. E., FERREIRA, L. G. Livestock intensification potential in Brazil based on agricultural census and satellite data analysis. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v.53, n.9, 1053-1060, 2018.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detelhe-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2102&id=6214>. Acesso em 12 nov. 2023

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. 2ª edição. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Perguntas Frequentes**. 2023. Disponível em: [http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=3#:~:text=O%20C3%ADndice%20pluviom%20C3%A9trico%20refere%2Dse,%C3%ADndice%20C3%A9%20calculado%20em%20mil%20C3%ADmetros](http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=3#:~:text=O%20C3%ADndice%20pluviom%20C3%A9trico%20refere%2Dse,%C3%ADndice%20C3%A9%20calculado%20em%20mil%20C3%ADmetros.). Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 1.348 de 10 de fevereiro de 1951**, Rio de Janeiro, 1951.

BRASIL. **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964**, Brasília, 1964.

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**, Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012**, Brasília, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. (org.). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: diagnóstico do município de Gado Bravo**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

BRASIL. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Cultivo de palma forrageira no semiárido brasileiro**. 3. ed. Brasília: Coleção Senar, 2018.

BURITI, Catarina de Oliveira; BARBOSA, Humberto Alves. **Um século de secas: por que as políticas hídricas não transformaram o semiárido brasileiro.** São Paulo: Chiado Books, 2018.

CABRAL, Alysso Duarte. **Apogeu e crise: narrativas sobre a pecuária e as fazendas na cidade de Gado Bravo - PB (1940-1990).** 2015. 49 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/7934/1/PDF%20-%20Alysso%20Duarte%20Cabral.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2022.

CAMELO, Ivanilson Luciano. **Entre rebanhos, gibões e currais: história multifacetada de Gado Bravo -PB.** Campina Grande: Nativa Edições, 2021.

CHAYANOV, Alexander. Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas (1924). In: **Revista Análise Social.** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol.12, n.46, p.477-502, 1976.

CORREIA, Ana Paula Lopes de Souza. **Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos na Organização e Sustentação da Pequena Produção Familiar no Agreste Paraibano.** João Pessoa: Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, 2020.

COUTINHO, E. P.; NEVES, H. C. N.; NEVES, H. C. N.; SILVA, E. M. G. **Feiras livres do brejo paraibano: crises e perspectivas.** XLIV Congresso da Sober. Fortaleza, 2006.

EMBRAPA. **Doenças virais.** 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/criacoes/ovinos-de-corte/producao/sanidade/doencas-virais/principais-doencas-virais/febre-aftosa>. Acesso em: 27 nov. 2023.

EMBRAPA. **Integração lavoura-pecuária.** 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/soja/producao/manejo-do-solo/integracao-lavoura-pecuaria>. Acesso em: 05 dez. 2023.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 5ª edição. Brasília: EMBRAPA, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina,** 2005, São Paulo: Brazilian Journal Of Latin American Studies, 2005. p. 4860-4874.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: UNESP, Brasília: NEAD, 2009.

JATOBÁ, Lucivânio; LINS, Rachel Caldas. **Introdução à Geomorfologia.** 5ª edição. Recife: Bagaço, 2008.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, João Antério de Aguiar. **Caracterização da pecuária bovina leiteira no Município de Gado Bravo - PB**. 2021. 57f. (Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia), Curso de Licenciatura em Geografia, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande – Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2021. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/22761>

LÊNIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação de capital**. São Paulo: Nova cultural, 1985.

MALAGODI, Edgard. Marx e os camponeses russos. In: **Raízes**. Campina Grande: Editora Universitária da UFCG, v. 24, n. 1 e 2, 2005.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, jul. 2008.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O Capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p. 514-541.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. In **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.

MITIDIERO JUNIOR, Marco A.; NEVES, Humberto B.; SÁ, Thiago H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário do IBGE 2006. **Revista Pegada**, Artigo Especial, v. 18, n. 3, p. 777, dez. 2017.

MITIDIERO JUNIOR, Marco A.; GOLDFARB, Yamila. **O Agro não é tech, o Agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: FriedrichEbert-Stiftung/Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2021.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agraria**, in: Estudos Avançados, IEA/USP São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 184 p. Disponível em: https://gesp.ffeilch.usp.br/sites/gesp.ffeilch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

PIRES, A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RÊGO, Eduardo Ernesto do. **Cooperativismo e Território: questões sobre a Cooperativa Agropecuária do Cariri**. João Pessoa: Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, 2009.

ROCHA, Juliana Evangelista da Silva. **Palma forrageira no Nordeste do Brasil: estado da arte**. Sobral: Embrapa, 2012.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SAUTU, Ruth. **Todo es teoría: objetivo y métodos de investigación**. Buenos Aires: Lumière, 2005.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SILVA, Magno Ferreira da. Uma análise do bioma Caatinga no município de Gado Bravo - PB através do índice de vegetação por diferença normalizada. 2016. 51 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre a Epistemologia da Geografia. Florianópolis: **Cadernos Geográficos** – Publicação do Departamento de Geociências-CFH-UFSC, Número 12, maio de 2005.

SUZUKI, Rafael; QUEIROZ, Rodrigo Tannus de. **Taxa de lotação de pastagens para bovinos no Brasil e no mundo**. 2023. Disponível em: <https://fundeppecgo.org.br/taxa-de-lotacao-de-pastagens-para-bovinos-no-brasil-e-no-mundo>.

TARGINO, Ivan; CARVALHO, Rejane Gomes; FARIAS, Wanderleya dos Santos. **Desempenho da Economia Paraibana no Início do Século XXI**. In: **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_20PB.pdf/ea74fd5b-c969-9129-ca9a-ba5d6ce3e130. Acesso em: 01 nov. 2022.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. Agricultura familiar na Paraíba: perfil com base no censo agropecuário de 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 133-154, ago. 2020. Disponível em:

<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/viewFile/1267/856>. Acesso em: 28 out. 2022.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. Política pública e organização agrária no Cariri Paraibano. **Geonordeste** (UFS), p. 107-128, 2008.

TARGINO, Ivan. O problema Nordeste: do GTDN à economia globalizada. In: TARGINO, Ivan; POLARI, Rômulo Soares (org.) **O paraibano Celso Furtado: centenário de um pensador genial**. 1ed. João Pessoa: Editora A União, 2020.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Degradação e centralidade do trabalho: as contradições da relação capital x trabalho e o movimento territorial de classe. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 13, n. 2, p. 4-19, 2012.

VALVERDE, Orlando. Metodologia da Geografia Agrária. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/metodologia%20em%20geografia%20agr%eIria%20-%20valverde.pdf. Acesso em: 04 nov. 2022.

VALVERDE, Orlando. Geografia da Pecuária no Brasil. **Finisterra**, Lisboa, v. 2, n. 4, p. 244-261, 1967. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2524>. Acesso em: 01 nov. 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 25-44, fev. 2014.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

ANEXO I

Roteiro para as Entrevistas

Propriedade da terra

1. Qual a origem da propriedade? (Herança, compra, doação, posse etc.)
2. Qual a extensão da terra em hectares? (Bom para a agricultura, fraco para a agricultura?)
3. Qual o regime de chuvas (início das chuvas, duração do inverno, última seca?)
4. Qual a história de vida do chefe da família? (Onde nasceu, onde se criou, sempre morou no local, realizou migrações)
5. A terra está destinada a quê? (Cultivo, pasto, vegetação preservada...)
6. Quanto de terra para cada uma dessas atividades?
7. Existe área da caatinga preservada? Por quê?

Informações sobre a família

1. Quantas pessoas têm na família?
2. Qual a idade dos membros da família?
3. Qual o nível de escolaridade de cada membro da família?
4. Como a família avalia o sentimento de pertencimento à terra?
5. Quantos cômodos têm na casa? (Observar a questão da qualidade da construção)
6. Qual a origem da água (rede geral, cisterna, cacimba, açude, riacho, etc.)
7. Qual o destino dos resíduos? (Coleta pública, aterro, monturo, etc.)
8. Tem sanitário? (Ligado à rede geral, fossa séptica, outros.)
9. Quais os utensílios domésticos? (TV, rádio, fogão a gás, fogão a lenha, computador, geladeira, automóvel, moto, bicicleta)
10. Qual o mobiliário? (Sala de visita, sala de jantar, camas, guarda-roupa, guarda-louça, bancos, tamboretas, redes etc.)
11. O que a família consome da produção animal e vegetal? (Especificar a quantidade na última semana ou último mês)
12. A família faz parte de alguma associação?

Produção agropecuária

1. Quais produtos agrícolas são cultivados?
2. Por qual motivo se dá a escolha desses produtos? (Tradição, preço, solo...)
3. Desde quando esses produtos são cultivados?
4. Qual o período de plantio e colheita?
5. De onde são obtidas as sementes?
6. Qual a quantidade de cabeças de cada rebanho na propriedade?
7. Qual a raça do gado? (Quantas cabeças de cada rebanho?)
8. Quais as fontes de alimentação para os rebanhos? Qual o custo com alimentação?
9. Quais os tratamentos aplicados ao gado? Qual o custo desses tratamentos? (Vacinação, remédios, etc.) quem orienta esses tratamentos?
10. Trabalha no sistema de criação intensivo ou extensivo?
11. A produção animal é voltada para abate ou para o leite?
12. Qual a finalidade da produção animal e vegetal? (Consumo, venda...)
13. Por que a escolha dessas finalidades da produção?
14. Caso seja realizada a venda da produção animal e vegetal, como se dá?
15. Possui irrigação?
16. Tem acesso à orientação técnica?
17. Tem acesso a tecnologias sociais (banco de sementes, irrigação por aspersão, por gotejamento, passagem molhada, rodízio de culturas, cisterna etc.)

Renda e trabalho

1. Qual a renda familiar?
2. A renda provém exclusivamente da atividade agropecuária?
3. Se não, qual atividade extra é exercida e por qual membro da família?
4. Quantas pessoas trabalham na unidade camponesa? E fora dela?
5. Emprega mão-de obra contratada ou é exclusivamente familiar?
6. Se empregar, qual o valor da diária?
7. Há dificuldade de encontrar mão-de-obra contratada?
8. Quantos animais vendeu no último ano? Qual o valor obtido com as vendas?
9. Quais produtos agrícolas foram destinados à venda? Qual a quantidade e o valor obtido?

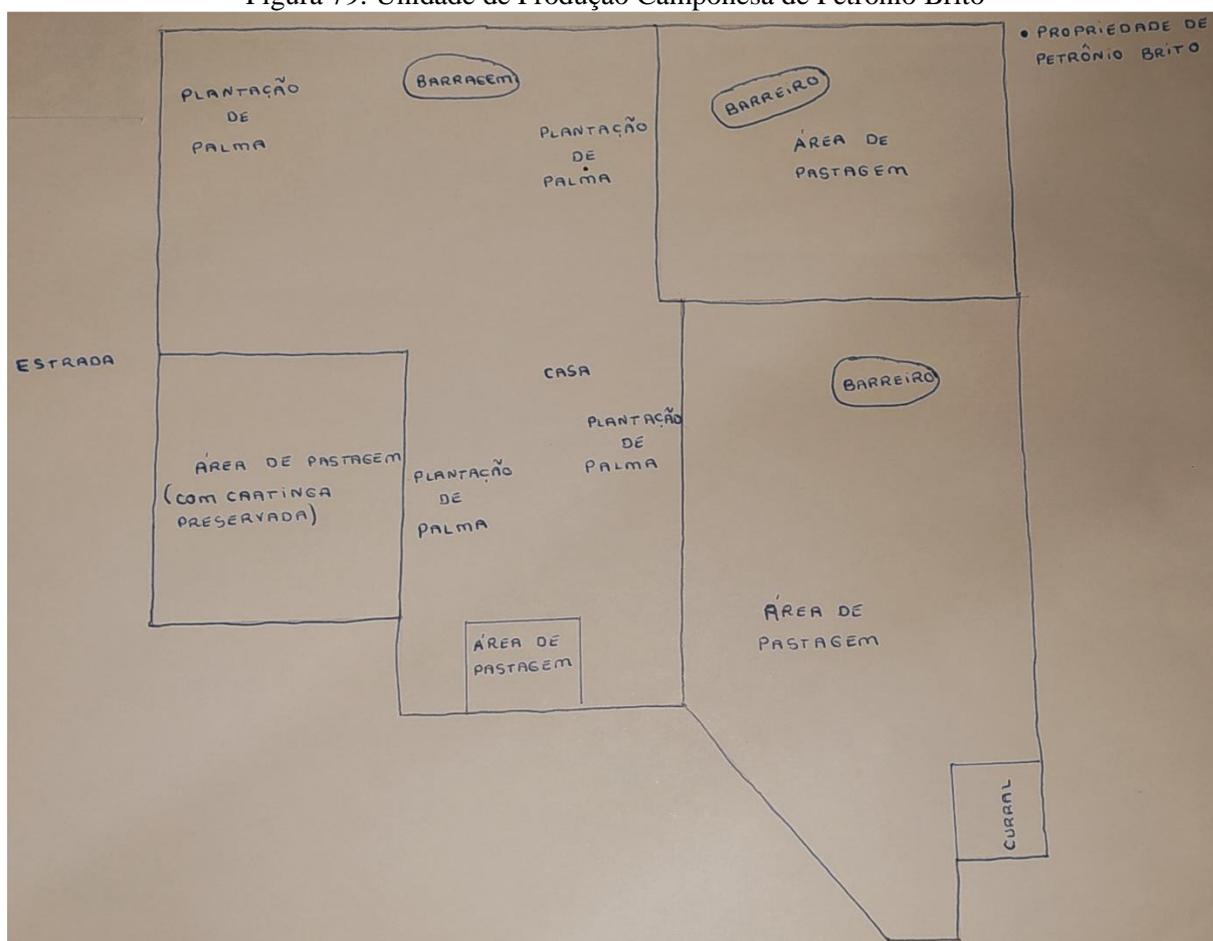
10. Tem algum aposentado ou pensionista? Quanto recebe por mês?
11. Recebe bolsa família? Quanto recebe por mês?
12. Quais os instrumentos de trabalho utilizados?
13. Tem acesso a maquinário? Se sim, é próprio ou cedido?
14. Como é a divisão do trabalho entre os membros da unidade camponesa?

ANEXO II

Análise Comparativa de Unidades Camponesas

A Figura 79 nos traz a unidade camponesa do senhor Petrônio Brito, e nossa proposta aqui é tecer uma análise comparativa entre esta e a unidade apresentada ao longo dessa dissertação (ver Figura 35, p.71).

Figura 79: Unidade de Produção Camponesa de Petrônio Brito



Elaboração: João Antério de Aguiar Leal

Como é possível observar na figura, essa unidade apresenta uma diversificação bem menor em relação à organização e distribuição da atividade agropecuária na outra unidade familiar apresentada. Apresenta sobretudo áreas de pastagem e de plantação de palma, além da presença de alguns corpos hídricos, distribuídas em 11 hectares.

Ao observar o croqui das duas unidades camponesas podemos notar uma questão muito importante nesse contexto, que é a estrutura familiar, enquanto a unidade apresentada na figura

acima compreende apenas uma família, a unidade trabalhada na Figura 35 abarca 3 famílias com núcleos familiares diferentes, mas com ligação de parentesco e que atuam explorando, geralmente, o total da área disponível.

Além disso, vemos certas semelhanças como a distribuição da unidade em áreas de pastagem, de plantação de palma e em corpos hídricos. Essa questão aliada à observação da realidade local ao longo da realização da dissertação nos faz perceber que essa composição ocorre na maior parte das unidades abarcadas que superam os 10 hectares.

Na unidade apresentada na Figura 79 há uma maior homogeneização na questão da plantação de palma, que podemos observar como presente em uma única área cercada, mesmo que divididas por outros elementos, como é o caso de uma barragem e da casa da família, já as áreas de pastagem, como ocorre na unidade mencionada na Figura 35, apresentam-se de forma espaçada ao longo das terras da família.